

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANA LÚCIA PINHEIRO SILVA SOUSA

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO MARANHÃO - IESMA: origem
histórico-educacional**



**São Carlos/SP
2022**

ANA LÚCIA PINHEIRO SILVA SOUSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, na área de História, Filosofia e Sociologia da Educação, da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em educação.

Orientador: *Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini*

**São Carlos/SP
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Ana Lúcia Pinheiro Silva Sousa, realizada em 29/03/2022

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini – Orientador
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Prof. Dr. Paolo Nosella
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Prof^a. Dr^a. Iran de Maria Leitão Nunes
Universidade Federal de Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes (Suplente)
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof^a. Dr^a. Maria José Lobato Rodrigues (Suplente)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

*Para meu filho, filha e meu esposo
A minha querida Tia Aldenora Pinheiro
E em homenagem à memória de Hilda Pinheiro e Antônio Araújo, meus pais.*

AGRADECIMENTOS

Sonhar sempre foi algo muito comum na minha vida. Dizem os amigos mais próximos que sou uma sonhadora convicta, daquelas que andam sonhando até acordada. E um desses sonhos, sem dúvida alguma, foi realizar este curso, que esteve presente em boa parte dos meus sonhos. Assim sendo, realizar este curso exigiu de mim uma longa caminhada até sua concretização final. Desta forma, vencendo as etapas que exigem o referido curso, chegamos aos agradecimentos para aquelas e aqueles que fizeram parte deste, pois sozinha jamais teria chegado até aqui. Por isso, agradeço a Deus por ter colocado cada um deles em minha vida, pessoas especiais, que não me deixaram percorrer sozinha essa estrada. Agradeço profundamente a Deus por sua presença e por ter me amparado nos momentos difíceis.

À minha família, nas pessoas de irmãos e irmãs que sempre torceram por minhas conquistas e, aqui, faço um agradecimento muito especial a minha querida irmã Ana Hilda, que deixou sua família em Recife e se mudou temporariamente para São Luís, para cuidar de minha filha, Ila, durante o nascimento do meu querido e amado neto, Apolo, que com sua presença alegrou minha casa, tornando minha ausência quase imperceptível nesse período tão especial. Ao meu esposo, Jorge, meu grande companheiro e amor da minha vida, que permaneceu em São Luís, e soube superar minha ausência em nossa casa, na companhia de nossos filhos Arthur e Ila, os amores de minha existência.

Ao Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini, meu orientador e para sempre meu mestre, pela sua presença amigável com a qual conduziu minha orientação; por compartilhar seus conhecimentos, pela confiança e pela autonomia dada a mim, para realizar este trabalho.

Ao meu Cunhado Gerson, por toda ajuda que ele me proporcionou durante os dois anos que dele precisei.

Aos professores da Linha de Pesquisa *História, Filosofia e Sociologia da Educação*, pela convivência harmoniosa e pela aprendizagem adquirida sobre a História da Educação Brasileira, em particular à Prof^{ta} Dr^a Marisa Bittar, pelos preciosos conhecimentos sobre a História da Educação e ao Prof. Dr. Amarílio, pelas orientações sobre educação confessional no Brasil.

Ao Prof. Dr. Paolo Nosella por nos oferecer seus conhecimentos e suas pesquisas no campo da história das instituições escolares e seu universo, meu mais profundo agradecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-UFSCar), na pessoa do coordenador, o Prof. Dr. José Carlos Rothen e aos pelos professores e professoras que tive a oportunidade e honra de ter como mestres.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo apoio financeiro, facilitando assim meus estudos e minha permanência em São Carlos, durante todo o meu curso.

A todos os amigos e amigas, companheiros e companheiras de jornada pela convivência durante o mestrado.

Às amigas Katia, Flor, Livia e Bianca pelo carinho, atenção e pelos momentos alegres e divertidos que convivi com todas elas. Agradeço especialmente minha querida mineirinha Flor, por sua presença cativante e amiga, eu jamais as esquecerei!

Agradeço aos funcionários do PPGE e dos demais departamentos, nos quais busquei informações e orientações e que sempre prontamente fui atendida.

Aos funcionários e funcionárias do Arquivo Público de São Luís, da Biblioteca Benedito Leite de São Luís e do IPHAM por cederem livros, informações e documentações que facilitaram minha chegada até aqui.

Minha gratidão muito especial a minha querida amiga Vanda, companheira de casa e confidente nos momentos de solidão durante minha estada em São Carlos, e às queridas amigas: Josicleia e Letícia, que souberam alegrar meus dias com seus risos e brincadeiras.

À minha querida amiga e irmã, companheira de todas as horas Maria José Lobato pelo carinho, atenção, cooperação e ajuda nos dias que estive em São Carlos e, posteriormente, pelas leituras e discussões sobre minha pesquisa, a partir do seu olhar de historiadora. E, sobretudo, pelos incentivos nos momentos difíceis dessa jornada, meu mais sincero e profundo agradecimento.

À querida professora da UFMA, Dr^a. Diomar das Graças Motta pelo empréstimo de livros, por suas provocações saudáveis sobre meu objeto de estudo e orientações pertinentes de um olhar atento e aguçado de uma grande pesquisadora.

À Prof^a. Dr^a. Iran de Maria Leitão Nunes, pela sua generosidade em compartilhar seus conhecimentos e pela disposição ao se oferecer a ajudar com minha dissertação, principalmente, na jornada difícil de fazer pesquisa, em tempo de pandemia.

Ao meu querido amigo, Prof. Dr. Claudeilson Pinheiro por sua presença amiga e sempre disponível, por sua grandeza ao debater comigo pontos importantes de minha pesquisa e, especialmente, por acompanhar minha jornada, dando orientações e fazendo críticas profícuas sobre minha escrita, a partir de seu olhar de sociólogo.

Às queridas professoras Raquel Pereira e Bethe Rosa pelo trabalho de correção do meu texto e a todos e todas que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

“Comprometer-se com a escrita de uma História, é antes de tudo, responsabilizar-se por sua memória, sujeitos e fatos”

(Ana Lúcia Pinheiro Silva Sousa)

RESUMO

Esta pesquisa deu ênfase à relação entre a Igreja Católica de São Luís do Maranhão e os poderes político e econômico locais na oferta do ensino superior e ao controle do campo educacional, em contradição com a laicidade do Estado, proclamada desde a primeira constituição da República. Para compreender essa relação, este trabalho abordou a questão da criação das instituições de ensino superior confessional no Brasil e a formação religiosa em São Luís a partir da criação de uma instituição superior confessional, a Universidade (Católica) do Maranhão - UMA, que deu origem à Universidade Federal do Maranhão - UFMA e a história da gestão do Arcebispo de São Luís Dom José de Medeiros Delgado, líder desse processo. Questiona-se, neste trabalho, a razão pela qual, mesmo tendo sido fundadora e líder da Sociedade Maranhense de Cultura Superior - SOMACS - mantenedora daquela Universidade, antes de sua federalização, em 1966, a Igreja local não tenha conseguido criar nela o tão desejado curso de teologia para a formação de padres. Esta dissertação se encerra com o histórico da criação do IESMA, o que se deu sob a administração da SOMACS, depois de alguns anos de sua inatividade. Em 1976, com a criação do instituto, teve início a nova história da Igreja no que concerne ao tão sonhado e idealizado curso de Teologia. Isso levanta a questão principal do projeto original desta dissertação: por que, mesmo com tanta influência e poder no campo educacional, a Igreja Católica de São Luís do Maranhão não tenha conseguido criar um curso de teologia enquanto suas instituições estavam ligadas e eram, em grande parte, financiadas pelo poder público? A laicidade do Estado é capaz de explicar essa derrota da Igreja? Essa questão abre um pressuposto para um trabalho em futuras pesquisas.

Palavras-Chaves: Instituto de Estudos Superiores do Maranhão. Educação Confessional. Ensino Superior Confessional. Formação Sacerdotal. Igreja Católica.

ABSTRACT

This academic work emphasized the relations between the Catholic Church of São Luís of Maranhão and the local political and economic powers in the offer of higher education and in the control of the educational field, in contradiction with the secular state, proclaimed in the first constitution of the Republic. To understand this relationship, this one addressed the topic of the creation of confessional higher education institutions in Brazil and the religious formation in São Luís, beginning with the creation of a confessional higher institution, the University (Catholic) of Maranhão - UMA, giving rise to the Federal University of Maranhão – UFMA, and the history of the management of the Archbishop of São Luís, Dom José de Medeiros Delgado, leader of this process. This paper wonders the reason why, even having been founder and leader by the Sociedade Maranhense de Cultura Superior - SOMACS – the keeper of that University, before its federalization, in 1966, the local Church has not managed to create in it the desired course of theology for priestly formation. This dissertation ends with the history of the creation of IESMA, which took place under the SOMACS, after some years of inactivity. In 1976, with the creation of the institute, the new history of the church began with regard to the dreamed and idealized course of Theology. It raises the main question of the original project of this dissertation: why, even with so much influence and power in the educational field, the Catholic Church of São Luis of Maranhão would never have been able to create a theology course while its institutions were linked and were, to a large extent, partly financed by the government? Is the secular state capable of explaining this defeat of the Church? This question opens the present work to future researches.

Keywords: Institute of Higher Studies of Maranhão. Confessional Education. Confessional Higher Education. Priestly Formation. Catholic church.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Títulos	páginas
Figura 1 Palacete Gentil Braga, antiga Faculdade de Direito. Localizado na Rua do Sol, centro da Capital	45
Figura 2 Imagem de Dom José de Medeiros Delgado	50
Figura 3 Casarão pertencente ao Seminário Santo Antônio. Localizado na Rua do Sol, centro da Capital	58
Figura 4 Seminário Santo Antônio	60
Figura 5 Primeiro Prédio da Reitoria da UFMA	83

LISTA DE QUADROS

Títulos	páginas
Quadro 1 Governadores do Maranhão	26
Quadro 2 Prefeitos de São Luís	26
Quadro 3 Escolas Católicas em São Luís	37
Quadro 4 Ordenações Sacerdotais	64
Quadro 5 Relação de Alunos dos Cursos de Ciências Religiosas e Filosofia e Teologia - IESMA	91

LISTA DE TABELAS

Título		Páginas
Tabela I	Censo do Maranhão	31
Tabela II	Expansão do Ensino Superior no Brasil	45
Tabela III	Ano de Criação das Instituições Católicas	84
Tabela IV	Criação do IESMA	81

LISTA DE SIGLAS

ALCOA	Companhia Americana de Alumínio
ALUMAR	Alumínio do Maranhão
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AUC	Ação Universitária Católica
CETEMA	Centro de Estudos Teológicos do Maranhão
CV	Concílio Vaticano
CBB	Confederação dos Bispos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IESMA	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OVS	Obra das Vocações Sacerdotais
PRE	Plano de Reconstrução Educacional
PR	Partido Rural
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SENEC	Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura
SENECEM	Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura do Maranhão
SOMACS	Sociedade Maranhense de Cultura Superior

SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UCMA	Universidade Católica do Maranhão
UDN	União Democrática Nacional
UEC	União dos Estudantes Católicos
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMA	Universidade do Maranhão
USP	Universidade de São Paulo
VALE	Companhia Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	24
1.1 SÃO LUÍS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	24
1.2 RELIGIÃO E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO (1956 – 1978).....	30
2 RELAÇÃO ESTADO-IGREJA NO MARANHÃO: ENSINO SUPERIOR E ENSINO SUPERIOR CONFSSIONAL.....	39
2.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: Uma educação tardia	39
2.2 ENSINO SUPERIOR EM SÃO LUÍS (1956 - 1978).....	43
2.3 CONCEPÇÃO DE LAICIDADE NA UNIVERSIDADE PÚBLICA	51
3 O IESMA E A FORMAÇÃO DOS PADRES	55
3.1 A FORMAÇÃO INTELECTUAL DO CLERO MARANHENSE.....	56
3.2 INSTITUIÇÕES CATÓLICAS NO BRASIL.....	65
3.3 A SOMACS.....	78
3.4 ORIGEM HISTÓRICA DE UMA INSTITUIÇÃO: IESMA	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIA.....	94
ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior são consideradas para a sociedade, um espaço que contribui para o desenvolvimento de uma nação. Essas instituições têm por objetivo educar sujeitos para atuarem nos mais diversos setores da sociedade de forma a transformá-la. E pensando nesse processo de transformação do indivíduo na sociedade e, na relevância histórica para a educação nacional e do Maranhão, é que buscou-se conhecer a história da criação de uma instituição de ensino superior confessional - o IESMA, na segunda metade do século XX.

Em 1920, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra¹, Pe. Leonel Franca² e Alceu Amoroso Lima³ se uniram e iniciaram um movimento, a favor da construção da primeira Universidade católica no Brasil (FRANCA, 1954, p. 413 – 414), cuja administração ficaria a cargo dos padres da Companhia de Jesus. Esse projeto foi considerado ambicioso na época. Assim, com o surgimento das primeiras instituições de terceiro grau confessional no Brasil (final da primeira metade do século XX) teve início com a criação da primeira Universidade Católica – PUC, na cidade do Rio de Janeiro, um projeto idealizado pela Igreja católica.

¹ **Sebastião Leme da Silveira Cintra**, nascido em 20 de janeiro de 1882, na cidade do Espírito Santo do Pinhal, no estado de São Paulo. Em 1894, ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo e, em 1896 foi para Roma estudar filosofia, regressando ao Brasil em 1904. Assim que chegou de Roma assumiu o cargo de Bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, nova mudança em sua vida religiosa, desta vez assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. Seu trabalho foi intenso, multiplicou os centros de catequese no Estado de Pernambuco e conseguiu, em convênio com o governo estadual à época, introduzir o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e, foi responsável pela criação da Federação Católica Pernambucana – FCP. Em 1921, retorna ao Rio de Janeiro e assume novo cargo, o de Bispo-coadjutor. Em 1922, criou o centro Dom Vital e a Confederação Católica, tornou-se principal protagonista do movimento que desencadeou a tomada de uma nova consciência de Igreja e presença na sociedade, consciência tanto da parte da Igreja como dos leigos. Em 1925, juntamente com Jackson Figueiredo buscou introduzir na constituição duas modificações: incluir como obrigatoriedade, o ensino religioso nas escolas públicas e o reconhecimento oficial do Catolicismo como religião da maioria dos brasileiros. Em 1930, foi elevado a Cardeal pelo Papa Pio XI. Em 03 de outubro desse mesmo ano, após o falecimento do cardeal Arcoverde, assume a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Dedicou-se à educação religiosa, criando inclusive a Congregação da Doutrina Cristã. Faleceu em 1942, na cidade do Rio de Janeiro. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios>.

² **Leonel Edgard da Silveira Franca**, nasceu em 1893, na cidade de São Gabriel/Rio Grande do Sul. Fez os primeiros estudos no Colégio Anchieta, Rio de Janeiro, onde mais tarde viria a lecionar. Ingressou na Companhia de Jesus em 1908 e em 1910, deu início ao curso de Letras, próprio da formação dos jesuítas. Em 1912, viajou para Roma para cursar o triênio de filosofia, na Universidade Gregoriana, em 1915 retorna ao Rio de Janeiro, onde se instala e assume o magistério no Colégio Santo Inácio. Publicou seu primeiro e famoso livro *Noções de história da filosofia*. Em 1920 retorna a Roma para cursar teologia e ordena-se padre em 1923, mesmo ano em que publica *A Igreja, a reforma e a Civilização*. Doutorou-se em filosofia e teologia e sua formação jesuítica foi realizada na Espanha. Foi um dos fundadores do Conselho Nacional de Educação Em 1939, foi encarregado de criar a primeira Universidade Católica do Brasil (PUC-RIO) sendo reitor da instituição até sua morte, em 1948 <https://fgv.br/producao/dossies/A Era Vargas1>.

³ **Alceu Amoroso Lima**. Nasceu em 1893 na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro. Foi escritor, professor, filósofo social e crítico literário, converteu-se ao catolicismo por influência de Jackson de Figueiredo. Ao longo dos anos tornou-se um dos mais respeitados paladinos da Igreja Católica no Brasil. Assumiu a direção do Centro Dom Vital, onde congregavam os líderes do catolicismo no Rio de Janeiro. Foi Catedrático de literatura brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia e, um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e também, Diretor de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (1951). Morreu em 1983. <https://www.academia.org.br/academicos/alceu-amoroso>.

Dessa forma, no início de século XX, a formação do quadro sacerdotal foi a proposta inicial desse projeto educacional. A Igreja acreditava que essa seria a forma de levar conhecimento às elites dirigentes a fim de obter formação dentro dos ideais católicos.

Em São Luís, o processo de criação da primeira universidade pública teve início juntamente com o projeto de ensino superior implantado pela Igreja Católica no país por meio das PUC's. Todo esse processo se dá com a chegada do novo Arcebispo - Dom José de Medeiros Delgado⁴ - que, preocupado com as condições da realidade social e educacional da população de São Luís e, com o problema da formação e das ordenações de padres, assume a responsabilidade de resolver tais questões, consideradas importantes do ponto de vista da Igreja. Para efetivar esse projeto educacional, o Arcebispo une forças com a elite intelectual da época (1953) e propõe junto às autoridades locais um projeto para reunir todos os cursos das Escolas de Ensino Superior e das Faculdades isoladas em um único espaço. Na visão de Dom Delgado, seria a criação de uma universidade católica no Maranhão.

Assim, a universidade foi criada, mas com outro nome: Universidade do Maranhão (UMA), contrariando as pretensões do Arcebispo que desejava a criação de uma Universidade Católica. Após a entrega da administração da UMA ao Estado em 1965, o projeto de criação de uma instituição católica para formar os padres maranhenses termina, principalmente quando a UMA é transferida para a União. Dom Delgado continuaria sua jornada, com o sonho de criar uma instituição superior confessional, mas isso de fato não se realizou.

Após a criação e, posteriormente, a federalização da Universidade que passou a ser Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Arquidiocese começou a cogitar a ideia de criar um centro universitário para formar seus clérigos.

Desse modo, sem perceber, os responsáveis pela criação da UFMA contribuíram, de forma indireta, para dar visibilidade ao Instituto IESMA, que à época chamava-se Centro Teológico - CET e, dessa forma, colocá-lo na História da Educação do Maranhão. Assim, podemos afirmar que o Arcebispo Dom Delgado foi o maior idealizador da criação da primeira universidade pública em terras maranhenses, no entanto, o seu objetivo principal era criar uma

⁴ **Dom José de Medeiros Delgado** nasceu em Pombal, pequena cidade da Paraíba, em abril de 1905. Realizou seus primeiros estudos no Rio Grande do Norte. Entrou para Seminário em 1918, terminou seus estudos em Humanas e Filosofia em 1924 e seguiu para Roma a fim de estudar teologia. De volta ao Brasil, ordenou-se em 1929. Foi eleito bispo de Caicó (Rio Grande do Norte) em 1941, permanecendo até janeiro de 1952. Em fevereiro do mesmo ano, toma posse da Arquidiocese de São Luís. Dentre os inúmeros trabalhos realizados por ele podemos destacar a reabertura do Seminário Regional Nordeste I; organização da Fundação João XXIII; a fundação do Centro de Treinamento Frederico Ponte em Pacatuba; a revitalização o Banco Popular de Fortaleza, entre outros. <https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br>.

instituição de ensino superior católica, a qual ficaria sob a responsabilidade da Arquidiocese de São Luís.

Depois da partida de Dom Delgado para Recife, alguns anos depois (1976), o Centro Teológico (CET) nasce e se firma como a primeira Instituição de Ensino Superior Confessional em São Luís que, ao longo dos anos, ganhou espaço e notoriedade da sociedade e da Igreja, tornando-se um importante centro de formação dos padres maranhenses e da população local.

Com esse formato de ensino superior que, começou a se organizar na capital para criar a universidade pública, surgem alguns questionamentos sobre a relação do Estado com a Igreja. Nesse primeiro momento, construiu-se a universidade pública, unindo-se os cursos existentes que funcionavam de forma isolada e a proposta de criar três cursos indicados pela Igreja, sendo: Filosofia, Teologia e Serviço Social. O curso de Filosofia que funcionava estava atrelado ao curso de Artes e Letras neolatinas.

Na segunda metade do século XX, o ensino superior oferecido na capital São Luís, conforme afirma Meireles (1994)⁵, não era diferente das demais capitais do país, particularmente no Nordeste, sendo definido como: ensino fraco e com poucas vagas, o que o tornava de difícil acesso para o grupo social mais carente, e fácil para o grupo mais elitizado; ademais com a criação de uma universidade pública, hipoteticamente esse novo cenário educacional traria para o estado um certo frescor em termos de modernidade. Ainda segundo Meireles (1984), várias tentativas foram engendradas para esse fim, inclusive por intermédio de figuras ilustres como o escritor Sousândrade⁶, por Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Motta (quarto arcebispo de São Luís) e Dr. Antonio Jorge Dino⁷ (importante médico da capital, considerado um grande intelectual), porém essas tentativas não obtiveram êxito.

O IESMA é um projeto educacional, que teve a PUC como referência, o que pode ser entendido como um resgate da identidade da Igreja, tendo em vista o ensino superior como objetivo principal. Uma instituição de ensino superior confessional constituída sobre bases teológica e pedagógica. Dessa feita, compreendemos que esse espaço seja importante na perspectiva da educação maranhense, pois nos remete a muitas reflexões e interrogações sobre esse campo, principalmente no que diz respeito a seu espaço físico; organização; currículo; condição socioeconômica dos estudantes; corpo docente; relação de poder ou espaço de poder

⁵ MEIRELES, Mário Martins. **Dez Estudos Históricos**. São Luís, 1994. Coleção Documentos Maranhenses.

⁶ **Joaquim de Souza Andrade** (mais conhecido como Sousândrade) foi um escritor e professor maranhense, que nasceu na cidade de Alcântara, em 1832 e faleceu em 1902. Viveu muitos anos na França e Estados Unidos da América do Norte, retornando mais tarde à São Luís. Membro da Academia Maranhense de Letras, sua principal obra: *O Guesa Errante*, foi considerada um marco na sua carreira literária, tornando-se a mais importante obra de sua carreira como escritor. Através dessa obra despontou para a literatura nacional. Fez parte da terceira geração do Romantismo brasileiro. www.soliteratura.com.br

⁷ Maranhense da cidade de Cururupu foi Deputado Federal (1954 – PSD), professor e médico. Sócio fundador do Hospital do Câncer de São Luís. <http://fundacaoantiodino.org.br>.

na instituição e legislação regulamentadora e outros fatores que estão presentes na realidade desse ambiente.

A partir desse contexto, surgiram alguns questionamentos pontuais que nos instigaram a conhecer a história da criação dessa instituição, como: Por que criar um Centro Teológico, se havia uma recém-criada universidade em São Luís? Por que a Universidade do Maranhão – UMA não acolheu a solicitação da Arquidiocese para criar os cursos solicitados por ela? Por que criar uma instituição de ensino superior confessional? A elite intelectual local ajudou na criação do IESMA? Qual a relevância educacional do Instituto para a sociedade maranhense na época de sua criação? Os cursos oferecidos ajudaram a suprir a carência de profissionais na área da educação em ensino superior para a sociedade de São Luís, à época? Que conceito a sociedade ludovicense tem sobre o IEMA? A sociedade maranhense conhece a história do Instituto? Como se pode observar, muitos questionamentos surgiram em torno do tema e, com os estudos realizados sob essa mesma perspectiva em outras capitais do país, foi possível colher algumas respostas nesse sentido.

Com os estudos sobre a História das Instituições de ensino superior confessional, outras questões surgiram, dentre elas, a que motivou esta pesquisa: Que concepção de Estado laico, universidade pública e ensino superior prevaleciam na sociedade brasileira da segunda metade do século XX que impediram a criação do curso de teologia dentro da Universidade Federal do Maranhão?

Dessa forma, a pesquisa em questão tem como **objetivo geral** refletir sobre o processo de criação do IESMA para conhecer o ensino superior utilizado para formar o clero maranhense e, conseqüentemente, a sociedade civil na segunda década do século XX, na perspectiva de compreender como se deu a criação do referido Instituto.

Por isso, buscou-se, de modo **específico**, descrever o contexto sociopolítico do Maranhão na segunda metade do século XX, para refletir sobre educação e religião na cidade de São Luís; conhecer o processo histórico do ensino superior brasileiro e a relação entre Estado e a Igreja, na construção da laicidade na universidade pública e no ensino superior confessional entre as décadas de 1953 – 1976.

Nesse sentido, a trajetória de uma instituição de ensino superior confessional mostrou-se um objeto interessante sob a ótica da História da Educação maranhense, bem como um instigante campo para pesquisa e análise no período da segunda metade do século XX.

Dentro da temática sobre a História das Instituições Confessionais sob a perspectiva do instituto IESMA, compreende-se que o objeto desta pesquisa se insere no campo da História das Instituições Superiores do Maranhão. Por isso, acredita-se que tal estudo produzirá conhecimentos significativos sobre esse espaço educacional e sua história. Assim, no primeiro

momento de sua criação, o instituto surge para suprir a carência de um espaço para a formação sacerdotal em São Luís, mas que ao passar dos anos incorporou nova concepção de ensino superior com o objetivo de atender também a sociedade civil da grande ilha, particularmente para formar professores, professoras e agentes pastorais.

Dessa forma, esta pesquisa consiste em reconstituir o processo de criação do IESMA, a partir da relação e dos interesses Estado-Igreja católica na educação superior maranhense na segunda metade do século XX.

O interesse pelo tema se deve ao encantamento pelo seminário Santo Antônio, que considero um espaço carregado de história, um lugar com profunda representatividade para o clero e para os católicos do Maranhão. Esse olhar surge a partir de um estudo realizado sobre a vinda do Pe. Antônio Vieira para São Luís, no século XVII. Esse foi o motivo que despertou o desejo de conhecer melhor a história desse patrimônio e os sujeitos que desse espaço fizeram parte.

A princípio, apaixonada por Literatura brasileira, sem dúvida, o interesse maior pelo Seminário foi literário, pois buscava conhecer a obra construída pelo padre Antônio Vieira e o contexto sociopolítico do Maranhão, que influenciou sua obra durante o tempo que aqui viveu. Assim, ao revisitar esse período histórico foi despertada uma curiosidade acerca do espaço educacional, que fica no interior de suas dependências, a Faculdade IESMA.

Assim, para refletir sobre o objeto desta pesquisa, escolhemos como categorias: formação sacerdotal, ensino superior confessional, ideologia e Igreja Católica, por entender ser dessa forma possível, montar a trajetória histórica do Instituto IESMA, seus sujeitos e a formação oferecida, assim como entender as configurações sociais, religiosa e educacional que mostram o processo histórico de sua criação, a partir dos 46 anos de sua existência. Uma instituição que formou e continua formando presbíteros, docentes, pesquisadores e agentes de pastoral.

Tem-se, assim, como conceitos fundamentais que orientam os capítulos desta dissertação: Instituto de Ensinos Superiores do Maranhão. Educação Confessional. Igreja Católica. Ideologia. Ensino Superior Confessional. Formação Sacerdotal.

Por **educação confessional católica**, buscou-se no arcabouço teórico em (MICELI, 2009; PAIVA, 1991), o que se entende por educação cristã, ligada a uma religião, cujos princípios e a forma de atuação estão unidos a uma determinada crença, neste caso, a fé católica. Visto como um espaço imbricado na ótica religiosa, tornou-se para seus idealizadores um campo atraente, o que pode ser observado ao longo deste trabalho, sendo esses religiosos responsáveis durante muito tempo pela organização da educação no país.

Portanto, encontraremos aqui, uma oposição a esse modelo educacional, denominado de Estado laico, apresentado como uma nova proposta de educação nacional, em que estabelece de forma contundente a separação entre o Estado e Igreja (ALVES, 1979, p. 53).

Nesse sentido, o **Estado laico**, a partir da compreensão de Blancarte⁸, é um regime social de convivência cujas instituições políticas estão legitimadas principalmente pela soberania popular e não mais por elementos religiosos. Essa concepção política de organização do Estado transformou de maneira definida as relações entre a Igreja e o Estado e, conseqüentemente, a educação que ambas vão produzir a partir desse novo regime de convivência. Um novo modelo de ensino passa a configurar-se, sendo o campo das instituições de ensino na perspectiva religiosa, o que merece uma especial compreensão da dinâmica entre educação/religião que vai despontar na contemporaneidade.

A partir da nova concepção que se configura no interior das instituições, seminários, escolas e instituições de ensino superior, a formação sacerdotal surge como um esforço da Igreja em reproduzir seus agentes ideológicos, no sentido de educar para o sacerdócio. Para tanto, a **formação sacerdotal** terá de ser gradual, fundada sobre o estudo da sagrada doutrina e da teologia (VATICANO, 2021), dando importância também às contribuições que podem ser recebidas das ciências humanas, a qual permita uma visão histórica, simbólica e ética e que se enquadre nas dimensões mais analíticas do saber científico.

As dimensões do saber adquiridos por esses indivíduos se concretizam para além do espaço da Igreja, ultrapassam os portões do espiritual e tomam dimensões maiores, proporcionando conhecimentos especificados que facilitarão a perpetuação da doutrinação, seja do seu agente (os mandantes) ou dos seus fiéis (os mandados), que os possibilitem transitar entre os microcosmos do macrocosmo que compõem o espaço social, segundo o conceito de “campo” na visão de Lahire (2002).

Logo, ao longo do texto, demarca-se também a ideia de **Ideologia** constituída nas práxis política, educacional e religiosa. Dessa forma, pode-se defini-la como um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos (MARX, 2008) que vai configurar-se como uma forma de alienação, fruto da transformação histórica da sociedade e cuja obra vem de um processo social que pode ser observado nas relações instituídas entre o Estado, a Igreja e a sociedade.

Como metodologia, foram utilizadas fontes impressas como referência bibliográfica, material jornalístico da época e documentos oficiais emitidos pela Igreja e pelo Estado dentro

⁸ Blancarte, 2008, p. 26

do marco temporal já estabelecido, submetidos a uma análise de seu conteúdo,⁹ e uma conversa informal realizada com o Diretor do IESMA.

Durante o processo de levantamento de documentos das instituições públicas e do próprio IESMA, o instituto disponibilizou poucos documentos necessário para minha pesquisa, mas os que foram disponibilizados por ela (relação de alunos das duas primeiras turmas) foram úteis para compreender os primeiros passos dados para a criação da instituição. Perante a impossibilidade de ter acesso a documentos em algumas instituições públicas devido a Pandemia, ocorreu um certo atraso na escrita deste texto. Isso ocasionou, ainda, vários outros problemas. O Instituto IESMA passou mais de um ano fechado ao público, o que dificultou de certa forma ter acesso a mais documentos da instituição, tendo em vista que as atividades só estavam sendo realizadas de forma online.

Com relação a documentação do instituto, foram disponibilizados apenas: uma relação com os nomes dos alunos das duas primeiras turmas (1976); a portaria da Secretaria de Ensino Superior em que autoriza a abertura do curso de Teologia em 2004; uma relação com o nome dos ex-professores, quando a instituição era CETEMA e a Estrutura Curricular do Curso de Filosofia, destacando-se que os dois últimos documentos foram retirados do próprio site da faculdade. Os documentos oferecidos para a pesquisa, não foram impressos em papel timbrado e nem tem assinatura ou carimbo da instituição. Documentos imprescindíveis para esta dissertação, como: Ata de fundação; Lei de regulamentação do instituto; comunicação interna e externa; cartas; ofícios; memorando; projeto pedagógico e relatórios, dentre outros, não foram disponibilizados pela instituição para esta pesquisa. Estes documentos de características administrativas, pedagógicas e jurídicas possibilitariam uma melhor compreensão e análise sobre a história da criação do instituto.

Dessa forma, a partir dos pontos aqui elencados, descreve-se sequencialmente, a ordem dos capítulos em torno do objeto de estudo. No primeiro capítulo, apresenta-se o contexto sociopolítico do Maranhão na segunda metade do século XX, em que se descreve a sociedade de São Luís, o contexto religioso e a educação da capital entre anos de 1953 – 1976.

No segundo capítulo, identifica-se a relação entre Estado-Igreja a partir da formação sacerdotal, observando o ensino superior no Brasil, a realidade do ensino superior em São Luís e a concepção de laicidade na universidade pública de forma de entender como se dava a formação sacerdotal em terras maranhenses.

No terceiro capítulo, busca-se conhecer o processo de criação do IESMA no sentido de entender sua trajetória histórica como uma instituição de ensino superior confessional na

⁹ A análise de conteúdo é um método de descrição, comparação, inferência e interpretação nas diversas fontes documentais. Assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem.

segunda década do século XX e, com isso, buscar entender como se deu a criação do referido Instituto e, assim, compreender como era a formação dos padres, conhecer a SOMACS e o projeto educacional criado para a instituição.

Nomeou-se identificar o modelo de formação dos padres no Maranhão, a partir do Projeto Pedagógico do IESMA, para entender o processo educacional católico no Estado. Almejou-se ainda, analisar a realidade do ensino superior no Brasil e no Maranhão a partir dos contextos sociais, econômicos e políticos na dimensão nacional e local dentro do marco temporal da pesquisa.

Portanto, a realização desse estudo, numa abordagem historiográfica, tem por objetivo também contribuir para o entendimento sobre as etapas, facilidades e dificuldades vividas pela instituição à época, em seu processo de criação na condição de um espaço de formação superior sacerdotal, de forma a conhecer os sujeitos e as configurações sociais, religiosas e educacionais que se constituíram na cidade de São Luís, capital do Maranhão.

Além dos autores já citados anteriormente, fazem parte do arcabouço teórico também: Miceli (2009), por seus estudos sobre a elite eclesiástica brasileira; Azzi (2008), por seus estudos sobre a História da Igreja no Brasil; Tagliavini (1989) e seus estudos sobre a formação sacerdotal no Brasil; Beozzo (1985) e suas contribuições com os estudos sobre Igreja e Estado no Brasil; Paiva (1991) com seus estudos sobre Catolicismo, Educação e Ciências; Pachêco (1969) com seus estudos sobre a História Eclesiástica do Maranhão e Meireles (1994) em seus estudos sobre a História do Maranhão, além de outros autores que contribuíram de forma expressiva para a escrita deste texto. Entende-se que por ter como base esses autores e autoras, esta pesquisa conseguiu se sustentar teoricamente, pois somente por meio do suporte conceitual que cada um ofereceu tornou-se possível a compreensão do nosso objeto de estudo.

1 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

O objetivo deste capítulo é descrever o contexto sociopolítico do Maranhão, na segunda metade do século XX, para entender como se constituía o ensino em São Luís no mesmo período.

1.1 São Luís na segunda metade do século XX

Fundada pelos franceses em 1612, São Luís, capital do estado do Maranhão, está localizada no nordeste do Brasil, na região denominada meio norte, entre os estados do Pará e Piauí. Cidade histórica, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, que ainda mantém características provinciais, retrato de um passado que permanece muito vivo em seus casarões, azulejos e sua gente. Uma cidade que pulsa e ainda vive da história, cujos eventos sociais e políticos marcaram um povo.

A charmosa cidade de São Luís possui uma história memorável, fruto de movimento educacional, socioeconômico, religioso e cultural vivenciado por ela ao longo de sua trajetória. Assim, para melhor entender a realidade vivida pela sociedade maranhense, na segunda metade do século XX, particularmente entre as décadas de 1950 a 1970, destacaremos alguns dos fatos cuja extensão marcou profundamente os ludovicenses.

Resumidamente, podemos apontar alguns acontecimentos que modificaram a paisagem urbana da cidade, e que influenciaram a sociedade ludovicense à época. Assim, na segunda metade do século XX, houve um considerável crescimento populacional urbano verificado a partir do êxodo rural ocorrido do interior do Estado para a capital. E mais, criou-se uma proposta de modernização da capital São Luís através do interventor federal, Paulo Martins de Sousa Ramos, que com o objetivo de dar uma aparência mais à capital, iniciou um processo de descaracterização do estilo colonial português de São Luís, em razão de acreditar que esse estilo arquitetônico se apresentava como prova de atraso social, econômico e cultural da cidade. Isso ocasionou alterações na arquitetura do Palácio dos Leões, demolir de casarões para ampliação de ruas e avenidas e outras obras que modificaram por completo a grande ilha, aumentando ainda mais os limites da área urbana da capital (IPHAN, 2007/2008).

Ainda nesse contexto, ocorreu uma série de crises de ordem econômica e política devido a disputa de poder entre os partidos políticos, o que levou a piorar ainda mais as condições socioeconômicas da população local, impossibilitando o desenvolvimento econômico da capital e aumentando o custo de vida. Mas nem tudo foi difícil nesse período na grande ilha. Apesar

desse cenário, destaca-se um fato positivo nesse contexto: a ampliação do sistema de educação na capital (SALES, 2017 p, 77).

Para melhor entender o cenário administrativo do Estado e da Capital, constam abaixo os quadros com uma descrição do corpo político atuante à época na capital: os nomes dos governadores do Maranhão e dos Prefeitos de São Luís entre as décadas de 1950 a 1970. (Quadro 1 e 2).

Quadro 1 – Governadores do Maranhão

Nº	NOME	ENTRADA	SAÍDA	PARTIDO	DÉCADAS
01	Eugênio Barros	1951	1956	PST	1950
02	José de Matos Carvalho	1957	1961	PSD	
03	Newton Bello	1961	1966	PSD	1960
04	José Sarney	1966	1970	ARENA	
05	Antonio Dino	1970	1971	ARENA	1970
06	Pedro Neiva de Santana	1971	1975	ARENA	

Fonte: Tabela organizada pela autora conforme Censo do Tribunal de Justiça do Maranhão entre os 1950 a 1970.

Quadro 2 – Prefeitos de São Luís

Nº	NOME	PERÍODO	PARTIDO
01	Alexandre Costa	1951 - 1953	PSD (nomeado)
02	Eduardo Viana Pereira	1953 - 1954	PSD (nomeado)
03	Orfila Cardoso Nunes	1954 - 1955	PST (nomeado)
04	Ivar Saldanha	1956 - 1956	PSD (nomeado)
05	Emiliano dos R. Macieira	1956 - 1959	PSD (nomeado)
06	Ivar Saldanha	1959 - 1962	PSD (Eleito)
07	Ruy Ribeiro Mesquita	1962 - 1963	PSD (Prefeito interino)
08	Djalma R. Martins	1963 - 1966	PR (nomeado)
09	Epitácio Cafeteira	1966 -1969	MDB (Eleito)
09	Vicente Fialho	1969 - 1970	ARENA (nomeado)
09	José Ateniense Libério	1970 - 1971	ARENA (nomeado)
09	Haroldo Tavares	1971 - 1975	ARENA (nomeado)

Fonte: Tabela organizada pela autora conforme Censo do Tribunal de Justiça do Maranhão das décadas de 1950,1960 e 1970.

Conforme os quadros, podemos observar como se deu a formação do cenário político do Maranhão e de São Luís. De acordo com esse panorama, é possível constatar quem estava no poder tanto na Capital como no Estado, o que leva a entender que a política local ainda se

apresentava como uma *política dos coronéis*, resquícios da República Velha, ainda muito comum em São Luís. Uma política herdada de um passado recente do Maranhão.

Dessa feita, a política maranhense se organizava da seguinte forma: a ala dissidente do PSD¹⁰ maranhense ingressa na UDN¹¹, fazendo frente oposicionista ao Governo Federal e Estadual, posição observada no pronunciamento do candidato ao governo estadual em 1966, José Sarney. Os propósitos maiores do partido PSD era dar continuidade a uma condutapositora a nível federal e estadual e tornar viável a união com os demais partidos da oposição, a partir de um governo que se sustentava no poder há 20 anos, o governo de Vitorino Freire (PINTO, 1982).

Esse panorama político era historicamente antigo em São Luís e, pela dinâmica que se apresentava, não sinalizava para grandes mudanças, principalmente, no quesito econômico da região. Diante dessa fragilidade econômica, decorrente da política oligarca existente, ocorreram diversas manifestações por parte da população, da oposição, trabalhadores e estudantes reivindicando melhorias nas condições de vida e mudança na política que se instituiria em todo o Estado.

A partir desse contexto, o cenário econômico da capital e do Estado se apresentava da seguinte forma: decadência do algodão (que se intensificou entre as décadas de 1940 a 1960); a decadência da indústria têxtil; pecuária extensiva e degenerativa; pesca artesanal; extração e coleta de produtos nativos da região (o coco babaçu) e o cultivo de gêneros de subsistência utilizando meios predatórios como as queimadas. Como podemos perceber, ainda existia uma economia de base primária (SALES, 2017).

Sobre essa estrutura econômica, podemos afirmar que, na lavoura, os únicos cultivos que chegaram a ocorrer de forma industrial foram os da cana de açúcar e do algodão, que há muito já haviam entrado em decadência. Segundo Pinto (1982, p. 68), a realidade agrícola do Maranhão se apresentava da seguinte forma: “...No beneficiamento da produção da mandioca predominavam os pilões, caititus e diversos outros equipamentos artesanais herdados da cultura indígena”. Com essa realidade, o Estado caminhava a passos lentos rumo ao desenvolvimento e, conseqüentemente, a sua modernidade.

Com a entrada de José de Sarney para o cenário político do Maranhão, um ciclo encerra e outro inicia. O novo governo se apresenta mais acirrado e com muitas promessas, dentre elas: ajudar o Estado a sair de sua derrocada econômica e social. Apoiado sobre um discurso pronto, José Sarney, afirmava que modernizaria o Maranhão em cinco anos, o que jamais aconteceu.

¹⁰ Partido Social Democrático – PSD.

¹¹ **União Democrática Nacional – UDN** - Fundada em 7 de abril de 1945 como uma Associação de Partidos Estaduais e correntes de opinião, contra a ditadura estadonovista, caracterizando-se essencialmente, pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo.

Assim, um novo discurso político “modernista”, ele prometia construir “um Novo Maranhão” e a partir daí se iniciava, portanto, a era Sarney¹².

Em 1966, Sarney assume o governado do Maranhão. Nesse momento passa a ter em mãos uma série de problemas estruturais a serem resolvidos, e sua maior preocupação era o setor agrícola do Estado, que pedia um novo modelo de organização no sentido de oferecer condições de trabalho para o lavrador e favorecer o crescimento econômico, o que traria mudanças nas condições sociais da população na capital e no interior do Estado. Tendo em vista, que o setor agrícola ainda se apresentava muito arcaico e com uma estrutura de subsistência (MEIRELES, 1994, p. 87).

No setor industrial a realidade era muito parecida com a dos demais setores, carente de atenção, apresentava-se incipiente e a política utilizada pelo Estado dificultava a realização de mudanças no setor. Entretanto, a gestão pública pouco agia para mudar esse cenário, pois a finalidade e preocupação da política partidária no Maranhão era a de se manter no poder junto aos seus aliados também (PINTO, 1982, p. 95).

Levando em consideração o governo oligarca, coronelista¹³, marcado pela corrupção, o Maranhão, mediante a esse cenário, não conseguia resolver os mais simples problemas que acometiam a população tanto em São Luís como nas demais cidades do interior do Estado, pois os conflitos de ordem política, social e sobretudo, econômica apresentavam-se ainda muito acirrados.

A política existente necessitava estar alinhada aos interesses do grupo dominante¹⁴. Devido a inúmeros interesses que coabitavam entre quem estava no poder e quem queria o poder, a situação da população dificultava-se ainda mais, tornando-se extremamente difícil a que já existia. As transformações sociais, econômicas e educacionais básicas, tão almejadas e necessárias para o desenvolvimento do Estado, não aconteciam e, portanto, a tão sonhada modernidade que a cidade aspirava nunca chegava.

¹² José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa Sarney nasceu na cidade de Pinheiro, região denominada baixada maranhense, em abril de 1930. Filho de desembargador, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão em 1953. Mostrou interesse pela política através do movimento estudantil maranhense - UME, do qual foi presidente à época. Na década de 1950, como forma de introduzir o filho na política, o pai, Sarney de Araújo Costa, solicitou um cargo no governo de Eugênio de Barros, que de pronto foi atendido, assumindo o cargo de assessor direto do governador.

¹³ O termo “coronel” origina-se de patente da Guarda Nacional, concedida ou comprada pelos grandes fazendeiros, comerciantes e industriais, espalhando-se a instituição praticamente por todos os municípios. Socialmente, o *coronel* exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido. (PINTO, 1982, p. 90). Essa submissão se impõe, em geral, pelo uso da força e da violência.

¹⁴ Vitorino Freire foi um dos mais expressivos e sedentos de poder que já existiu no cenário da política do Maranhão, esteve ligado de forma concreta ao parlamento federal como Deputado Federal e Senador do Maranhão entre os anos de 1954 e 1971. O período em que Vitorino Freire esteve no poder na política do Maranhão foi denominado por seus opositores como a era do “vitorinismo”. (PINTO, 1982).

Frente a isso, São Luís, no que concerne ao campo econômico, passava por um período complicado, mesmo tendo no passado um parque industrial têxtil importante, no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, não conseguiu alcançar patamares expressivos de desenvolvimento. Infelizmente, o parque industrial passou por um processo de enfraquecimento devido a vários fatos. Ocorrendo assim, sua diluição gradual, de forma a ser transferido para o Sul e Sudeste do país.

O enfraquecimento desse setor ocorreu por diversos fatos, como a má administração realizada pelos sucessivos governos; escassez de mão de obra qualificada, despreparo dos administradores das fábricas, falta de investimento para o setor, aumento dos impostos e a concorrência com os produtos vindos do Sudeste brasileiro e da Europa, dentre outros fatores. Ressalta-se ainda, que por interesses particulares, os governantes não sustentaram uma política econômica adequada para esse setor e o parque não deixou para o Maranhão uma herança financeira (PINTO,1982).

A política econômica realizada em São Luís não sofreu as transformações necessárias para a população da capital no quesito renda e trabalho, dado ao crescimento populacional de cerca de 20% a 56% nesse período, o que deveria ter acontecido de acordo com as necessidades sociais e trabalhistas, principalmente da população oriunda de outras cidades do nordeste que se deslocou para o interior do Estado e para a capital e, mais especificamente, a população do interior do Estado que se deslocou para São Luís em busca de melhores condições de vida a fim de fugir da extrema pobreza em que se encontrava. Era óbvio que o poder dos coronéis contribuía para a estagnação do Estado, mas com o avanço do capitalismo no Maranhão, a forma de atuação deles passou por mudanças. O poder ainda se concentrava nas mãos das oligarquias locais, entretanto, apresentando-se de outra forma, de acordo com as exigências da conjuntura política e econômica pela qual passava o país nesse período.

Esse jogo político praticado no Maranhão era uma realidade comum também nas outras cidades do nordeste, perante as condições sociais nas quais vivia a população local, não se visualizavam ações que pudessem facilitar as transformações necessárias a essa parcela da sociedade. Por isso, a ocorrência de fraudes nas eleições era constante e tornava-se difícil saber qual dos grupos políticos tinha sido responsável por tal façanha. Uma política deficitária, consequência de governos perversos. Portanto, mudar esse quadro político e transformar a realidade da população, principalmente a educação existente era uma tarefa muito difícil.

Na década de 1950, houve o incremento à expansão territorial na cidade de São Luís, que foi iniciada desde o começo do século XX, agora fruto da política nacional de urbanização do governo federal, cujas ações tinham objetivos políticos e econômicos. No Maranhão, esse processo deu-se especialmente, pelos investimentos regionais decorrentes da implantação das

rodovias Belém/Brasília e São Luís/Porto Franco. Com a construção dessas duas estradas, houve uma extensão das fronteiras agrícolas, facilitando o desenvolvimento da policultura no Estado.

Na capital São Luís, o Plano de Expansão ocorreu para a estruturação e ordenação dos novos usos e ocupação do território em área urbana. O projeto foi executado na grande ilha pelo Engenheiro Ruy Ribeiro de Mesquita, responsável pela viabilização dessa política desenvolvimentista de mobilidade urbana¹⁵.

Além da expansão da economia do Maranhão gerada pelas rodovias, também ocorreu uma transformação nas características da grande ilha com a ampliação do perímetro urbano, a construção de estradas e de casas populares (os conjuntos habitacionais para operários) nos bairros afastados do centro da cidade e a demolição de alguns casarões, no centro da capital, dando espaço para a construção de prédios comerciais (IPHAN, 2007).

Tabela 1 – Censo do Maranhão

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1950	93.764	26.021	119;785
1960	124.606	33.686	158.292
1970	205.512	59.974	265.486

Fonte: IBGE (Censo demográfico) São Luís: Crescimento populacional no período de 1950 - 1970.

Como podemos observar no quadro acima, houve um crescimento populacional significativo entre as décadas de 1960 para 1970, impulsionado pelo deslocamento de mão de obra para as indústrias¹⁶, que se instalaram na capital e em algumas cidades do interior do Estado (como Santa Inês e Açailândia). Nesse mesmo período, foi criada a Secretaria Estadual de Indústria e Comércio do Maranhão com o propósito de implantar uma usina siderúrgica na capital e, um polo de metalomecânico, que se configuraria como o Distrito Industrial maranhense (COSTA, 2003).

Com a vinda das duas indústrias para o Maranhão, havia uma esperança de que o desemprego diminuiria e as condições socioeconômicas da população mudariam para melhor. Para que esse arranjo na perspectiva social e econômica se concretizasse, seria necessário

¹⁵ Na cidade de São Luís, a ocupação urbana ficou restrita basicamente ao núcleo fundacional de 1612 até 1950; assim, a cidade cresceu numa pequena área geográfica, entre os rios Anil e Bacanga. As propostas contidas no Plano de Expansão da Cidade de São Luís, de 1958, tinham muito do que foi proposto no Plano Rodoviário da Ilha de São Luís, elaborado oito anos antes pelo engenheiro Ruy de Mesquita. Entre essas proposições estava a indicação da construção de uma ponte sobre o rio Anil, ligando o Centro Histórico ao que seria o atual bairro do São Francisco. (PEREIRA; JÚNIOR, 2017).

¹⁶ Vale do Rio Doce (1967) e a ALUMAR (instalam-se em final da década de 70 e início da década de 80).

melhorar as condições educacionais da sua população, principalmente, dos jovens que provavelmente assumiriam essas vagas que, em tese, seriam ocupadas pelos trabalhadores maranhenses nas duas indústrias. Entretanto, essa tese não se confirmou totalmente, uma vez que as vagas que exigiam profissionais qualificados para essas áreas vieram do Sul, Sudeste e do exterior, ficando para São Luís as vagas que exigiam menos qualificação. Logo, o subemprego¹⁷ continuou fazendo parte da realidade da maioria dos trabalhadores locais.

O cenário educacional em São Luís, em especial o da população mais carente, foi o item de impedimento desses jovens de conquistar a tão sonhada vaga na Alcoa e na Vale do Rio Doce. O Estado não fez o dever de casa no quesito educação, pois não disponibilizou cursos técnicos na área industrial para esse grupo específico, no sentido de qualificá-los profissionalmente e nem ofereceu um ensino secundário de qualidade. Esse processo deveria ter sido pensado antes das indústrias chegarem. Tudo isso foi uma barreira para os trabalhadores maranhenses que desejavam trabalhar nesse setor. A educação recebida por eles não possibilitou condições de igualdade para conquistar uma vaga nesse campo de trabalho (COSTA, 2003).

É sabido que, o ensino oferecido não conseguiu preparar esses cidadãos nas áreas que as duas indústrias necessitavam, o que acabou por colocá-los na informalidade ou subemprego. A pouca ou nenhuma qualidade da educação maranhense nesse período, impossibilitou a diminuição das desigualdades sociais que ainda persistiam não só em São Luís, mas também, de forma perversa, nas cidades do interior do Estado.

A educação maranhense, essencialmente a pública, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, ainda mantinha as mesmas características, entre elas a ausência de espaços adequados para o funcionamento das aulas e professores sem a qualificação desejável para exercer essa função, realidade que persistia há muito tempo, ou seja, encontrava-se com as mesmas condições estruturais. Porém, viu-se essa realidade mudar a partir da segunda metade século do XX, a educação oferecida na capital e nas demais cidades do interior do Estado começa seu processo de mudança, seja pelas ações do governo local, seja pelas políticas públicas de âmbito federal, que vão contribuir sucessivamente na mudança desse cenário.

1.2 Religião e educação no Maranhão (1953 – 1976)

É possível observar na história da Igreja, a importância e o valor da educação para o clero. Tal fato, pode ser notado e comprovado pelo número de escolas e institutos criados por essa

¹⁷ Subemprego é uma condição em que determinado trabalho é exercido sem a necessidade de qualificação profissional, recebendo, para isso, salários muito baixos.
Disponível em: <https://www.significados.com.br/subemprego>. Acessado em 17/03/2021.

instituição em quase todos os continentes que esteve presente e, em particular, em terras brasileiras.

Podemos assim, considerar que o campo educacional se define como uma peça fundamental para o trabalho de evangelização, pois por meio dela a Igreja “...cumpre os princípios da missão evangelizadora, criando sua influência, formando a elite que lhes apoia e ao reproduzir seus quadros, produz sua sobrevivência”, conforme afirma Paiva (1991, p. 122). A estratégia da Igreja foi a de ocupar todos os espaços possíveis, na educação e na assistência social, como forma de controlar a sociedade e de angariar as verbas do Estado e as doações de particulares, o que garantia o seu poder econômico e político na sociedade, importantes para sua própria sobrevivência e seus propósitos. E para confirmar tal fato, podemos observar o número de ordens missionárias católicas que passaram a habitar as mais remotas localidades em todo o país.

Nesse sentido, pode-se assegurar que o formato de evangelização concretizada pela Igreja Católica em São Luís foi realizado a partir da educação, o que nos leva a crer na importância do ensino para o clero. O trabalho missionário executado pelas ordens religiosas que se instalaram em todo Maranhão, ao longo de sua trajetória, culminou na criação de várias escolas, assim como um vasto trabalho na área assistencial: criação de asilos, hospitais e outras atividades assistenciais. A exemplo disso, podemos citar a ordem das Irmãs Dorotéia¹⁸ que se destacou nessa atividade e demonstrou uma larga experiência em administrar asilos e escolas.

Nessa perspectiva, pode-se pontuar que o trabalho educacional desenvolvido pelas Irmãs Dorotéia foi de grande relevância para a sociedade ludovicense. A entrega do Recolhimento N. Sra. da Anunciação e Remédios para que as irmãs o administrassem, comprova de certa forma, a eficiência da Igreja no tocante à educação e à assistência social desenvolvida na capital, fazendo muitas vezes o papel que competia ao Estado. Essa ordem, ao longo de sua existência em São Luís, entre muitas das atividades executadas, esteve a tutelar muitas mulheres, das mais diferentes origens étnicas, econômicas e sociais, fazendo que, no percurso de 142 anos, tenha assumido não apenas a função moral-social, mas, nomeadamente, uma função educacional e assistencialista (RODRIGUES, 2012 p. 125).

Dessa feita, após o fechamento do Recolhimento de N. Sra. da Anunciação e Remédios¹⁹, as Irmãs Dorotéia fundam o Colégio Santa Teresa, que teve importante papel no que concerne

¹⁸ O Instituto das Irmãs Dorotéia foi fundado em 1834, na cidade de Gênova (Itália), pela freira Paula Francinetti. Em 1866, as Dorotéia chegaram a Olinda e posteriormente, se espalharam por todo o Brasil. Na Região Norte, começaram a atuar na educação feminina em 1877, ocasião em que administraram o Colégio paraense Santo Antônio, em Belém (PACHÊCO, 1969, p. 415).

¹⁹ O Recolhimento não era nem convento nem escola, ficava entre esses dois modelos e servia a vários propósitos no tocante à vida das Mulheres. Na década de 1920, o Asilo de Santa Teresa foi transferido para uma casa no Canto da Fabril (Bairro do Monte Castelo - São Luís), caracterizando-se como uma instituição voltada à educação

à transformação de recolhimento de meninas para uma Instituição Escolar. Tornando-se mais tarde, referência em educação de São Luís.

A década de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder, marca em definitivo a reaproximação da Igreja católica com o estado brasileiro e a reconquista de parte do espaço que tinha na educação e na assistência, antes da Proclamação da República. Esse processo teve início ainda na primeira metade do século XX, com a escolha de Dom Sebastião Leme como peça-chave na corrida para a cadeira do Ministério da Educação e Saúde, dada a sua atuação em tentar integrar a Igreja às ações governamentais. Constituiu-se, portanto, como uma forma de conseguir maior participação na educação pública nacional. Isso tudo foi uma manobra política, na tentativa de obter êxito em seus projetos educacionais e de evangelização, catequese e dominação ideológica.

Por isso, houve por parte do clero a tentativa de alcançar a vaga de Ministro do Ministério da Educação e Saúde para Dom Leme, por ver assim, uma possibilidade de colocar no poder um representante da Igreja, que por sua vez, ajudaria nos planos ligados às questões de seu interesse. Entretanto, tal propósito não se concretizou, pois foi escolhido para o cargo Francisco Luís da Silva Campos²⁰.

Diante das mudanças institucionais ocorridas durante esse período (início na segunda metade do século XX), a política e a educação foram as mais atingidas. Nesse contexto, a Igreja não ficou em silêncio diante das mudanças realizadas pelo Estado, pois, enfrentou a decisão do poder público de não aceitar nomear seu representante legal D. Sebastião Leme, figura importante da comunidade episcopal, que há muito vinha contribuindo com a Igreja. Dom Sebastião Leme foi considerado um dos grandes incentivadores das mudanças que deveriam acontecer no campo educacional brasileiro e autor de um projeto que tinha como base inserir no currículo das escolas públicas o ensino da religião católica, com a finalidade de difundir e aumentar ainda mais os valores, princípios e ideais cristãos na educação nacional.

Na segunda metade do século XX, em São Luís, o ensino primário era muito semelhante ao oferecido no final do século XIX. Ainda não havia alcançado grandes avanços na qualidade e menos ainda no número de vagas ofertadas à população. A educação formal dada na capital e

de meninas pobres e desvalidas, enquanto o Colégio Santa Teresa restringiu-se à educação de meninas da elite e continuou sediado no mesmo prédio que pertencia ao antigo Recolhimento de Anunciação e Remédios. A criação do Colégio Santa Teresa marcou em definitivo a extinção do Recolhimento no estado do Maranhão (RODRIGUES, 2012, p. 144-145).

²⁰ **Francisco Luís da Silva Campos** nasceu em Dores do Indaiá – MG, em 1891. Seu primeiro mandato teve início em 1919, passando por vários cargos políticos (Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador), assumindo inclusive cargo de Secretário do governo de Minas Gerais. Por sua experiência e articulações políticas, assumiu a pasta de Ministro, do recém-criado, Ministério da Educação e Saúde, no qual foi responsável por promover a reforma do ensino secundário e universitário no país. Faleceu em 1968, em Belo Horizonte. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies>.

no interior do Estado era ofertada tanto pela esfera pública, representado pelo governo, quanto pela esfera particular, representada pela Igreja ou entidade particular. Nesse sentido, muitas instituições católicas de ensino primário, secundário e normal foram abertas pelas congregações que fixaram residência no Maranhão.

Ainda nesse contexto, segundo Pinto (1982, p 109), o cenário educacional maranhense resumia-se como ineficiente, insuficiente, carente de estrutura, de professores e escasso em quantidade para o contingente de alunos que necessitavam dela. Esse quadro coincide com a administração de Anísio Teixeira frente ao Ministério da Educação, o qual implantou o Plano de Reconstrução Educacional (PRE) e foi responsável pela criação da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura (SENEC, 1953) no Maranhão, substituindo a Diretoria da Instrução Pública. Diante disso, a reestruturação foi considerada um grande passo para a educação do Estado.

A SENEK, a partir de 1957, impulsionaria o Plano de Desenvolvimento da Educação e Cultura do Maranhão, realizado por meio de convênios assinados com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), especialmente dirigido à reestruturação do aparelhamento dos grupos escolares, instalação de jardins de infância, escolas primárias e normais na zona rural e regulamentação do Instituto de Educação do Maranhão. Mediante a isso, buscou-se a formação especializada dos professores maranhenses²¹ com “[...] cursos, seminários e concedidas bolsas de estudos para proporcionar aos docentes uma orientação que lhes garantisse a promoção e a renovação dos métodos pedagógicos.” (MOTTA; MACHADO, 2006, p. 237).

Contudo, no universo das escolas privadas mantidas ou não pelo clero, a realidade, educacional era bem diferente das escolas públicas, o que refletia diretamente no ensino administrado nas duas esferas (o público e o privado). Decorrente disso, apenas duas escolas despontam em qualidade de ensino e eficiência administrativa: Liceu Maranhense (fundado em 1838) que dividia o mesmo espaço físico com a Escola Normal, e a Escola Modelo Benedito Leite (fundada em 1900). Essas eram consideradas as escolas-modelo de ensino público da capital São Luís, na segunda metade do século XX.

As instituições mantidas pela Igreja, por sua vez, ofereciam ensino de qualidade, os espaços físicos eram adequados e havia vagas suficientes para aqueles que podiam pagar. Assim eram os serviços educacionais oferecidos pelas instituições católicas que, até certo ponto, contribuíram para o fortalecimento e reconhecimento social da educação formal oferecida à população ludovicense (PINTO, 1982, p. 99).

²¹ARAÚJO, Marta Maria de. **Educativa**. Goiânia, v. 10, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 2007.

Nessa perspectiva, as escolas católicas se tornaram ao longo da história educacional do Maranhão, importantes espaços por oferecer um serviço de qualidade²², sobretudo voltado à elite local, uma vez que os filhos destes ali se encontravam. Outro ponto que se destacou nesse contexto, foi a administração realizada por padres e freiras dentro de normas rígidas e com esmero. Em virtude disso, a sociedade ludovicense via com bons olhos os serviços prestados pela Igreja Católica nas escolas de São Luís, pois era garantia de segurança e qualidade no ensino. Cabe lembrar que a educação nesses espaços seguia as mesmas leis e normas educacionais vigentes para o ensino público.

Na cidade de São Luís, assim como em outras cidades do país, o clero sempre esteve muito presente no campo educacional da capital e do interior do Estado. As várias instituições administradas pela Igreja ofereciam um ensino com muita qualidade que, aos olhos da elite local, era considerado o espaço ideal para formar seus filhos. Para exemplificar essa visão, podemos citar o retorno dos Irmãos Maristas à capital.

Nesse contexto, a Escola dos Irmãos Maristas em São Luís, denominada anteriormente como Colégio Ginásio Maranhense “Francisco de Paula” (fundada em 1937), que passou a se chamar Colégio Marista Maranhense²³ em 1947, foi reconhecida como referência em educação pela sociedade local. Desde a sua criação, o ensino oferecido à elite foi direcionado ao preparo dos jovens para ingressarem na universidade. Na fala de Nunes (2006, p. 124), fica evidente esse propósito: “[...] Isso é a prova da qualidade educacional realizada pela Igreja católica em São Luís”. Para melhor visualizar quais as instituições educacionais se afirmaram em São Luís, ver quadro abaixo:

Quadro 03 – Escolas Católicas em São Luís.

INSTITUIÇÃO	FUNDAÇÃO	NÍVEL EDUCACIONAL	ORDEM MISSIONÁRIA
Colégio Santa Teresa	1894	Infantil ao Médio	Irmãs Dorotéia de Fransinetti
Colégio Santa Terezinha	1924	Infantil e Fundamental Maior	Irmãs Missionárias Capuchinhas
*Colégio Marista Maranhense	1947	Infantil ao Médio	Salesianos
Instituto Divina Pastora	1958	Infantil e Fundamental Maior	Irmãs Missionárias Capuchinhas
Colégio São Vicente de Paula	1968	Infantil ao Médio	Vicentino-Lazarista
Instituto Farina	1970	Infantil e Fundamental Maior	Congregação das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia

Fonte: Organizado a partir de levantamentos encontrados no Banco de dissertações e Teses da UFMA.

*Em 1947, é trocado o nome da escola para Colégio Marista Maranhense (NUNES, 2006).

²² Uma qualidade segundo o modelo da Igreja que interessava à elite a qual ela servia e da qual se servia (TAGLIAVINI, 1989)

O Maranhão desde a primeira metade do século XX tenta dar fôlego a sua educação e como proposta para a melhoria do ensino, na estrutura física e no aumento das vagas, dá início a um projeto de “*modernidade*” para todo o setor educacional. A proposta era oriunda da política nacional de educação geral, que foi adaptada à política educacional do Maranhão. Essa reorganização teve como objetivo principal a melhoria do ensino oferecido na capital São Luís: nas zonas urbanas; suburbana e rural.

Segundo afirma Motta e Machado (2004, p. 227)

Em todo o estado do Maranhão, em 1956, existiam 99 grupos escolares, 29 escolas reunidas, 254 escolas isoladas, 4 jardins de infância e um prédio que abrigava 2 cursos secundários, o colégio do estado, “Liceu Maranhense” e a “Escola Normal do Instituto de Educação”. O quadro de professores estava assim constituído: o então Curso Primário tinha 964 professoras, sendo 738 normalistas, das quais 70 exerciam a função de diretora, 76 eram regentes e 150 leigas.

Diante desse cenário, é possível fazer uma pequena reflexão acerca da realidade do ensino público em São Luís. Entendemos que pelo número de instituições de ensino e de professor(as), estes poderiam ser considerados as duas maiores fragilidades do sistema público de educação do Maranhão, mas havia também a necessidade de aumentar as vagas para a população em idade escolar, diminuir o déficit de políticas educacionais estadual e dar qualidade ao ensino. Isso explica o nível de analfabetismo endêmico que assolava todo o Maranhão, na segunda metade do século XX. Assim demonstra Motta e Machado (2004, p. 228):

É notório que o incentivo à construção e aparelhamento de prédios escolares, bem como à formação e à contratação de professores para a demanda populacional no Maranhão, poderia amenizar o índice assolador de analfabetismo do seu povo, que de acordo com o Censo de 1950, enquanto o índice médio no Brasil era de 50,69%, neste Estado chegara ao extremo de 78,28%, o contingente de analfabetos. Esse fato ensejou mais tarde, em 31 de julho de 1953, a criação da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura (SENECEM), em lugar da Diretoria de Instrução Pública, que tinha atribuições mais restritas.

Assim, em 1958, como dito anteriormente, o ensino maranhense se encontrava com o seguinte quadro: 100 grupos escolares, 31 escolas reunidas, 246 escolas isoladas e 4 jardins de infância, uma realidade bastante difícil de se enfrentar dadas as dificuldades financeiras apresentadas pelo Estado. Porém, com o aval financeiro do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisa (INEP) (Motta e Machado, 2004, p. 231)²⁴, essa realidade passa a mudar, ocorrendo a construção de novas escolas, conclusão das que estavam em fase de construção, aumento do corpo docente e a utilização de novos métodos pedagógicos. Apesar de todas essas significativas mudanças, ainda era desproporcional quando comparada ao quantitativo populacional e a oferta de vagas na educação.

Esse quadro, foi utilizado pela Igreja como referência, uma forma de continuar seu projeto no setor educacional, que passou a complementar, também, o ensino elementar na capital e no interior do Estado de forma a contribuir para a diminuição do déficit existente na grande São Luís. Destacando-se que, a Igreja não perdeu seu espaço na educação escolar privada, concebida essencialmente pela elite e o estado como provedor do ensino público gratuito. Mesmo com a instituição do Estado laico no Brasil, a presença do clero na educação em todos os níveis do ensino e no próprio Estado ainda era muito forte.

Segundo Martins (2002, p. 3-5), o clero maranhense ambicionava realizar uma reforma em todo o sistema de ensino público em São Luís, mais particularmente, no ensino superior, pois acreditava ser necessário e urgente (re)organizar e modernizar a estrutura universitária vigente. Para a Igreja, o sistema era frágil, ineficaz e tinha muitos problemas, o que dificultava a diminuição do analfabetismo, o aumento do número de vagas para a população em idade escolar e a organização do ensino superior. Portanto, todo o sistema aplicado precisava ser revisto e reformulado, segundo o pensamento da Igreja. Diante dessa visão, as críticas contra o Estado eram uma constante.

Com a criação do Conselho Nacional de Educação, ocorreu a reorganização do ensino secundário e superior. Isso implicou em uma ampla reforma no ensino secundário, conferindo à educação uma orientação legal ao aumentar de cinco para sete anos o tempo escolar e dividi-lo em dois ciclos.

Com essa reforma, foi possível conferir uma nova estrutura para o ensino secundário, o que tornou possível novas especificidades para o ensino superior. Assim, essa reorganização, de certa forma, contribuiu para dar ao ensino um caráter elitista, justamente por lhe possibilitar um tempo maior dentro na universidade, adquirindo, portanto, mais conhecimentos e cultura. Em contrapartida, esse ensino apresentava um contraste social e educacional com os estudos curtos e práticos do ensino técnico-profissional ou normal que o outro grupo de estudantes passava a ter.

Na visão de Dallabrida (2009, p. 185), existe uma diferença nos estudos ofertados para as duas classes de estudantes. Para o grupo A, os estudos universitários, e para o B, os cursos técnico-profissionalizantes. Assim, ele afirma: “o todo poderoso império do meio” contribuía, decisivamente, para formar as elites dirigentes que se endereçavam aos cursos superiores – tanto na França como no Brasil.

Foi a partir de interesses da classe dominante e das necessidades econômicas do Estado, que aos poucos se vê descortinar a face do ensino superior no país, mas ainda de forma centralizadora. O primeiro ponto a destacar é o modo como foram organizados os dois níveis de ensino. Em ambos os casos, buscou-se dar uma certa modernidade em sua estrutura, o que obrigou o Estado a rever esses dois níveis de forma conjunta. Isso significava dar um novo paradigma ao ensino secundário, assim como também ao ensino superior.

O segundo ponto é o que se refere à Cátedra²⁵, a universidade carecia de mudanças estruturais, o que estava associado particularmente ao corpo docente. Era imprescindível que essas instituições operassem sobre uma base de ensino e pesquisa, o que ia contra a estrutura vigente. A Cátedra era vista como ultrapassada, um modelo disciplinar que precisava enquadrar-se no novo formato de ensino superior que o país precisava e, que, portanto, deveria ser desconstruído, uma vez que essa forma de docência era uma prática comum nas instituições de ensino superior em todo o país. Essa “*alma mater*” tão comum nas universidades do Brasil ainda era vista e defendida como necessária e importante no meio acadêmico, tendo inclusive sua importância assegurada pela Constituição (1934 a 1946), no entanto, posteriormente extinguida pela Lei nº 5.540 de 1968²⁶.

A terceira parte nesse processo é a compartimentalização, característica semelhante à reforma do ensino secundário, que dividia em três seções um grupo de cursos superiores, definindo-os como da área médica, da engenharia e do direito e educação. A última parte nesse cenário era o caráter elitista que a educação superior possuía. Essa imagem se dava pela forma com que se organizava esse nível de ensino e o perfil dos alunos que passavam a estudar nessas instituições.

Em um momento ímpar da história da educação nacional, quando Anísio Teixeira assume a direção do INEP (em 1952), dá-se início a uma campanha para mudar e modernizar o sistema de ensino público. Ele era um dos muitos intelectuais que discordava do modelo de ensino existente no Brasil. Na visão dele, essa configuração apresentava-se como um divisor de classes tanto social como econômica. Segundo ele, o método educacional transplantado para o Brasil criava essa divisão, o que não ajudava a resolver seus problemas estruturais e continuava a

²⁵ Sf. Cadeira pontificia ou professoral. Dicionário Aurélio. 1989. MEC.

²⁶ Lei de reforma do ensino superior.

atrasar o país em seu projeto de desenvolvimento. Mediante a isso, afirmava que esse modelo se apresentava de duas formas distintas: uma para o povo (educação para o trabalho) e a outra para a elite (uma educação para a cultura). Pontuava ainda, que era imperativa a mudança, era imprescindível construir um sistema em que coabitassem esses dois grupos, que ambos participassem do mesmo espaço e pudessem aprender a partir de suas diferenças.

2 RELAÇÃO ESTADO-IGREJA NO MARANHÃO: ENSINO SUPERIOR E ENSINO SUPERIOR CONFSSIONAL

Este capítulo tem como objetivo conhecer o processo histórico do ensino superior e a formação sacerdotal no Maranhão entre as décadas de 1953 - 1976.

2.1 Ensino Superior no Brasil: Uma educação tardia

Construir uma visão sobre a história da educação superior no Brasil requer no mínimo organização e a demarcação de um período devido à amplitude dos fatos e/ou acontecimentos dessa história, pois aqui nos propomos a descrever apenas um breve recorte temporal, para compreendermos como deu-se essa história no período delimitado, no caso, a segunda metade do século XX.

As universidades brasileiras têm-se constituído ao longo dos anos como um espaço acadêmico de luta e resistência, importante no campo do ensino, científico e político. Dessa forma, compreendemos que pela sua especificidade e dinamismo, é necessário estabelecer outras relações, que vão ajudá-las a se projetarem para além do simples fazer acadêmico.

A educação superior no país pode ser datada com a chegada de Inácio de Loyola²⁷, com a fundação do Colégio da Bahia, em 1572, e a implantação do curso de teologia. Na época, o referido curso foi equiparado aos cursos da Universidade de Évora em sua estrutura e ensino, considerada a segunda melhor universidade de Portugal (CALMON, 1967). Esse processo foi tardio quando comparado ao de países da América do Sul. Tem-se, a exemplo, o Peru, que teve a Universidade Nacional de San Marcos, fundada no ano de 1551. Com isso, podemos concluir que a implantação do ensino superior em terras brasileiras foi um processo demorado.

Com a vinda da família real para o Brasil (em 1808), chega também, o ensino superior, quando são criadas as primeiras IES: as Escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje faculdade de medicina da Universidade Federal da Bahia), de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (hoje a Faculdade de Medicina da UFRJ), a Academia da Guarda Marinha, no Rio de Janeiro (posteriormente, a Academia Real Militar e, anos mais tarde, Escola Nacional de Engenharia da UFRJ) e, logo depois, a criação do curso de Agricultura. Embora com uma certa

²⁷ Inácio de Loyola (1491-1566) nasceu na Espanha, de família fidalga, acabou por seguir a carreira militar, converteu-se à vida religiosa após ser ferido em 1521 no cerco de Pamplona pelas tropas francesas. Estudou humanidades nas Universidades de Alcalá e Salamanca-Espanha, e teologia na Universidade de Paris. Em Roma, fundou a Companhia de Jesus, que o Papa Paulo III aprovou em 1540. LEITE, Serafim. Suma história da Companhia de Jesus no Brasil (assistência de Portugal): 1549-1760. Lisboa: Junta de Investigação Ultramar, 1965.

resistência por parte da coroa Portuguesa em relação à criação dessas instituições, houve um significativo avanço na implantação desse modelo de ensino no período em que estiveram no Brasil.²⁸ A elite brasileira, com interesses particulares, comungava da mesma ideia da coroa, acreditava ser desnecessário o ensino superior no país, pois esse nível educacional não contribuiria naquele momento para a economia local e nem para as demandas sociais existentes.

O ensino superior brasileiro vai receber de fato uma expansão após a Proclamação da República (1889 - 1930), com base nos objetivos do Estado de priorizar e implementar as políticas oficiais. Essa implementação favoreceu para que as autoridades passassem a dar mais atenção ao ensino público, centralizando essas ações educacionais nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde são criadas instituições, escolas e afins, dentre eles: o Instituto Adolfo Lutz e Escola Politécnica, em 1893; Escola de Engenharia Mackenzie e Academia Brasileira de Letras, em 1895; Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1897; Instituto Biológico Butantan, em 1899; Instituto Soroterápico Federal e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, em 1901; a Escola de Comércio Álvares Penteado e a Mackenzie College, em 1902.

Na década de 1930, o sistema educacional brasileiro apresentou uma expansão, que passou de 24 escolas isoladas a 133, sendo 86 criadas ainda em 1920. Mesmo tendo opositores e defensores dessa modalidade de ensino, os projetos para a criação das universidades pensadas pelos intelectuais nas primeiras décadas do século XX já eram defendidos como universidade pública, contrapondo-se ao modelo de escolas isoladas até então existentes (MARTINS, 2002).

A complexidade de criar e estruturar as universidades públicas exigiu um trabalho muito grande, não só no Brasil como nos demais países da América Latina. Nacionalmente, o processo de criação dessas IES foi muito lento e em dado momento, até difícil de se consolidar devido a uma série de problemas de ordem econômica e sobretudo, política. Isso pode ser observado no descompasso que ocorreu durante o processo de criação dessas instituições. Nos estudos já realizados sobre esse assunto, Stephanou (2005) e Paiva (1991) são unânimes em afirmar que todo esse processo só se concretizou no país no século XX. Os debates sobre a criação da universidade não se restringiam mais às questões estritamente políticas, mas também ao conceito e à função da universidade (COSTA, 2017).

Para entender a multiplicidade que envolveu o processo de criação das IES, é importante destacar que as escolas isoladas e faculdades foram os primeiros modelos de instituições de ensino superior, propriamente ditas, criadas no Brasil. Tem-se, assim, as seguintes

²⁸ No final do século XIX, as instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. A educação paulista foi a primeira a romper com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central. Dentre os cursos criados em São Paulo neste período, estão os de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie, que é confessional presbiteriana. (TEIXEIRA, Anísio. 1969).

características desse modelo de ensino: pouca autonomia, cursos realizados de forma isolada, um curso em cada espaço físico, caráter profissionalizante, bacharel e ofertado de forma privada. Essa era a imagem do ensino superior no país que se apresentava à sociedade brasileira, sendo este um modelo de educação oferecido para poucos.

Acrescenta Mendonça (2000, p 10):

Ao longo dos anos 50/ 60, o ensino superior no Brasil sofreria o impacto das duas ideologias que se constituíram na base de sustentação dos governos que se sucederam até 1964, e que iriam condicionar tendências diferentes e algumas vezes contraditórias que marcaram a forma como o ensino superior se desenvolveu durante esse período.

Nesse sentido, como forma de ampliar os cursos superiores, houve um aumento crescente no número de instituições isoladas que foram sendo criadas em todo país. Para modificar o modelo de ensino existente, foi necessário primeiramente o formato de curso profissionalizante, o que Mendonça (2000) denominou de processo de agregação das escolas profissionalizantes. Ainda segundo a autora, a institucionalização dessas IES teve sua origem na federalização das Escolas Superiores e das Faculdades Isoladas.

Na Tabela 2, podemos observar a expansão do ensino superior no país, entre os anos de 1900 e 1968. Nela, podemos notar como esse processo foi se desenvolvendo e o quantitativo de instituições que foram criadas ao longo desse período.

Tabela 2 – Expansão do Ensino Superior

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR			
PERÍODO	ESCOLAS DE ENSINO SUPERIOR	UNIVERSIDADE	
		Públicas	Privadas
Até 1900	24		
1900 – 1910	13		
1910 – 1920	34	2	-
1920 – 1930	86	2	-
1930 – 1945	95	2	-
1945 – 1960	223	14	-
1960 – 1968	375	19	-
1970 – 1975	-	39	35

Fonte: A partir de dados fornecidos por Teixeira, 1969.

Na década de 1964, ocorreu no Brasil o golpe militar que culminou com uma ditadura até 1985. Essa nova forma de governo foi responsável por um sistema de múltiplos governos militares no país, o qual, entre muitas decisões equivocadas, acabou dando início ao processo

de internacionalização da economia brasileira, as políticas neoliberais. A partir dessa concepção econômica, o Estado percebe a necessidade de modernizar o sistema de ensino público vigente, como forma de atingir os objetivos econômicos e sociais que o governo começou a implantar a partir desse momento, o que de fato ocorreu. Para dinamizar essas ações, o Estado dá início à universalização do ensino de 1º grau, a fim de se adequar à política desenvolvimentista do capitalismo, pois era necessário oferecer educação a toda a população.

Durante esse período, houve um aumento no número de escolas públicas em todo o país, graças também aos movimentos estudantis e da classe média que há muito tempo reivindicava mais escolas e mais educação. Esse processo foi acelerado, também, pela Reforma do Ensino Superior (FÁVERO, 2006, p.16).

Do ponto de vista do aumento das IES, com o passar dos anos foi possível perceber que, em um período de 68 anos, a institucionalização das escolas de ensino superior teve um aumento de unidades, ocasionado pelo processo amplo de expansão ocorrido nas décadas de 1960 e 1970. Na visão de Cunha (1983), a expansão do ensino pode ser explicada como uma resposta do Estado ao aumento da demanda das camadas médias e pela própria ampliação do ensino secundário público, o que gerou mudanças no ensino superior nesse período.

Assim, o ensino passa a ter um novo significado dentro do contexto social e econômico, em um período tão conturbado que o país vivia (entre os anos de 1960 e 1970). Como já foi dito anteriormente, mesmo o Brasil passando por um desencontro de ideias sobre como deveria ser o ensino superior, não resta dúvida de que houve uma perspectiva favorável para a criação das universidades públicas em todo o país durante esse período (CUNHA, 1983).

As IES eram denominadas de Faculdades Isoladas e/ou Escolas de Ensino Superior e sua estrutura acadêmica baseava-se somente no ensino. Assim sendo, o ensino era a prioridade dessas instituições, a realidade cultural, social e econômica de cada capital, em particular, a dos centros urbanos, era o que orientava os cursos, os quais quase sempre eram profissionalizantes e bacharelados - um projeto de educação com objetivos e princípios orientados a partir dos interesses da elite de cada região do país. A denominação “universidade” é uma grafia nova que passou a ter essa concepção quando as IES sofreram o processo de federalização (AZZI, 2008).

Nesse sentido, tanto para Neves (2002) como para Fávero (2006), essas faculdades isoladas eram concebidas como excepcionais pela sua organização estrutural. Dessa forma, o modelo de universidade implantada no Brasil sofre uma transformação para que sua estrutura acadêmica pudesse ser reorganizada e, assim, após sua mudança, passasse a ter departamentos (substituindo a antiga cátedra), novos cursos de licenciatura e cursos em outras áreas. Foram instituídos o regime semestral e o sistema de créditos, assim como estabelecidas a opção de tempo integral para o contrato dos professores e a necessidade de obtenção de títulos para os

docentes, condição essencial para o cargo de professor (a) e, posteriormente, a progressão na carreira acadêmica.

2.2 Ensino superior em São Luís (1956 - 1978)

O sonho da criação de uma universidade em São Luís era antigo, idealizado inicialmente pelo poeta Sousândrade. Apesar de não o ter concretizado, imaginou até mesmo o nome: Universidade Atenas Brasileira.

A educação superior em terras maranhenses surge logo após a Proclamação da República. A ilha de São Luís segue os passos das demais capitais do país ao criar as primeiras instituições de ensino superior, que seriam uma realidade para a população local à época, considerando-se que o ensino superior já era uma realidade para os filhos da elite, que geralmente estudavam em Portugal. Portanto, esse modelo de instituições superiores seguia a referência do sul e sudeste do país.

Em São Luís, o processo de criação das primeiras instituições foi um pouco demorado. E quando de fato aconteceu, teve um início muito difícil. A criação das primeiras faculdades isoladas começa com poucos cursos e com um número pequeno de vagas, o que pode ser considerado um processo árduo para a realidade econômica da capital. Segundo Meireles (1994), a elite local teve interesse particular nessa modalidade de nível de ensino.

Desse modo, na capital, pouco a pouco foram surgindo as faculdades isoladas, que eram de cunho privado, ou seja, sem a participação do Estado, segundo esclarece Meireles (1994). Dada a carência de instituições de ensino superior em São Luís, havia um número elevado de pessoas sem terceiro grau, ocasionado pelos mais diversos fatores como o número pequeno de vagas e o valor a ser pago pelo curso escolhido. Diante de problemas de ordem política e interesses particulares, a cada dia ficava mais distante se criar uma instituição de ensino superior pública na grande São Luís. Houve uma forte pressão dos intelectuais que requisitavam há muito a solução desse antigo problema.

Mediante a isso, em 28 de novembro de 1916, foi criada a Escola do Aprendizado Agrícola Cristino Cruz, no Bairro da Maiobinha, localizado na zona rural da capital. Com alguns problemas estruturais e algumas questões de ordem política, a instituição só funcionou por cinco anos. Após o fechamento, foi cedida à União por meio da Lei nº 1.288, de

08/04/1927²⁹. Vale ressaltar, que de certa forma, essa instituição foi o primeiro passo para o curso superior em agronomia (MEIRELES, 1994).

Cronologicamente, podemos fazer o seguinte panorama das faculdades isoladas existentes em São Luís, a primeira Faculdade Isolada aberta em São Luís foi a Faculdade de Direito (criada em 1908), pelo Sr. Domingos de Castro Perdigão, com o apoio do senador José Eusébio Carvalho de Oliveira. Apesar de uma situação de desânimo surgida a partir dos conflitos e situações movidas pelo cenário político estadual nesse período, o senador consegue um forte aliado para sua causa, o então Cônsul português Fran Paxeco. Levado pela necessidade de organizar a Faculdade de Direito, foi criada em 1918 a Associação Organizadora da Faculdade. Após a criação da Associação, entra em funcionamento a Faculdade Isolada de Direito sob a direção do Dr. José Viana Vaz que passa a funcionar em prédio próprio em frente ao Teatro Arthur Azevedo (MEIRELES, 1994).



Figura 1: Prédio da Faculdade Isolada de Direito. Localizado na Rua do Sol – Centro da capital São Luís

²⁹ MEIRELES, Mário Martins. Dez Estudos Históricos. (Coleção Documentos Maranhense). ALUMAR CULTURA, 1994.

Após a criação da Associação³⁰, que reconhecia a faculdade como instituição de utilidade pública³¹, ou seja, uma instituição que se encaixa nos requisitos legais para exercer a função de ensino, o Estado valida os diplomas expedidos por essa instituição, os quais passam a valer em todo território maranhense, assegurados pela Lei Estadual nº 963, de 04/04/1921³².

De acordo com dados históricos, a segunda faculdade a ser aberta foi a Escola de Enfermagem de Assistência à Infância, inaugurada em 1/9/1919. Seu fundador foi o Cônsul português Fran Paxeco e mais dois médicos de São Luís³³. A direção da instituição ficou a cargo do Dr. Achilles de Farias Lisboa (Médico e Farmacêutico maranhense) para supervisionar o curso e foram selecionadas duas enfermeiras inglesas, as senhoras Margaret Laurie e Gertrudes Colet. O primeiro local de funcionamento ocorreu no Grupo Escolar Raimundo Correia, localizado na Rua do Sol, no centro da capital. Em 1925, transferiu-se para sede própria, localizada num sobrado no Largo de Santo Antônio.

Devido ao fato de o Maranhão e a capital apresentarem problemas em relação a profissionais de saúde, foi promulgada a Lei nº 764, de 23/04/1917 que autorizava os diplomados pela Escola Livre de Odontologia do Pará exercerem a profissão no Estado do Maranhão, ou seja, o Estado reconhecia os diplomas numa tentativa de suprir a necessidade de profissionais na referida área. Porém, isso não foi suficiente para resolver a problemática gerada pela carência desses profissionais. E em 1925, a Escola de Farmácia incluiu o curso de Odontologia na mesma faculdade, tornando-se Escola de Farmácia e Odontologia do Maranhão.

No ano de 1922, foi criada a Escola de Belas Artes, mas não vingou, sendo extinta logo em seguida. Em 1923, nasceu a Faculdade de Farmácia do Maranhão, fundada pelos Drs. Luís Viana e Cesário Veras. O Estado reconheceu a Faculdade como de utilidade pública e, a fim de auxiliar nas despesas do curso, estabeleceu um auxílio de Rs. 6:000\$000 (seis mil réis) para custear as despesas da faculdade, amparada pela Lei nº 1.121, de 7/4/1924. Percebendo a importância do curso para a sociedade ludovicense, o auxílio recebeu um aumento substancial, alterando-se para Rs. 10:000\$000 (Dez mil réis).

Ainda em 1922, fundou-se a Escola Superior de Comércio do Centro Caixeiral, fruto da associação de classe do comércio (existente desde 1800), e passou a ter seu currículo adaptado às normas do Decreto Federal nº 7.988, de 22/9/1945³⁴, o que levou a criar os cursos de Ciências

³⁰ Id. Lei nº 834, de 21/3/1919.

³¹ São consideradas Instituição de Utilidade aquela que tem como fim específico servir à coletividade, a partir de alguns requisitos, entre eles: idoneidade moral comprovada de seus diretores, exercício de atividade de ensino e pesquisa etc. Site: www.justica.sp.gov.br.

³² Além de revalidar em todo estado do Maranhão os diplomas expedidos pela Faculdade de Direito, promulga a Lei 1.356, de 12/4/1929, na qual autoriza os alunos quartanistas e quintanistas, a exercerem as funções de solicitador e advogado, respectivamente (MEIRELES, 1994, pág. 64).

³³ Os senhores Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras.

³⁴ Id. Lei nº 7.988, de 22/9/1945.

Econômicas, Contábeis e Atuariais³⁵, sendo reconhecidos posteriormente como curso superior. Anos mais tarde, essa escola muda para o nível secundário e passa a se denominar Escola Técnica do Comércio do Centro Caixeiral, diplomando seus alunos como Técnicos em Contabilidade, reconhecido pelo Estado pela Lei nº 1.207, de 31/3/1925³⁶.

Em 1929, houve uma tentativa de implantar a faculdade de medicina, mas isso não ocorreu. Em 1930, o farmacêutico Silveira Teixeira, o mesmo que há sete anos havia fundado a Faculdade de Farmácia, dá início ao processo de abertura da faculdade de medicina, mas o projeto não foi adiante devido aos escassos recursos financeiros disponibilizados para esse fim. Na época cogitou-se a criação de um jogo de loteria para custear as despesas que o curso exigia.

No ano de 1932, surge uma nova proposta de curso, a abertura da Escola de Agronomia do Maranhão, iniciativa do agrônomo José Nogueira de Carvalho - chefe do Serviço de Defesa Vegetal e do engenheiro Tebiriçá de Oliveira – diretor da Escola de Educando Artífices do Maranhão³⁷. Em 1933, tiveram início as atividades da Escola de Agronomia no Sítio do Ingaúra, no bairro do Angelim. Por meio do Decreto nº 879, de 19/7/1935, a instituição é reconhecida como de utilidade pública, mas com a reestruturação do ensino agrícola em todo país e as fiscalizações constantes por parte do Ministério da Agricultura e Comércio, a instituição teve suas atividades encerradas em 1939. Em relação aos alunos, os cursantes foram transferidos para escolas legalizadas e, aos já diplomados, foi concedida a revalidação de seus diplomas, mediante um exame na Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro.

Ao longo do ano de 1944, após incansáveis pedidos e reivindicações por parte dos estudantes maranhenses que almejavam o ensino superior público, foi dado o primeiro passo para que essas solicitações fossem concretizadas. E assim, em julho desse mesmo ano, foi criada a Fundação Paulo Ramos³⁸, iniciativa imprescindível na implementação dos cursos superiores apoiados pelo Estado, que há muito pedia uma solução para esse anseio. Nas palavras de Meireles (1994), as faculdades existentes em São Luís eram todas de cunho privado, e ainda

³⁵ A sede da Faculdade localizava-se no Casarão à Praça Benedito Leite, nº 2, esquina com a Rua de Nazaré. O prédio foi adquirido em 1910 (MEIRELES, 1964, p.66).

³⁶ Id. Lei nº 1.207, de 31/3/1925.

³⁷ A Escola de Educandos Artífices foi criada pela Lei Provincial nº 105, em 23 de agosto de 1841 e inaugurada em novembro do mesmo ano, sob a direção do Presidente da Província, Dr. José Antônio Falcão. O objetivo da instituição era dar instrução de primeiras letras e um ofício aos moços desvalidos, de preferência os rejeitados, como forma de tirar os jovens do caminho do vício e oferecer à Província trabalhadores e artífices. O quadro de formação profissional era de alfaiate, pedreiro, carpinteiro e charuteiro desde que o estabelecimento possuísse oficinas preparadas para a prática dessas profissões. A instituição foi extinta pelo Governo Provincial do Estado do Maranhão, em 13 de novembro de 1889. LEIS E RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Secretaria do Governo do Maranhão de 23 agosto de 1841.

³⁸ Em 19 de julho de 1944, foi criada pelo então Interventor Federal o Sr. Paulo Martins de Sousa Ramos, a Fundação Paulo Ramos, cujo objetivo era manter o ensino superior no Estado do Maranhão. Como primeiro Presidente da instituição foi escolhido o Sr. Luiz de Moraes Rêgo, tendo como primeira responsabilidade reabrir os cursos de Direito e de Farmácia e Odontologia (criando assim a nova Faculdade de odontologia), pois os mesmos encontravam-se fechados. A reabertura se deu por meio do Decreto-federal nº 17.553, de 9/1/1945.

segundo ele, com a criação da Fundação, os cursos passariam a ser reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura e, portanto, seriam beneficiados com dinheiro público.

Nessa perspectiva, as instituições de terceiro grau passam a ser órgãos da administração pública – faculdades federalizadas, de responsabilidade pública, civil da União, estabelecida pela Lei Federal nº 1.254, de 4/12/1950 (MEIRELES, 1994, p. 68).

Ainda sobre a criação das IES, surge a Faculdade de Assistência à Infância, que não chegou a ser reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura, porém que mais tarde, se tornaria a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, cujo Regimento original é datado de 15/07/1948 (MEIRELES, 1994, p. 70).

Pelo Decreto-Lei nº 30.628, de 11/3/1952, a Faculdade de Enfermagem é reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura, tendo como responsáveis os senhores Francisco Távora Teixeira Leite, Geraldo de Oliveira Melo, pela Madre Josefa Maria de Aquiraz (Superiora das Irmãs Terceiras Capuchinhas) e Dr. Tarquínio Lopes Filho, médico responsável pela Administração do Hospital Geral (MEIRELES, 1994, p. 69).

Por volta do ano 1950, precisamente em janeiro, é criada a Escola de Assistência Social do Maranhão, apoiada pela Legião Brasileira de Assistência (a extinta LBA), pela Arquidiocese de São Luís, pela Secretaria de Educação e Saúde do Estado e pela Prefeitura de São Luís. A criação dessa instituição deu-se pela carência de profissionais dessa área para atuarem na capital e no interior do Estado, dificultando as ações do Estado e da própria Igreja católica nas comunidades periféricas.

Nesse sentido, pode-se observar que, mesmo com toda necessidade de profissionais na área da assistência social e levando em consideração os apoiadores para a continuação do curso, ele não foi reconhecido pelos órgãos competentes e acabou por encerrar suas atividades três anos depois de sua abertura. Todavia, mesmo fechado, facilitou a criação da Escola Maranhense de Serviço Social, tendo as mesmas características do curso de Serviço Social.

Esta segunda Escola, Serviço Social, foi criada pelo Decreto Episcopal nº 5, de 10/02/1953, tendo suas atividades iniciadas nesse mesmo ano, com a chegada do novo Arcebispo de São Luís, Dom José de Medeiros Delgado, conferidas às Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Coube a Irmã Altiva Pantoja da Paixão, a incumbência de administrar a Escola Maranhense de Serviço Social, sendo esta a primeira diretora. A Escola foi mantida pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, que tinha como sede a cidade de Campina (São Paulo).

Através da Lei Estadual nº 1.114, de 31/12/1953,³⁹ a Escola de Assistência Social é reconhecida também como de utilidade pública e funde-se à antiga Escola de Assistência Social da LBA, no dia 15/3/1954, passando a ser Escola de Serviço Social do Maranhão. Sua sede localizava-se no Solar do Barão de Itapary, na Rua dos Remédios – Centro da capital. Posteriormente, através da Lei Federal nº 47.784, de 10/2/1960, é reconhecida e passa a se denominar Faculdade de Serviço Social do Maranhão.

Com a federalização da Faculdade de Direito e de Farmácia e Odontologia, a Fundação Paulo Ramos, mantenedora das duas instituições, deixa de exercer sua função de administradora das IES, perdendo assim, seu objetivo principal que era o de administrá-las. Perante essa medida, ocorreu o fechamento da fundação e o seu patrimônio foi repassado ao Estado.

Após a mudança estatutária das duas faculdades e valendo-se da não extinção por completa da fundação (pelo menos no papel), três grupos surgem em defesa da criação de mais uma faculdade. O Primeiro grupo, formado pelos professores da Fundação Paulo Ramos, defendem o velho sonho do Império, a Escola de Agronomia; e o segundo grupo, formado pelos intelectuais da Academia Maranhense de Letras, desejam a criação da faculdade de Filosofia e Letras. Os membros da Academia Maranhense de Letras aspiravam à criação da faculdade de Filosofia e a Igreja católica a criação da Escola Normal Superior. Assim, o Arcebispo Dom Adalberto Acioli Sobral⁴⁰ e o Presidente da Academia Maranhense de Letras à época firmaram o compromisso de se unir na construção de uma instituição com os dois cursos: Filosofia e o Normal Superior. Porém, com a morte do Arcebispo, em Aracaju, a concretização desse projeto ficou aguardando a nomeação do novo Arcebispo de São Luís, o que ocorreu algum tempo depois (1953).

Desta forma, em 15/08/1952, foi fundada, na sede da instituição cultural, a Faculdade de Filosofia de São Luís que, pelo Decreto nº 32.606, de 23/4/1953, é autorizada a funcionar com quatro cursos: Filosofia, Letras Neolatinas, Geografia e História e Pedagogia⁴¹. Seu funcionamento acontece sob a administração diocesana, tendo como Diretor Monsenhor Luís Madureira.

Assim, em 1953, é nomeado o novo Arcebispo de São Luís, Dom José de Medeiros Delgado, que ao assumir o cargo ratifica o acordo realizado pelo seu antecessor. Assim, cede o Palácio Cristo-Rei para a Faculdade de Filosofia e a Fundação Paulo Ramos fica responsável por manter a faculdade e realizar a seleção dos professores. Ficou acordado entre as partes que

³⁹ MARANHÃO, Leis, decretos, etc. Lei nº 1.114, de 31/12/1953.

⁴⁰ Arcebispo de São Luís de 1947 a 1951 - D. Adalberto Acioli Sobra. (MEIRELES, 1994).

⁴¹ BRASIL. Leis e Decretos nº 32.606, de 23/4/1953 – Que autoriza o funcionamento da Faculdade.

os professores seriam selecionados da seguinte forma: 50% do corpo docente seria indicado pela Igreja e 50%, indicado pela Academia Maranhense de Letras, com o objetivo de revigorar a educação superior existente em São Luís e principalmente, ver a Igreja ocupar novamente o espaço público, reservado ao Estado.



Figura 2. Dom José de Medeiros Delgado. Imagem dos arquivos da Arquidiocese de Fortaleza. Dezembro de 2021.

Espaço considerado importante para as ações da Igreja, não somente para atuar junto à sociedade local, mas para o trabalho de base que realizava. Foi nessa perspectiva que Dom Delgado (janeiro de 1955) cria a fundação Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), entidade que tinha por objetivo promover o desenvolvimento da cultura no Estado do Maranhão e criar uma Universidade Católica na capital São Luís, sobre a qual detalharemos no terceiro capítulo.

Em 28 de fevereiro de 1957, ocorre a fundação da Faculdade de Ciências Médicas, que passa a funcionar provisoriamente nas dependências do Hospital Presidente Dutra⁴² sob direção

⁴² O Hospital Presidente Dutra, à época, era de propriedade do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. MEIRELES, 1994, p. 72.

do Prof. João Bacelar Portela⁴³. Conforme a exigência do MEC de possuir sede própria, o curso se transfere em definitivo para a Praça Gonçalves Dias, no centro da Capital. O curso passou a funcionar a partir do Decreto Federal⁴⁴ e posteriormente, é reconhecido pelo Decreto Federal nº 58.364⁴⁵.

Em 1958, é criada a Faculdade de Ciências Econômicas, considerada a penúltima faculdade privada de São Luís, sendo a Escola Técnica do Comércio do Maranhão, a responsável pela sua criação. Após a mudança para sua sede própria, teve seu reconhecimento autorizado pelo Decreto Federal nº 63.703, de 28/11/1968 (MEIRELES, 1994, p. 73).

Durante o mandato de José Sarney, promulga-se a Lei estadual de nº 2.728, de 22/12/1966, que autoriza a criação da Escola de Administração Pública do Maranhão, pelo Decreto nº 3.494⁴⁶, com a direção do Prof. João Geraldo Bugarim e como secretário Prof. José Maria Cabral Marques (ex-Secretário de Administração do Estado). Compreende-se, aqui, que o cargo assumido pelo Prof. José Maria Cabral Marques na instituição foi uma estratégia política para assegurar a presença do Estado nesse espaço. É nesse ano, 1966, que nasce a Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Em 1967, a Lei estadual nº 2.740, de 08/06/1967 e o Decreto nº 3.574, de 12/07/1967 estabeleceram a criação da Escola de Engenharia do Maranhão, um dos projetos idealizados e concretizados no governo de José Sarney para transformar o Maranhão. Para o então, governador, com a criação dessa IES estaria cumprindo um dos requisitos básicos na construção de ‘um novo Maranhão: a transformação da arquitetura urbana de São Luís e a construção de estradas no interior do Estado com o propósito de escoar a produção agrícola do Maranhão. Assim, o Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento do curso, mas com o nome de Engenharia Civil devidamente legalizado pela Resolução nº 6, de 04/12/1967 (MEIRELES, 1994).

Ainda na ordem de criação dos cursos e, conseqüentemente, das instituições, a Escola de Agronomia do Maranhão novamente retorna ao cenário político. O velho sonho do Maranhão-império, a criação do Curso de Agronomia no Maranhão, foi concretizado pelo Secretário de

⁴³ João Bacelar Portela era natural de Santa Quitéria, cidade do interior do Estado do Maranhão. Era médico, formou-se no Rio de Janeiro, mas estudou também Engenharia e Farmácia. No Governo de Newton Belo, exerceu o cargo de secretário de Saúde. Foi professor emérito da Universidade Federal do Maranhão e membro titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Juntamente com Dom Delgado foi o idealizador da criação da fundação Universidade do Maranhão. Integrou o Conselho da UFMA, no qual assumiu o cargo de Reitor interino. No âmbito de pesquisa da ciência médica, ganhou destaque com um trabalho a respeito das infecções no campo da obstetrícia, que foi apresentado às Jornadas Médicas Maranhenses. Foi membro da Academia Maranhense de Medicina, cadeira de número 19 e na Academia Maranhense de Letras, ocupou a cadeira de número 36. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Site: <https://academiamaranhense.org.br//26/05/2020>.

⁴⁴ BRASIL. Leis e Decretos. Decreto nº 43.491, de 03/07/1958.

⁴⁵ Id. Decreto nº 58.364, de 09/05/1966.

⁴⁶ Decreto nº 3.494, de 03/03/1967.

Agricultura do Estado: o engenheiro-agrônomo Lourenço José Tavares Vieira da Silva, que assumiu o cargo de diretor da IES. Para ajudar na manutenção da Escola, foi anexado aos bens da instituição o patrimônio do extinto Centro Agrônomo do Maranhão. A Resolução nº 26 de 26/08/1970 concede a autorização de funcionamento e o Decreto nº 74.086⁴⁷ formaliza o reconhecimento do curso.

A quarta e última instituição a ser criada, ainda durante o Governo de José Sarney, foi a Faculdade de Educação de Caxias, criada pela Lei estadual nº 23/03/1968, que passou a funcionar apenas em 1974 através da Resolução nº 2, tendo como conselheiros Luiz de Moraes Rêgo, Raimundo de Mattos Serrão e Pedro Neiva de Santana. O Decreto Federal nº 81.037⁴⁸ concede o reconhecimento aos cursos: Pedagogia (Administração Escolar de 1º grau), Letras, Ciências e Estudos Sociais e todos os cursos de licenciatura curta⁴⁹. Essa foi a forma do governo de tentar resolver parte do problema da educação básica maranhense, uma vez que esses cursos surgiram para suprir a carência existente na educação na região leste do Estado e na capital São Luís.

Assim, as IES foram aos poucos surgindo em terras maranhenses devido, principalmente, à escassez de mão de obra qualificada para a educação, assim como pedia profissionais de outras áreas. Graças ao “desenvolvimento econômico” que começava a chegar nesta terra. As primeiras instituições de ensino superior em São Luís foram: as Escolas de Ensino Superior, Universidade do Maranhão (UMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e CET (IESMA).

2.3 Concepção de laicidade na universidade pública

A concepção de laicidade foi instrumentalizada na Europa, especificamente na França, no final da Idade Média e, por motivos políticos e filosóficos, passou a buscar nos fundamentos não-religiosos a reafirmação da autoridade política em todos os espaços. O objetivo era de neutralizar a presença do poder religioso nas esferas públicas, o que proporcionaria, nesse sentido, a liberdade e autonomia de consciência civil dos cidadãos. Tal processo, terminou acontecendo também, nos demais países do mesmo continente.

Na América Latina, diferentemente do processo que ocorreu na Europa, a separação entre Estado e Igreja foi mais demorada. Assim, ao redirecionarmos o olhar sobre o processo de

⁴⁷ Decreto nº 74.086, de 21/05/1974.

⁴⁸ Decreto Federal nº 81.037, de 15/12/1977.

⁴⁹ Modalidade de licenciatura com uma carga horária reduzida e um curso de curta duração, Licenciatura Curta. Está contida na LDB 5.692/71, no Art. 30, b, c, que estabelece como formação mínima para exercer o magistério. Essa modalidade de ensino preparava os professores para ministrar aulas a estudantes do fundamental I e II. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao>.

laicidade irão se apresentar a partir de diferentes realidades, o que a torna complexa por múltiplas questões, desde as estruturais, geográficas e culturais dos países que englobam a América Latina e América Central. O processo de separação entre os dois poderes vai se constituir por um desejo do Estado em dar liberdade de consciência religiosa, assim como outras liberdades aos cidadãos. Uma modernidade que avançava rápido e pedia novos entendimentos sociais. Dessa forma, O Estado laico na América Latina fortaleceu-se com a chegada da democracia, pois esta contribuiu para a legitimidade cívica-secular dos regimes políticos (BLANCARTE & ESQUIVEL, 2017).

Podemos entender a laicidade como um princípio de separação, entre os integrantes religiosos e a atuação do Estado, concebendo a consagração de liberdade e igualdade (SARMENTO, 2008); e também como um regime social de convivência (LOREA, 2008), cujas instituições políticas encontram-se legitimadas pela soberania popular e não mais em elementos religiosos, como nos regimes que precederam a modernidade (BLANCARTE, 2008). Essas construções são relevantes e indispensáveis na apreensão desse fenômeno na sociedade moderna.

Segundo a socióloga Micheline Milot (2008), a laicidade supõe, fundamentalmente, que a legitimidade do Estado e das normas coletivas que ele elabora não se baseia nas doutrinas religiosas ou na aprovação de uma Igreja, mas na soberania dos cidadãos, livres e iguais. Dessa forma, entende-se que o processo de laicidade na educação brasileira, particularmente, no ensino superior, deve ser entendido como a retomada por parte do Estado de sua autonomia.

No Brasil, a separação entre a Igreja e o Estado foi um imperativo político, porque era necessário retirar de dentro do espaço educacional, a figura do divino, do sacro, do sagrado, considerado pelos intelectuais, condição indispensável a qualquer sociedade que desejasse progredir. Conforme posicionamento de Catroga (2006) e Ranquetat Jr. (2008), a laicidade estrita garante a neutralidade religiosa tanto para a educação como para o Estado. Vale destacar, que a separação entre esses dois grupos não deve ser confundida, aqui, com *ateísmo*⁵⁰, o que costumeiramente se faz com *laicidade*.

A primeira onda laica no Brasil, sucedeu-se no governo provisório republicano: na primeira Constituição (1891). Em um país com o qual a Igreja Católica mantinha uma estreita relação, numa parceria que já somava quatro séculos. O fato de ser um país de maioria católica e a Igreja transitar por todos os espaços da sociedade, isso colaboravam para aumentar ainda

⁵⁰ Ateísmo é uma doutrina que nega a existência de Deus, recusando toda afirmação e/ou sentimento que se baseiam direta ou indiretamente na fé. Geralmente, os adeptos do ateísmo buscam explicações materialistas e científicas para questões como a criação do universo e da humanidade. <https://www.dicio.com.br/ateismo>.

mais o poder que o clero já possuía e, isso era um problema, haja vista a dificuldade de os fiéis católicos entenderem a necessidade da neutralização da religião nos espaços públicos⁵¹.

Assim, fica claro que, a partir desse momento, o Estado se tornava laico e, com isso, os espaços públicos passavam a ter autonomia, principalmente no campo educacional que vai do nível elementar ao ensino superior, mas apesar da laicidade do Estado, ainda era comum a presença de símbolos religiosos e sagrados para a Igreja nos espaços públicos.

Dessa feita, a partir da nova concepção de Estado laico dentro das universidades públicas, houve uma certa inquietação por parte da comunidade católica que não aceitava essa laicidade. E, portanto, não entendia esse momento como sendo de grande relevância para o cenário educacional e, também que, essa transformação traria para o ensino superior, principalmente, a possibilidade de autonomia acadêmica. Havia uma grande pressão dos católicos dentro das universidades sobre essa questão, o que dificultava a aceitação dessa nova realidade e compreensão de sua importância para a sociedade civil.

Dessa forma, ao longo dos anos e conforme as exigências e necessidades da sociedade em seu processo de desenvolvimento, a ideia clássica de universidade que o país havia concebido desde o seu primórdio já não poderia coexistir no modelo de futuro que a universidade começa a incorporar e se apresentar. As “*universidades públicas*” no país agora precisavam ser transformadas, na forma e modelo que a sociedade exigia, não mais para a elite de forma particular, mas para atender a massa, um grupo maior e diversificado de estudantes. Para Sucupira (1972, pag. 29) “[...] A universidade reflete necessariamente essa polaridade do ser e dever ser, fato e valor, natureza e liberdade que define a ambivalência característica da realidade humana”.

Para tanto, as modificações ocorridas no interior das universidades, eram um projeto político que se atrelava aos desafios apresentados na sociedade moderna. A dualidade entre ensino e liberdade civil está até certo ponto caminhando dentro desses espaços, cujo pedido era a autonomia, tão importante e necessária para essas IES de se tornarem independentes das ideias religiosas. Com o tempo, elas foram tomando outras configurações, como a concepção de estado laico, ocasionado pelas mudanças na estrutura das mesmas. O objetivo, que nos referimos para esse novo modelo de instituição superior é descrita por Sucupira (1972) como:

⁵¹ O espaço público aqui citado são os órgãos públicos, locais onde ainda encontramos a presença de símbolos religiosos. (crucifixos, bíblias e imagens) que representam uma determinada religião. Essa realidade ainda é muito comum nas repartições públicas em todo país.

[...] A objetivação institucional da ideia moderna de Universidade de tipo polivalente, instituição complexa multifuncional, que pressupõe uma estrutura e organização altamente diferenciadas e dispondo, ao mesmo tempo, de mecanismos de integração estrutural e funcional que assegurem a unidade orgânica da instituição e sua unidade de espírito e de propósitos.

Nesse sentido, compreendemos que era essa a ideia de modernidade que chegava às universidades públicas do Brasil na segunda metade do século XX. Assim, como uma mola, a modernidade impulsionou o ensino nacionalmente, com o objetivo de substituir os antigos arquétipos teóricos e filosóficos que eram aplicados no ensino, os quais ainda teimavam em existir na educação nacional, sendo visto por estudiosos como um atraso educacional, principalmente, quando consideramos a realidade da educação que vivenciavam outros países da América do Sul, como por exemplo Chile e Argentina.

Para Sucupira (1972, p. 42) “...um dos objetivos da proposta da nova institucionalização da universidade era elevar esse espaço ao plano da racionalidade crítica e criadora”. Com isso, podemos entender a institucionalização como fruto da luta dos intelectuais pela liberdade de consciência dentro do ensino, a qual permitiria a seus discentes uma mentalidade mais crítica, em que qualquer religião pudesse entrar nesse espaço como tema de estudo e não como doutrinação religiosa, não somente o catolicismo. A Igreja foi, sem sobra de dúvida, a maior questionadora da laicidade nas universidades públicas. É importante entender que será a partir desse processo que, aos poucos, as relações entre a Igreja - e aqui nos referimos à religião católica e o Estado mudaram.

3 O IESMA E A FORMAÇÃO DOS PADRES

Este capítulo tem como objetivo conhecer o processo de criação do Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA para entender sua trajetória histórica como uma instituição de ensino superior confessional, na segunda metade do século XX.

3.1 A formação intelectual do Clero maranhense

A formação dos padres em São Luís e, provavelmente, nas demais capitais no Brasil, possuía algumas semelhanças em seus processos vocacionais e educacionais. Isso se dá devido à formação social do país e, também a vocação para o sacerdócio, visto que problemas de ordem local também se somaram às dificuldades encontradas por esses jovens para entrar no seminário, particularmente no Nordeste.

É sabido que a vida sacerdotal tem seu início com o “chamado”, e que a família, durante muito tempo, foi considerada o primeiro espaço de convite a essa vocação. Já o segundo espaço era construído pelo pároco, que passava a ser um influenciador do sacerdócio entre os jovens nas atividades pastorais. O carisma desses religiosos acabava se tornando a inspiração para a vida sacerdotal, motivados pela relação de admiração e respeito nutridas por eles à figura do padre. (TAGLIAVINI, 1990, p. 52-56). Para a Igreja o espaço doméstico era o ambiente onde ocorria o despertar para a vida religiosa, ou seja, o chamado. Basicamente, no seio de uma família cristã. Essas famílias, por terem uma presença ativa na Igreja em geral, acabavam se tornando fortes apoiadoras e aliadas à “vocação sacerdotal” dos seus filhos, tudo realizado no interior de suas casas, para que esses jovens pudessem abraçar o sacerdócio. Segundo Tagliavini (1990, p. 24) “[...] A vocação não se reivindica a si mesmo, pois o chamado é uma iniciativa divina. A própria palavra reforça o conteúdo simbólico da realidade religiosa: vocação - missão sacerdotal, profissão - demais serviços”.

Ainda segundo o autor, na linguagem eclesiástica, a vocação sacerdotal será sempre apresentada como uma *vocação superior*. Para a sociologia, segundo a pesquisa de Tagliavini, trata-se de uma “imposição” conseguida por inúmeros meios: [...] “apresenta-se ao menino pobre uma oportunidade de mudar de vida e ocupar um lugar de destaque na sociedade, uma vida diferente da vida pacata de seu pai ou seus tios; rezas, procissões, festas e pregações confirmam essa visão religiosa de mundo; nas pequenas cidades rurais, o vigário ocupa o centro das atenções da vida social” (TAGLIAVINI, 1990). Além da oportunidade de estudar numa escola melhor (o Seminário), o menino pode se sentir “chamado” a responder sim aos apelos

do vigário e do promotor vocacional que, frequentemente visita a pequena cidade em busca de “vocações”.

Assim, a partir desse “chamado”, inicia-se a caminhada para o sacerdócio, que é uma caminhada difícil, longa e permeada por constantes desafios e renúncias. Para entrar na vida sacerdotal, muitos são os objetivos propostos pela Igreja para que os vocacionados obtenham o êxito em sua jornada. Durante essa trajetória dois pontos hão de ser considerados imprescindíveis para sua formação: uma educação intelectual consistente e uma formação religiosa séria, com muita disciplina e com conhecimentos cristãos profundos. Os seminários passam a ser as primeiras comunidades religiosas de formação sacerdotal onde os vocacionados passam a habitar e/ou conviver.

Em São Luís, o perfil desses jovens variava entre os abastados, quase sempre moradores da capital, e os menos afortunados, geralmente advindos do interior do estado ou moradores das periferias de São Luís. Assim, Neris (2015), afirma que: “[...] em São Luís, o recrutamento sacerdotal continuou a concentrar-se gradativamente sobre os segmentos sociais mais desprovidos de recursos econômicos e culturais”. O alto clero e os bispos eram originários, em geral, das elites; o baixo clero, era constituído pelos padres de pequenas cidades e aldeias, tinham origem entre as famílias mais pobres, preferencialmente de origem rural, mas também de origem urbana.

Podemos perceber a partir desse contexto, que foi no setor rural maranhense, que esse cenário se tornou fértil para o recrutamento sacerdotal, diferentemente dos séculos anteriores, em que as grandes famílias eram o berço de um corpo clerical grande.

Desse modo, na segunda metade do século XX, essa realidade já se modificara: agora era nas famílias menos afortunadas o espaço de recrutamento desses futuros padres. Nessa conjuntura, o clero passou a identificar entre seus fiéis, os jovens com perfil sacerdotal para servir a Igreja, ou seja, o grupo cujo trabalho lhes permitiria fazer valer seus interesses no campo das relações sociais (BOURDIEU, 1974, p. 43).

Ainda segundo Neris (2015, p. 266), “[...] do início do período republicano até a década de 1960, essa tendência se manteve contínua entre os 78 clérigos diocesanos maranhenses ordenados ao longo de oito sucessões episcopais na Arquidiocese de São Luís...”. Logo, podemos entender que os ordenamentos nesse período foram realizados graças ao recrutamento em pequenas comunidades rurais do interior do estado. Na visão dessas famílias, a carreira eclesiástica era uma forma de sair da pobreza e ascender socialmente.

A cidade de São Luís era geralmente o destino desses meninos ou jovens quando davam início a sua vida religiosa. Os oriundos das cidades do interior do Estado, ao chegar na capital, defrontavam-se com uma coletividade completamente diferente da realidade familiar, social e

cultural a que estavam acostumados. Logo, a princípio, a vida em comunidade com os outros meninos era para eles a primeira barreira a ser derrubada e o primeiro desafio a ser superado. Abaixo uma das casas que serviu de moradia e de centro educacional dos seminaristas na primeira e segunda metade do século XX em São Luís.



Figura 3: Casarão que servia de moradia e para os estudos dos internos do Seminário Santo Antônio, na segunda metade do século XX. Localizado na Rua do Sol - Centro da capital em São Luís. IPHAN, 2021.

Na Arquidiocese de São Luís dois problemas antigos pediam uma solução: a educação/formação dos seminaristas e a ordenação de padres. Essa problemática se intensificou

ao longo das primeiras décadas do século XX e se estendeu até a década de 1970, tendo seu pior momento no decréscimo de ordenações os anos de 1960-1970 (NERIS, 2015). É importante destacar que isso aconteceu em toda a Igreja devido às mudanças e incertezas causadas pelo Concílio Vaticano II. Vide Quadro 4, referente às ordenações em São Luís, no período de 1951 a 1984:

Quadro 4 - Ordenação Sacerdotal

ARCEBISPOS	ANO	NOMES/ORDENADOS
Dom José de Medeiros Delgado	1951 - 1963	José de Jesus Travassos Furtado; Wilson Nunes Cordeiro; Benedito Chaves de Lima; Manuel Prestes de Lima; Cicero de Jesus Silva, Hélio Maranhão; Sidney Castelo Branco Furtado; Manoel de Jesus Soares; João Miguel Mohana; Luís Mario Lula; Francisco Soares de Sousa; Heitor Piedade Filho e Flávio de Sousa Barros. (Foram 13 ordenações realizadas nesse período.)
Dom Fragoso	1963 – 1964 Vacância	Não houve ordenação
Dom João José da Mota e Albuquerque	1964 - 1984	Pe. José Bráulio Sousa Ayres (informação dada pela Arquidiocese de São Luís)

Fonte: PACHÊCO (1968) e a Autora (2021) conforme informações da Arquidiocese de São Luís.

Para a Igreja, dentro desse universal, dois pontos deveriam estar muito bem alinhados: educação e a formação religiosa. Segundo sua crença, sem uma boa educação, fundada em conhecimentos e com estudos sérios, a formação religiosa desses jovens estaria comprometida. As duas formações deveriam ser completas para assegurar um conhecimento também completo aos aspirantes ao sacerdócio. De acordo com Neris (2015, p. 4), os meninos e os jovens, quando chegavam no seminário em São Luís, eram possuidores de uma educação deficitária. Contavam apenas com uma formação inicial recebida em uma breve passagem pelo ensino primário em escolas dos povoados onde residiam, enquanto outros traziam o ensino que adquiriam nas paróquias dos municípios de origem. Os conhecimentos básicos eram fundamentais e se faziam necessários para chegarem à próxima fase, constituída pelos estudos doutrinários e pela formação religiosa e, posteriormente, quem sabe, alcançariam o ensino superior. Esse ensino que exigia relativa qualidade, com formação intelectual completa, de modo geral, era realizado com mais profundidade nos seminários na capital São Luís. (PACHÊCO, 1968). Abaixo o Seminário Santo Antônio. O mais importante espaço de formação sacerdotal do Maranhão.



Figura 4: Igreja e Seminário Santo Antônio. Localizado na Rua Santo Antônio, centro da capital São Luís. Imagem cedida pelo IPHAN, janeiro de 2022.

Ainda com relação à formação dos padre, Neris (2011, p. 7) afirma que, além do problema do ensino recebido pelos noviços e seminaristas, havia também uma ressalva quanto à questão moral desses indivíduos: “[...] Como se sabe, foram frequentes as queixas a respeito do caráter moralmente questionável e religiosamente ignorante do clero do Bispado do Maranhão, recorrentemente expressas na literatura debruçada sobre o tema e nas próprias correspondências internas da diocese”.

Como podemos perceber, o problema sobre a formação do clero maranhense, em particular na Arquidiocese de São Luís, pois o Estado ainda contava com mais 11 dioceses (Bacabal, Balsas, Brejo, Carolina, Caxias do Maranhão, Coroatá, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro, Viana, Zé-Doca) (PACHÊCO, 1968) - demonstrava a necessidade de aumentar seu corpo sacerdotal. Contudo, devido a extensão do problema vocacional enfrentado pela Igreja na capital, essa realidade, a cada dia, se tornava mais difícil de ser mudada. Era, portanto, imprescindível a tomada de decisões no sentido de implementar ações para que a formação intelectual e religiosa acontecesse de forma contínua, principalmente pelas especificidades do território maranhense (distância, poucos recursos, muitas prelações, estradas de difícil acesso etc.). Para sair desse problema, foram convocados padres de outras nacionalidades, para atuarem no interior do estado, elevando de forma expressiva o número de párocos estrangeiros.

Em relação à questão do ensino primário e secundário havia uma enorme lacuna na instrução recebida por esses garotos/jovens em suas comunidades de origem. A Igreja sabia que não poderia adiar a solução para essa problemática. Em decorrência disso, os jovens que não possuíam o ensino completo, ou seja, ensino primário e o secundário, eram matriculados em escolas públicas e para complementar essa educação estudavam também nos seminários. O ensino oferecido no seminário se constituía de Filosofia, Teologia, Latim e dos conhecimentos cristãos, assim como normas, condutas e valores institucionais do clero. Porém, ao resolver um problema, a Igreja criou outro, quando permitiu que esses jovens estudassem em escolas comuns, acabou gerando uma insatisfação por parte da Arquidiocese e da sociedade maranhense à época, já que não foi bem aceita a convivência desses os jovens seminaristas e os demais alunos (PACHÊCO, 1968).

A partir dessa dupla problemática e, levando em consideração que tal realidade da educação e formação sacerdotal não era um episódio exclusivo do Nordeste, em São Luís, surge um movimento para mudar esse cenário, o que observamos ter acontecido entre os anos de 1960 e 1980, realizado pelo crescimento de movimentos confessionais.

Esses movimentos confessionais “[...] consistiu então no veículo privilegiado para ampliar a presença católica em meio à sociedade política...esses movimentos apresentavam uma multiplicidade de princípios de classificação, ou seja, diferenciados pelo sexo: masculino ou feminino” (NERIS, 2014, p.85). O objetivo principal para tanto era a formação. Esses movimentos confessionais ganharam força no início da primeira metade do século XX, mas esmoreceram um pouco em meados de 1940. Dentre eles, podemos citar: a Pia União das Filhas de Maria (1913) e o Núcleo Noelista São Luís Rei de França (1934), instituições femininas. Assim como instituições masculinas como: a União dos Moços Católicos (1922 - 1935) e Congregados Marianos (1920) - este último destinado para ambos os sexos, e também, a Ação

Católica, com as respectivas – Juventude Agrária Católica; Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica; Juventude Universitária, Ação Católica Independente que promoviam concomitantemente a formação religiosa e intelectual para seus membros e vinculados aos princípios cristãos, até empreendimentos de ordem social foram criados (de forma caritativa e hospitalar) (NERIS, 2014, p. 83), parafraseando Pachêco (1969, p. 777 - 783).

Ainda no tocante a esse processo, ocorreu também um conjunto de investimentos educacionais realizados pelas congregações religiosas masculina e feminina tanto para a elite como para a população mais pobre e interiorana, sempre com o objetivo do apostolado religioso (DALLABRIDA, 2001; NERIS, 2017, MICELI, 2009).

São Luís, na segunda metade do século XX, havia dois seminários (Seminário Arquidiocesano de Teologia Santo Antônio e Seminário Arquidiocesano de Filosofia São João Maria Vianney) e uma Escola Diaconal, a São Francisco de Assis (PACHECO, 1969, p. 774). Ainda hoje, existem na capital, algumas casas pertencentes às Dioceses do interior que servem de moradia para os que estudam na capital.

Em relação aos estudos desses noviços e/ou seminaristas havia também o deslocamento de alguns deles para outras capitais do Norte ou Nordeste (como Belém, Teresina, Recife e Ceará). Segundo informações adquiridas junto a direção do IESMA, a escolha dos candidatos era feita especialmente pelas congregações de origem, pelo fato de não haver nesse período (segunda metade do século XX) instituições de ensino superior que os preparassem dentro do ensino institucionalizado da Igreja. Por esse motivo, acabavam realizando o ensino superior em outra capital, retornando posteriormente com uma formação em nível superior (PACHÊCO, 1969). Mas essa formação só servia à Igreja? A resposta é não.

Para melhor compreender essa resposta, é preciso entender como transcorria o universo educacional confessional dentro desse espaço em São Luís. A partir de uma seleção realizada no interior dos seminários ou das instituições religiosas de origem desses jovens, entendida como natural, havia dentro da Igreja dois grupos de seminaristas, vistos sob a análise de quem mais se destacava nos estudos. De um lado, o primeiro grupo, os intelectuais, cuja capacidade já era vista desde sua entrada no seminário. Isso geralmente acontecia com os jovens de São Luís e com os moradores das áreas circunvizinhas da grande ilha, que se sobressaíam nos estudos ainda como seminaristas, independentemente da classe social a que pertenciam. Todavia, o mesmo não acontecia com os jovens oriundos do interior do Estado; a sorte para estes não era a mesma. Formavam esse segundo grupo aqueles que pertenciam à classe pobre, oriundos do interior do estado, cujos estudos não se sucederam como deveriam, isto é, com

qualidade e zelo. E, ainda dentro desse universo, existia a possibilidade desse padre exercer a função de professor dentro e fora da Igreja, o que acabou acontecendo em muitos casos.

Para melhor exemplificar a fragilidade da educação trazida por esses jovens, podemos citar dois casos específicos de alunos secundaristas que somente no último ano dos estudos conseguiram estudar Filosofia. Dessa forma, somente com esse nível de educação não seria possível conquistar grandes espaços de poder e mando dentro da Igreja. Em geral, após sua ordenação, eram enviados para as prelazias⁵² no interior do Estado (AZZI, 2008), pequenas igrejas na divisa entre Maranhão e Piauí ou passavam a assumir um cargo administrativo de pouca relevância dentro da diocese a qual pertenciam.

Sob essa perspectiva, observamos que, para o primeiro grupo de padres, aqueles cuja generosidade da Igreja podia lhes abrir os espaços sociais e políticos, a ascensão eclesiástica era mais rápida e tornavam-se grandes intelectuais (poetas, escritores, redatores de jornais eclesiásticos, secretários entre outros cargos de mando), assumindo, assim, os cargos mais elevados e os de poder. À medida que o nível educacional desse padre aumentava, com: mestrado, doutorado ou pós-doutorado e até quando cursava universidade fora do país, os cargos com mais poder se elevavam. Logo, esses padres eram vistos pela Igreja como possuidores de um sentimento de amor ao sagrado, por darem continuidade aos seus estudos (NERIS, 2017).

Pachêco (1969, p. 777) afirma que o problema da formação sacerdotal no Maranhão, era um fato que já decorria há muitos anos. Ele explica que, entre os anos de 1952 e 1962, matricularam-se 256 Seminaristas no Seminário Santo Antônio, sendo destes 32 no Seminário Maior. Ordenaram-se, nesses 10 anos, somente 12 seminaristas, os quais eram mantidos total ou parcialmente pela Associação de São José. Por deficiência de alunos, o Seminário Maior foi fechado em 1953, e os outros seminaristas foram transferidos para outro Seminário. Como podemos perceber, a problemática se instalou em um dos lugares mais afeiçoados da Arquidiocese. Desse modo, com a ausência de vocacionados, esse espaço, considerado de relevância para a Igreja, passou a ter outra configuração.

Como forma de melhor entender o cenário das vocações no Maranhão nesse período, pode ser observado o número elevado de sacerdotes oriundos de outros países que aqui fixaram residência. Essa realidade vai na contramão dos anseios da Igreja católica de São Luís, que queria um aumento nas ordenações de padres, o que já era uma realidade em algumas capitais

⁵² Denominadas como circunscrição eclesiásticas, ou seja, se constituíam igrejas locais ainda em processo de consolidação e se caracterizam principalmente por não possuírem pessoal institucional próprio e necessitarem dessa forma da colaboração do clero regular para o serviço religioso da população local (CERIS, 2001, p.37) Para tanto, as prelazias eram uma forma de assegurar a presença da instituição eclesiástica em todas as regiões carentes desses religiosos.

do Brasil (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), sendo que, no Maranhão, essa situação era extremamente difícil. Segundo informações obtidas em uma entrevista realizada informalmente com a direção do IESMA, em julho de 2021, em suas palavras: “[...] o contingente de padres que deixou a batina foi tão grande que o próprio seminário fechou suas portas, por falta de sacerdote”. Essa realidade aconteceu também em outras regiões do Brasil, devido às mudanças e incertezas oriundas do Concílio Vaticano II ou de sua interpretação. E assim, para ocupar essas cadeiras, algumas solicitações foram realizadas pela Arquidiocese de São Luís a outros países. Vieram de regiões mais desenvolvidas economicamente, pois lá o que diminuía muito era o número de fiéis. E sobravam padres, religiosas e religiosos⁵³. Os padres enviados para São Luís, tinham como finalidade suprir as demandas da capital e das cidades do interior do Estado.

Perante a isso, com o decorrer dos anos, por conta da carência de padre, ocasionada pela diminuição de ordenações, a função de padre que deveria ser exercida por clérigos brasileiros passou a ser exercida por alguém de outra nacionalidade. A vinda de padres estrangeiros para o Maranhão é tema antigo, mas que ganhou força no início da segunda metade do século XX, fato decorrente da falta de padres no Estado. Podemos exemplificar pelas nacionalidades que aqui se aportaram, são elas alemães, norte-americanos, canadenses, franceses, holandeses, ingleses, italianos e portugueses. Nesse universo não vieram somente os padres, mas também muitas freiras que, como muita coragem e determinação ajudaram na construção de escolas, creches, hospitais, centros sociais e, principalmente, ajudaram os padres em seu trabalho de evangelização. A solicitação de ajuda nesse sentido, era muito comum em São Luís, pois o próprio Dom Delgado, quando Arcebispo de São Luís, diante dessa problemática, solicitou colaboração de outros países para ajudar no trabalho da Igreja em terras maranhenses.

Como podemos perceber, os padres estrangeiros foram responsáveis, em sua maioria, pelas atividades desenvolvidas no interior do estado, permanecendo na capital um número pequeno de padres, mas que, como tal, contribuíram de forma decisiva no desenvolvimento da atividade pastoral nas Igrejas dos bairros em que atuaram. Destacam-se nomes como Pe. Francisco Richard, Pe. Carlos Maria Rossini e Pe. José Maria Lanzi (que se instalaram na cidade de Caixas); Frei Ambrósio Kraemen e Frei Alberto Mersmann (ambos naturais da Alemanha), sendo que o primeiro residiu na prelazia de Pinheiro, e o segundo edificou a igreja de São Judas Tadeu (localizada no bairro do João Paulo) (PACHÊCO, 1969, p. 768). É importante destacar

⁵³ Segundo informações do professor João Virgílio Tagliavini, essa situação de falta de padres nas paróquias se inverteu nos dias atuais, pois em recente estágio de Pós-Doutorado em Portugal foi observado por ele, a falta de padres nesse país, além da idade avançada daqueles que ainda estão atuando nas paróquias. Portugal está importando padres principalmente de suas ex-colônias, pela facilidade da língua.

que, segundo Pachêco (1969, p. 785 -792)⁵⁴ durante muitos anos, o Maranhão conviveu com a queda do número de ordenação de padres, o que acabou por influenciar o convite e a vinda desses padres para São Luís.

Podemos observar a partir desse contexto, que a carência de padres em São Luís já era histórica, e isso pode ser comprovado no quadro acima descrito, o que nos leva a crer que a realidade no interior da Igreja era bastante difícil, sendo, portanto, necessário partir para projetos maiores, no sentido de reverter a longo prazo esse déficit.

Havia na Igreja um setor responsável pelas ordenações de padres: a Obra das Vocações Sacerdotais - OVS. No Maranhão, essa associação contribuiu para a formação de muitos sacerdotes, sobretudo, os que vinham de uma condição mais humilde e obtinham poucos recursos. A OVS angariava fundos para manter esses jovens no seminário e, em muitos casos, custear seus cursos fora do Estado, o que era muito comum à época.

Com o passar dos anos, São Luís passou a ter só um local de formação para padre: o Seminário Santo Antônio, único espaço educacional de formação de padres - tendo como administradora a Arquidiocese - dirigido por sacerdotes vindo de outros Estados do país, com formação em nível superior e alguns com pós-graduação, reconhecidos pela ótima formação intelectual e religiosa (informações dadas pela IESMA, 2020). Embora com objetivos específicos de uma instituição confessional, o Seminário tinha um carisma especial junto à sociedade de São Luís, o que lhe proporcionava alguns benefícios por parte dos empresários locais, os quais, financeiramente, ajudavam os seminaristas que se sobressaíssem nos estudos, inclusive auxiliavam a estudarem em outras capitais do Nordeste ou Norte (Fortaleza, Teresina, Recife e Belém) e, em casos especiais, estudarem em Roma.

Em relação ao ensino oferecido aos pequenos e aos jovens quando recebiam o “chamado”, como dito anteriormente, havia dois universos nesse espaço. Os pequenos recebiam a instrução primária e os jovens o ensino secundário. Para manter economicamente esse espaço, entravam em ação as irmãs de Caridade da Anunciação e a própria OVS, que se multiplicavam em ações a favor da formação dos padres para a arquidiocese.

Percebe-se, então, quão restrito era o espaço de formação sacerdotal de São Luís, o que decerto, não conseguia atingir todos os objetivos da Igreja local, principalmente no tocante à formação e preparação do seu corpo sacerdotal. Ocorria ali um entrave nas ações que exigiam mais padres, o que não seria possível realizar mais concretamente por causa desse pormenor (PACHÊCO, 1969, p. 800).

⁵⁴ História eclesiástica do Maranhão.

3.2 Instituições Católicas no Brasil

O início da criação das instituições católicas de ensino superior no Brasil data aproximadamente de 1929, quando Alceu Amoroso Lima funda a Ação Universitária Católica - AUC, grupo formado por jovens estudantes católicos, que se caracterizava por introduzir no meio acadêmico os princípios católicos. Em sua fala, Azzi (2008) assim se reporta à ação realizada na academia por esse grupo: “[...] *Nas Faculdades, os auctistas enfrentavam os comunistas, em ásperas contendas. No meio católico, os rapazes da AUC faziam propaganda pela pena, e mais tarde pelo apostolado litúrgico*”.

O processo de criação das Instituições Católicas foi, para a Igreja, determinante no sentido de visibilizar para o poder público assim como para a sociedade, sua importância e necessidade, haja vista o modelo de educação cristã, que nesses espaços haveria de ser sua marca registrada. Entender esse processo, sua história e sua política é necessário para entender uma parte da história da educação confessional do país. É importante também compreender que interesses motivaram a Igreja para criar essas instituições.

Desse modo, imersa em transformações que agitavam seu interior, a Igreja, conduziu suas ações a partir de uma reforma estrutural, pois estava vivenciando uma nova onda teológica, advinda da América Latina, denominada de “*Nova Cristandade*” (BEOZZO, 1985, p. 28). A nova concepção teológica, que começou a ser orquestrada no Brasil logo após a Proclamação da República, trazia em si uma problemática: a diminuição da presença da Igreja Católica nos espaços públicos.

Com isso, o clero percebeu que precisava de um plano que pudesse reverter a condição em que se encontrava ante a institucionalização do Estado laico no Brasil. Tal período, o ano de 1930, coincide com o período da crise do capitalismo, com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, além de outros problemas gerados a partir dessa crise, o que veio a se refletir diretamente no setor econômico e respectivamente no social, ocasionando grandes transformações no Brasil e no mundo (LIMA, 1978).

Diante desse quadro, o clero entendeu que o ensino religioso precisava de uma reforma, pois se tratava de uma matéria oferecida no ensino regular nas escolas públicas. Nesse sentido, compreendeu a necessidade de reorganizá-lo, entendendo primeiramente as especificidades da Igreja e como poderia fazer as modificações necessárias na matéria. Essa adequação ou reorganização, no que diz respeito à educação religiosa nas escolas, realizada pela Igreja, fez com que essas mudanças refletissem de forma qualitativa na educação proposta pelas instituições católicas. Além da reforma realizada na educação religiosa para o ensino regular, influenciou também o ensino oferecido pelas PUC's e outras instituições católicas de ensino

superior, claro que com outras configurações apoiadas sobre o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Nas palavras de Stephanou, (2004, p. 45), [...] a meta a ser atingida pelo clero em seu objetivo educacional era disseminar o conhecimento filosófico, teológico e os princípios educacionais da ordem religiosa às quais se vinculavam cada instituição. É importante destacar que na segunda metade do século XX existiam diversas ordens religiosas vivendo e trabalhando no Brasil, com isso, podemos entender que a educação ofertada pelas ordens religiosas, era também orientada da fé cristã. Esse processo teve início nas escolas primárias, depois secundárias e, só posteriormente, no ensino superior.

Para tanto, a Igreja seguiu basicamente o modelo inicial de educação do seminário, assim estabelecido: seminário menor (com educação elementar e ensino secundário) e maior (com educação superior em Filosofia e o curso de Teologia), sendo este o modelo aplicado pelo clero para a formação dos seus seminaristas⁵⁵.

Antes do Concílio Vaticano II ser o marco orientador da Igreja, a educação utilizava-se do seu antecedente, o qual se diferenciava das normas orientadas pelo Concílio II. A diferença entre as normas está na característica da formação que cada uma seguia. Assim, para o Concílio Vaticano I (1869-1870), a concepção de ensino era a formação sacerdotal, ou seja, a formação dos padres, fundamentada no ensino colegial voltado para a formação *espiritual do aluno*. Já no Concílio Vaticano II, a formação dos padres se elevou ao ensino superior, com formação intelectual numa perspectiva humanista, social e espiritual, dentro dos aspectos modernos e da dinâmica da sociedade brasileira à época, (AZZI, 2008, p.327).

Podemos entender que, com o Concílio Vaticano II, a Igreja conseguiu de fato se afirmar na História Moderna, isso quer dizer que com o Concílio II, as diretrizes tanto religiosas quanto educacionais e sociais passaram a ter outras características, em particular no que diz respeito ao trabalho e conduta dos padres em sua função de clérigos. As orientações afirmadas são o marco de uma nova dimensão eclesial no que tange a missão da Igreja, notadamente sobre a perspectiva do modelo de educação religiosa para seus membros e suas atividades de base. As propostas e projetos construídos nos anos em que os encontros conciliares foram realizados (1962 a 1965), marcaram, em definitivo, a visão que o clero tem de si e, também como devia ser sua relação com o povo. Dentre as propostas discutidas nesses encontros, destaca-se a educação cristã, considerada a base para concretizar o trabalho episcopal da Igreja e da sociedade civil.

⁵⁵ AZZI, 2008.

Durante os encontros do Concílio Vaticano II, muitas foram as reflexões acerca da função da Igreja e o papel que estava desempenhando ou devia desempenhar diante de uma sociedade em desenvolvimento. Ante as ponderações de suas funções, uma delas recebeu atenção especial de seus participantes: a educação. O assunto em voga era sobre o modelo de educação que a Igreja implantara, considerado o ideal a ser oferecido à sociedade. Dessa reflexão surge a escrita de uma Declaração sobre a educação cristã, denominada de *Gravissimum Educationis* que, dentre seus itens, estabelece um padrão educacional para os católicos, assim como para os não católicos. Nessa declaração, acham-se escritos os motivos de uma educação cristã para os jovens e para os adultos. Desse modo, “[...] considera de grande importância a educação na vida do homem e a sua influência cada vez maior no progresso social do nosso tempo”⁵⁶.

Ainda sobre o Concílio II, podemos afirmar que, a partir das considerações sobre a educação cristã, a pauta sobre a criação de uma Universidade Católica no Brasil se fortaleceu. Nela são levantadas questões de como e onde deveria ser realizado o ensino cristão, como afirma Azzi (2008, p. 326). Para isso, são apresentadas as seguintes orientações:

[...] Nas Universidades católicas onde não existe nenhuma Faculdade de sagrada teologia, funde-se um Instituto ou uma cátedra de Sagrada Teologia, na qual se dêem lições adaptadas também a alunos leigos. Visto que as ciências progredem sobretudo à mercê de investigações especiais de maior alcance científico, favoreçam-se o mais possível nas Universidades e Faculdades Católicas aqueles institutos cujo fim primário é a promoção da investigação científica [...].

E prossegue:

O sagrado Concílio muito recomenda que se fundem Universidades e Faculdades católicas, convenientemente distribuídas pelas diversas partes da terra, de tal maneira, porém, que brilhem não pelo número, mas pela dedicação à ciência; e facilite-se a entrada aos alunos de maior esperança, embora de pouca fortuna, sobretudo aos oriundos das nações jovens⁵⁷.

Diante do exposto, o tema “*educação superior*” adquiriu um lugar de proeminência na arena dos debates do Concílio II, com destaque para a educação que deveria ser oferecida aos jovens de “maior esperança” e das nações jovens. O ensino superior católico deveria caminhar juntamente com a pesquisa científica. Compreende-se que, com o Concílio, uma nova

⁵⁶ 1) Na verdade, a educação dos jovens, e até uma certa formação continuada dos adultos, torna-se, nas circunstâncias actuais, não só mais fácil, mas também mais urgente. Com efeito, os homens, mais plenamente conscientes da própria dignidade e do próprio dever, anseiam por tomar parte cada vez mais activamente na vida social, sobretudo, na vida económica e política (2); os admiráveis progressos da técnica e da investigação científica e os novos meios de comunicação social dão aos homens a oportunidade de, gozando por vezes de mais tempo livre, conseguirem mais facilmente a cultura intelectual e moral e de mutuamente se aperfeiçoarem, mercê dos laços de união mais estreitos quer com os grupos quer mesmo com os povos. (CONCÍLIO VATICANO II. Declaração sobre a educação cristã. *Gravissimum Educationis*, Prefácio, 1965.)

⁵⁷ Concílio Vaticano II – Item. 10.

mentalidade surge no seio da Igreja. A educação cristã, tão defendida pelo catolicismo, agora começaria a se modernizar e institucionalizar. Esse processo se intensificaria ainda mais em um período de grandes desafios para a Igreja, ou seja, nas décadas de 1960⁵⁸ e 1970.

Nessa perspectiva, o clero concebeu um modelo de educação a ser implementado nos países de maioria católica. No Brasil, a Igreja desejava reafirmar sua influência e poder junto ao Estado, portanto, precisava do apoio e colaboração do próprio Estado para implantar o seu projeto restaurador. Tal projeto nada mais era do que restaurar o antigo prestígio e os privilégios que outrora tivera no país e, como resultado dessa retomada de posição social, e de certa forma uma posição de poder, obteria de volta o espaço educacional, que a princípio lhe fora tirado. Parafraçando Weber, era a “*perda de Centralidade*”, quando o Brasil instituiu o Estado laico. Por isso, a Igreja repensou o modelo educacional que seria oferecido em suas instituições, isso porque, além de um ensino esmerado como sempre fora, deveria ter como base os princípios cristãos nas atividades desenvolvidas nessas instituições, seguindo a orientação do Concílio Vaticano II. Isso pode ser observado no item 10, onde esses princípios são apresentados:

[...] as escolas de ensino superior possibilitem nas disciplinas por ela administradas princípios, métodos e liberdade própria da investigação científica, levando ao grau máximo a inteligência de seus alunos, em que sejam consideradas cuidadosamente as questões e as investigações actuais [...].

Ainda nesse contexto, no subitem 32, do item 10, o Concílio ressalta o sujeito no espaço da universidade e das faculdades católicas, onde diz:

[...] e assim se consiga a presença pública, estável e universal da mentalidade cristã em todo o esforço de promoção da cultura superior, e que os alunos destas instituições se façam homens verdadeiramente notáveis pela doutrina, preparados para aceitar os mais importantes cargos na sociedade e ser testemunhas da fé no mundo[...]

Quando se observam as palavras “*doutrina e testemunhas da fé*”, especificadas no subitem 32, nota-se que há um interesse subentendido por trás dessas expressões, aqui utilizadas com sentido de inculcar uma ideia a pretexto de convencer, já parafraçando Bourdieu (2007, p. 8). Era, portanto, um poder invisível que se apresentava através de um jogo de cumplicidade que se dava entre a instituição, os estudantes e os professores. A Igreja era, então, o centro organizador das normas a serem aplicadas e a instituição responsável por operacionalizar essas normas. Desse modo, considera-se, ser esta a forma de atuação da Igreja para legitimar o ensino confessional ante a estrutura social.

⁵⁸ Décadas de 1964 – 1970 período que compreende o Governo Militar no Brasil, que vai até 1985.

Para a Igreja, o indivíduo que estuda nessas instituições era visto como testemunha da fé, portanto, ele é aquele que conhece, aprende e dissemina a fé cristã para todas as pessoas em todos os espaços da sociedade – uma estratégia que funcionava e que, segundo o clero, deveria ser perpetuada.

Assim, encontram-se, na liturgia, normas e práticas religiosas - os componentes do pensamento doutrinário apostólico - o que poderíamos denominar de táticas, utilizadas pela Igreja com o propósito de submeter seus adeptos a uma condição de obediência e a uma certa submissão a ser seguida pelos estudantes (seminaristas ou não seminaristas) e professores (membros ou não membros da Igreja).

Esse conjunto doutrinário (com normas e práticas religiosas) que se estabeleceu no interior das Instituições de ensino superior católicas, assegurava uma prática cristã, conforme o objetivo da Igreja, o que consideramos ser uma forma de afirmar um status de superioridade tanto educacional como religioso ante as demais instituições privadas. Essa condição que o clero colocava podia ser percebida no aprofundamento do conhecimento teórico recebido pelos alunos nessas instituições, sendo este modelo de ensino uma reafirmação da ortodoxia do cristianismo tão bem empregadas nesses espaços educacionais. Assim sendo, esse padrão de ensino demonstra de forma contundente a importância dessas instituições para o clero. As IES católicas se tornariam, ao longo dos anos, um espaço de proeminência na formação intelectual, assim como um espaço de ação e práticas evangélicas (AZZI, 2008; MICELI, 2009).

Segundo Bourdieu (2001, p. 203) a palavra “doutrinação”, utilizada no Concílio II, é empregada no sentido de dominação que se exerce sempre pela violência, quer seja ela simbólica ou brutal, mediante coerção física, através dos corpos, ou seja por meio de *coerção espiritual*, sobre as consciências dos indivíduos. Palavra “*doutrina*”, empregada no Concílio II, deve ser entendida apenas no sentido espiritual: princípios e normas a serem aplicadas pelas Sagradas Escrituras, ensinamentos das variações da Igreja Católica⁵⁹. Um mecanismo utilizado para construir o pensamento doutrinário do Catolicismo; uma tática, utilizada no processo de disciplinamento do apostolado, presente nos espaços por ela administrados, em particular em suas instituições. Subentende-se, com isso, um processo de convencimento pelo dogma, uma doutrina a ser seguida.

O ensino ofertado nas instituições superiores católicas tinha dupla intenção. De um lado seria uma instituição de combate ao ensino e mentalidade laicista, de forma a resolver as crises e impedir a entrada dessa ideologia em suas instituições - aqui a palavra ideologia deve ser entendida como conceito à coletividade, ou seja, a tendência dos homens em deformar seus

⁵⁹ Concilio Vaticano II.

pensamentos e suas ações no sentido de fazê-los corresponder aos interesses do grupo social a que pertencem (LIMA, 1978, p.19); e a mentalidade comunista. Por outro lado, as IES católicas se responsabilizariam pela “orientação acadêmica” das futuras elites dirigentes, concretizando assim sua principal meta: recristianizar a sociedade e o Estado (AZZI, 2008, p. 331 apud SALEM, 1982).

A Igreja, utilizando-se do discurso⁶⁰ - definido por Foucault como um fenômeno social por meio do qual pode-se adquirir concretude a partir daquilo que se fala ou escreve - tentava distinguir, através de sua ação discursiva, o ensino que oferecia, valendo-se do slogan a “*formação do homem cristão*”. No próprio *slogan* já se evidenciava o modelo educacional proposto pela Igreja baseado na educação confessional de forma integral sob a perspectiva católica, uma educação pautada no preparo do ser humano absoluto, com visão acadêmica e cientificista, a qual concebesse o conhecimento suficiente para atuar nos diversos setores da sociedade.

A Igreja tudo fez para que o governo não dificultasse seu projeto acadêmico de educação superior, formação esta que já estava sendo realizada pelas PUC's e se encontrava em fase de expansão nas demais capitais do país (AZZI, 2008). Desejava de fato, que o Estado apoiasse o trabalho missionário já realizado por ela, agindo como um facilitador das pretensões institucionais da Igreja que consistiam em introduzir novamente o catolicismo no cenário educacional e, conforme a isso, obter antigas vantagens que um dia tivera. Dessa forma, a Igreja atuaria duplamente, no setor educacional e social por meio dessas IES, tendo como resultado, o fortalecimento dos princípios apostólicos nestes dois campos.

Na visão do apostolado, em um mundo cujas transformações se realizam de forma rápida, a modernidade contribuía para aumentar as exigências de atuação do sujeito dentro e fora do Estado. Essa, ou essas exigências, se referem ao indivíduo⁶¹, aquele que precisava ter uma postura diferenciada quer no nível social, quer no nível político, uma intencionalidade na construção do conhecimento a partir dos preceitos clericais para servir a Santa Sé.

Desse modo, a educação confessional orientada pelo Concílio Vaticano II passou a ser vista como um instrumento-chave no projeto de estruturação da sociedade na América Latina e do Caribe. No Brasil, a realidade da educação confessional, segundo a Igreja, se constituiria um projeto de (re)construção da educação nacional.

Segundo Azzi (2008, p. 195), isso movimentaria o setor educacional privado (principalmente as escolas católicas) e auxiliaria na resolução dos problemas estruturais que

⁶⁰ Discurso aqui apresentado como um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva (FOUCAULT, 1986, p. 135).

⁶¹ Segundo a visão foucaultiana, o sujeito enquanto indivíduo está preso à sua própria identidade pela consciência de si. (FOUCAULT, 2005).

assolavam a sociedade brasileira como um todo na segunda metade do século XX. Por isso, em meados da década de 1960, a Igreja cria a MEB⁶² com o objetivo de despertar na população a compreensão sobre sua dignidade, o exercício de suas responsabilidades individuais e sociais e potencializar a alfabetização como promoção do ser humano. Assim, o clero concebeu essa construção de cidadania como um processo de conscientização nacional.

Esse procedimento, segundo Rocha (2018), desenvolveu-se em forma de estágio que proporcionou algumas tomadas de decisões importantes para alavancar a educação tão necessária e urgente ao povo brasileiro. A proposta defendida fielmente pelos dirigentes da Igreja, dava destaque aos seguintes elementos:

1^a) a sensibilização tendo como foco a realidade;

2^a) a percepção dos fatos e

3^a) a reflexão que proporciona a argumentação e depois a ação de acordo com a realidade dos acontecimentos.

Os itens aqui apresentados são do Concílio Vaticano II, em que se reafirmam os princípios da Igreja sobre as instituições de ensino superior católica cujas normas e diretrizes asseguram sua presença, novamente, em um espaço predominantemente importante no processo de formação e doutrinação, ou seja, instituir valores cristãos, participando ativamente da vida em sociedade, observando os múltiplos contextos e preparar para a cidadania. Era agora esse o objetivo da Igreja, assim como formar os professores, mestres e intelectuais que mais tarde atuariam nessas instituições e nas dioceses do Brasil. Diante disso, a Igreja toma para si a responsabilidade na formação de uma elite dirigente.

As IES católicas do Rio de Janeiro e São Paulo, a princípio, ofereciam formação em Direito, Engenharia e os cursos de Licenciatura, além do Curso de Teologia. O curso de

⁶² Movimento de Educação de Base (MEB) foi criada pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1961 e teve sua origem nas experiências radiofônicas do Bispo de Natal Dom Eugênio Sales. O referido movimento teve sua expansão realizada pelo Decreto n. 50. 370 de 1961, gerando um convênio entre o Ministério da Educação e a CNBB. A MEB tinha como objetivo desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-oeste do país. O programa teria duração de cinco anos, devendo ser instaladas no primeiro ano, 15 mil escolas radiofônicas e serem expandidas progressivamente nos anos subsequentes. Dessa forma, a CNBB colocou à disposição do Governo Federal a rede de emissoras filiadas à RENECA – Representação Nacional das Emissoras Católicas e comprometeu-se ampliar adequadamente os recursos recebidos pelo Estado e a mobilizar voluntários para atuar junto às escolas como monitores e às comunidades como líderes. Essa proposta de educação se deu pela necessidade de alfabetizar as massas, cujo primeiro objetivo do MEB era ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para atingir esses objetivos era necessário: a) executar, naquelas áreas, programa intensivo de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola e promoção social; b) suscitar, em torno de cada escola radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do País; c) velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade (FÁVERO, 2004).

Teologia tinha como função instruir e formar os futuros membros da igreja, tais como padres e os dirigentes (bispos, arcebispos, cardeais, chanceleres, etc.). A ideia não era somente trabalhar o ensino no sentido acadêmico, mas elevar o nível de ensino, preparando pesquisadores, cujos sujeitos ajudariam a firmar o poder da Igreja diante do Estado. Dessa forma, a instituição proporcionaria uma educação voltada para seus próprios membros e oportunizaria cursos similares para o não sacerdócio. Essa proposta educacional tinha o intuito de formar um pensamento cristão e assim ser levado aos espaços de convivência, reproduzindo a fé cristã entre os seus grupos.

Após alguns anos de sua criação, as IES católicas passaram por uma reestruturação acadêmica, o que facilitou a abertura de novos cursos no campo da licenciatura e em outras áreas, assim como a criação dos cursos de pós-graduação. Sendo assim, uma nova oportunidade educacional se abre para um outro grupo da sociedade, são alunos que não conseguiram ingressar nas universidades públicas e entrar nessas instituições católicas lhes parecia ser a realização de um sonho, o que ocorreu de modo facilitado por bolsas de estudos e descontos em mensalidades. O ensino ofertado por essas instituições ainda hoje é de excelência e, por isso mesmo, tornava-se cada vez mais atrativo para os jovens estudantes que sonhavam com uma formação no ensino superior. Motivados pela qualidade do ensino que essas instituições ofereciam, a cada ano esse público aumentava.

A criação da primeira faculdade católica no Brasil (1940), foi influenciada pelas medidas geradas no período republicano. Após a república, o Estado cria uma orientação laica⁶³, na qual retira do Estado a presença do clero, o que causou nos prelados uma insatisfação, gerando um discurso inflamado e de desagravo. Nesse discurso, reafirmavam o papel que cabe à Igreja e sua posição de articuladora de valores éticos, assegurando que somente ela era capaz de dar sentido e significado à existência humana. Com essa afirmativa, a Igreja Católica se autoproclama necessária e considera legítima a sua presença dentro do Estado. Acentuando a sua importância e apoiando-se em uma pauta dura, ela escreve uma nota em que recusa o Estado laico ao afirmar que repudiava o governo ímpio (PAIVA, 1991).

A crítica da Igreja contra o Estado laico era fruto da insatisfação do bispado ao perder espaço no ambiente público, em especial, no campo educacional e, para fundamentar essas insatisfações, os bispos apresentaram algumas justificativas, por meio das quais sustentavam a imprescindibilidade da volta da Igreja ao espaço público, além da importância e necessidade desse retorno. As argumentações tinham a intenção de convencer o Estado da relevância da

⁶³ Essa orientação perpassava vários setores sociais, assim foi instituído: ensino laico nas escolas; obrigatoriedade do casamento civil; a laicização dos cemitérios e o decreto que separa a Igreja do Estado. Desta feita, a República se transformou em um regime despojado de valor ético. (AZZI, 2008, p. 196-197).

instituição na formação espiritual da sociedade, por ser o catolicismo a religião oficial do Brasil e por ser a religião da maioria dos brasileiros. Muitos foram os motivos que levaram o clero a se posicionar contra o Estado, e um deles com certeza foi a perda financeira, devido ao fim das doações. Com essa medida, as instituições católicas passaram a ter dificuldades para manter suas estruturas, como escolas, seminários e as próprias faculdades (AZZI, 2008, p. 196).

Nessa perspectiva, para o clero, a cristianização da sociedade brasileira chegava trazendo uma luz, pois acreditava-se que seria necessário transformar o cenário social que vivia a população. Contudo, isso só aconteceria se a sociedade fosse impregnada de uma cultura com valores católicos aliados à educação; uma transformação que se adequasse principalmente à razão da igreja se inserir no ensino superior (AZZI, 2008, p. 327).

Em síntese, para que o projeto educacional tomasse forma eram necessários apoiadores e financiadores. Os apoiadores deveriam ajudar na divulgação da educação católica, tendo em vista que seriam a linha de frente desse ideal, e os financiadores arcariam com a manutenção financeira dessas instituições. Essas pessoas não faltaram ao apelo do apostolado, tornando desse modo, possível concretizar o interesse maior da Igreja: inserir-se no espaço público educacional. Considerando-se que esse era um campo indispensável tanto para o clero como para o Estado, em decorrência disso, deveria o ensino superior continuar sob os olhos e orientação da Igreja.

Essa tentativa, voltando um pouco no tempo, já havia acontecido nos anos 1930, com a atuação de Dom Leme que buscava arregimentar apoiadores, contando com o apoio da elite local e dos intelectuais da época que se tornavam multiplicadores de sua causa ao assumirem o compromisso de: *“tornar o país uma nação totalmente católica, tendo como base as questões sociais e educacionais”*. Dom Leme utilizou de todos os meios possíveis dentro do contexto social e político para atingir seus objetivos. Ele acreditava que cada decisão tomada reforçava a relevância do seu projeto, e só assim, estariam ajudando a materializar e efetivar de forma substancial seu plano educacional (AZZI, 2008, p. 328). Então, para consolidar os objetivos de Dom Leme, a Igreja organizou quatro ações importantes no sentido de evidenciar a força que supostamente acreditaria ter. Entre elas estão:

1. A criação da LEC - Liga Eleitoral Católica, criada por Dom Leme, em 1932 - e cuja influência foi decisiva na Constituição de 1934;

2. Visita da Imagem de Nossa Senhora Aparecida (proclamada Rainha e Padroeira do Brasil pelo papa Pio XI, em 16 de julho de 1930) ao Rio de Janeiro (em 1931), então capital federal, reunindo uma multidão, para impressionar o Estado (para tal, Dom Leme organizou o Congresso Mariano na Capital Federal, entre 24 e 31 de maio de 1931);

3. A inauguração do Cristo Redentor (12 de outubro de 1931), outra grande manifestação religiosa, no centro do poder político do país;

4 - Congressos Eucarísticos: 1942 - São Paulo (Dom José Gaspar); Internacional -1955 - Rio de Janeiro (D. Jaime Barros Câmara – Cardeal).

Outro ponto importante a ser destacado é que, com a criação das faculdades e das universidades católicas, a Igreja estava resolvendo em parte a escassez que havia nas universidades públicas brasileiras, ou seja, a ausência dos cursos de Filosofia e Teologia, o que era um problema para a comunidade eclesial, no que concerne a formação de seus padres. Do ponto de vista religioso, essas faculdades, ao aumentar seu quadro de presbíteros, mostravam simbolicamente o seu poder⁶⁴, um poder que mascarava uma intencionalidade.

Nesse contexto, não havia a intenção de aprofundar a problemática de “poder” na visão filosófica, mas sim de entendê-lo a partir da concepção sociológica de Foucault (1986). Buscava-se, dessa forma, compreender o sentido de “poder” em uma perspectiva discursiva, em que se apresentava como uma relação entre dois diferentes sujeitos: um como prática de liberdade política e o outro como uma prática de liberdade ética. Isso se confirma com a aceitação por parte dos Bispos e Arcebispos da criação dessas IES, principalmente no contexto político que vivenciava o país entre as décadas de 1960 e 1970, no governo militar.

Em anos mais recentes, agora voltando-se à década de 1960, ainda segundo Azzi (2008, p. 244), a AUC foi um instrumento utilizado pela Igreja para afirmar a fé católica entre os intelectuais e constituía um instrumento de contestação do Estado laico. Observa-se, então, que o clero já se posicionava e demonstrava um certo interesse nessa posição ideológica⁶⁵, atitude que se apresentava contrária à ideia do clero. Essa disposição ideológica, oposta aos interesses do apostolado, deu-se a partir das transformações que ocorreram na educação com a LDB 5.540/68, lei que sistematiza a pesquisa na pós-graduação e deixa à graduação a função profissionalizante (PIMENTA; ANASTASIOU, 2011, p. 153).

Como dito antes, a faculdade católica foi criada em 1940, na cidade do Rio de Janeiro e alguns anos mais tarde, passou a se denominar Pontifícia Universidade Católica - PUC. O

⁶⁴ Na visão de Foucault, só existe poder porque existem relações de poder. Um poder social que não é algo ou uma coisa que se possui, mas uma relação que se estabelece entre indivíduos ou grupo sociais.

⁶⁵ A posição de ideologia ou lutas ideológicas aqui apresentada foi um movimento que teve início em 1948, quando se realizou a reunião da AEC (Associação de Educação Católica) cujo debate se dava em torno de um anteprojeto em defesa da educação confessional, o que a AEC denominou de “flexibilidade” e de “equivalência” para os currículos do ensino médio. Porém, essa luta toma proporções maiores em 1956, entre os defensores do ensino público e os do ensino privado. A Igreja, através do padre, deputado Fonseca e Silva, começa uma série de ataques e acusações contra o diretor do INEP, o professor Anísio Teixeira, de ser contrário aos interesses das escolas confessionais. O então deputado, o acusava de ser agnóstico, ateu e comunista por suas ideias sobre a educação. A partir desse primeiro conflito ideológico, ganha força o debate sobre as diretrizes e bases da educação fora do Congresso Nacional, o que acabou por reunir e mobilizar a sociedade civil como professores, estudantes, intelectuais, operários de associações ou não. (PAIVA, 1991, p.123-124)

nascimento desta instituição e seu modelo academicista serviu como exemplo para as demais Faculdades católicas que foram surgindo em outras capitais no país. Assim, a educação superior católica ganhou fôlego e ajudou a impulsionar de forma progressiva o ensino superior em todo o país, tendo à frente o padre franciscano Leonel Franca.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi a pioneira universidade católica do Brasil. Considerada à época a mais importante e a melhor universidade privada do país, hoje é reconhecida pela excelência do ensino oferecido, pelo corpo docente que possui e pelas pesquisas realizadas. Dessa feita, a ideia de criar uma instituição no Rio de Janeiro deve-se à Reforma Universitária, idealizada pelo Ministro Francisco Campo. Tratava-se de uma proposta baseada nas dificuldades encontradas pelas instituições católicas de adentrar os espaços educacionais públicos em particular no ensino superior, pois os critérios para consolidar esse nível de ensino no Brasil eram para a Igreja algo interessante, no entanto, foi algo que acabou não acontecendo. Sua finalidade esbarrava no Estado laico e em virtude disso, não tinha permissão de agir na educação nacional como era o seu desejo, o que foi confirmado no decreto supracitado.

A Igreja viu-se obrigada a repensar seu projeto educacional, a partir das diversas reformas universitárias ocorridas entre os anos de 1960 e 1970, durante o regime militar, especialmente o ensino oferecido nas Pontifícias Universidades, pois essas instituições se tornaram para a Igreja, a menina dos olhos para o clero, tendo em vista se tornar um centro de referência educacional tanto para a Igreja como para a sociedade em geral. Havia ainda, o propósito de criar três cursos de seu interesse e atuação (Filosofia, Serviço Social e Enfermagem).

Desse modo, com a criação dessas IES, a Igreja já assegurava as condições ideais para preparar os fiéis escudeiros: *os laicatos*, pessoas que passaram a ser os sujeitos de frente em defesa da fé católica nos espaços que atuavam e dentro das próprias instituições, tornando-se os agentes multiplicadores a serviço do Clero, cuja ação era disseminar entre a elite intelectual do Rio de Janeiro as ideias da Santa Sé. Consequentemente, ela atingiria seu maior propósito: defender seus ideais e demarcar seu espaço no campo da educação do país (SALEM, 1982)⁶⁶.

Segundo Salem (1982, p. 16), quando pensamos em Igreja católica e ensino superior, juntamos dois pontos imprescindíveis do ideário católico: a reforma moral e espiritual cuja relação se ajusta aos interesses da elite do movimento religioso da época. Como afirma:

⁶⁶ “Enquanto embrião da futura universidade católica, o Instituto Católico de Estudos Superiores pretendia se integrar no movimento internacional do renascimento filosófico católico e, concomitantemente, servir como um modelo alternativo de organização universitária no Brasil. Em verdade, a demanda última era a de que o ensino superior se libertasse da tutela estatal para voltar a pertencer à Igreja. Alegando que somente a universidade católica era capaz de realizar a síntese orgânica do saber [...]”. (SALEM, 1982, p. 14).

[...] Nesse sentido, a Universidade Católica é pensada pelas lideranças laicas e eclesíásticas do período como tendo duplo sentido político, fortemente relacionados entre si: de um lado, ela se constituiria em uma instituição de combate ao ensino e à mentalidade laicistas, garantindo a resolução das crises nacionais e barrando a penetração da ideologia comunista no país; de outro, na medida em que se responsabilizasse pelo adestramento das futuras elites dirigentes, a Igreja, por suposto, concretizaria sua meta de recristianizar a sociedade e a própria instituição do Estado. Por conseguinte, é plausível afirmar que o investimento da Igreja na esfera do ensino superior extrapolava as fronteiras do "acadêmico" constituindo-se de fato, também, em uma estratégia política para recuperar seu papel na condução dos destinos da Nação.

Nessa perspectiva, é importante destacar que o projeto de Ensino Superior Público instituído no país teve início com a criação da Universidade de São Paulo⁶⁷ (com a integração das Faculdades de Direito, Medicina, Agronomia, etc.). Pode-se dizer então, que a criação da faculdade católica do Rio de Janeiro teve influência direta da USP⁶⁸. Frente a isso, dá-se início à implantação de outras instituições católicas que começaram a ser implantadas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, a partir da orientação e organização do jesuíta e intelectual Leonel Edgard da Silveira Franca que, em seu entendimento, via nos ideais cristãos a base comum à edificação da nacionalidade do país. Observa-se que o modelo de ensino superior instituído pelo clero casava-se ao projeto maior da Igreja Romana que se tratava de potencializar seus ideais na sociedade.

Esse espaço era uma estratégia para formar quadros que poderiam vir a militar em favor das causas católicas⁶⁹. A criação dessas IES deu-se sucessivamente entre a primeira e a segunda metade do século XX, como se pode observar no quadro abaixo:

Tabela III – Ano de criação das Instituições Católicas

Cidade	Instituição	Ano de Fundação
Rio de Janeiro	Pontifícia Universidade Católica – PUC Rio	1940
Campinas	Universidade Católica de Campinas	1941
Recife	Universidade Católica – UNICAP	1943
São Paulo	Pontifícia Universidade Católica – PUCSP	1947
Porto Alegre	Pontifícia Universidade Católica – PUC RS	1948
Santos/SP	Universidade Católica de Santos -UNISANTOS	1952
Petrópolis/RJ	Universidade Católica do Petrópolis	1953
Belo Horizonte	Pontifícia Universidade Católica de Minas – PUC Minas	1958
Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás	1959
Curitiba	Universidade Católica do Paraná	1959
Salvador	Universidade Católica de Salvador	1961

Fonte: Quadro criada pela Autora a partir de dados das próprias IES (2020).

⁶⁷ Em 1934.

⁶⁸ USP – Universidade de São Paulo.

⁶⁹ OLIVEIRA; CAMPO; SKALINSKI JÚNIOR, 2019.

Na tabela III, verifica-se que houve um processo aligeirado na criação dessas IES, ocorrendo um crescimento significativo dessas instituições, principalmente entre as décadas 1940 e 1960, sem contar com outras faculdades, institutos, fundações e centros católicos que tinham o mesmo perfil educacional das PUC's.

Acredita-se que essa aceleração por parte da Igreja seja fruto da ansiedade e do desejo de disseminar os ideais católicos no interior dessas instituições e deter o laicismo no país. Tal proposta é apresentada nos discursos do padre Leonel Franca, quando afirma que os cursos de Engenharia, Medicina e Direito não possuíam as qualidades para formar o homem católico. Reafirmava também, que a universidade a ser criada no país era a universidade católica, considerada por ele, o espaço ideal para formar um bom cidadão, aquele que obedecia às leis e a Deus, nesse caso, representado pela Igreja.

Em São Luís, o Projeto de criação da faculdade católica teve início com a chegada do novo Arcebispo, Dom José de Medeiros Delgado, em 1951, vindo da Diocese de Caicó (Rio Grande do Norte). Segundo afirma Meirelles (1994, p. 26), o ensino superior em São Luís se resumia a algumas faculdades isoladas,⁷⁰ com poucos cursos, poucos alunos e funcionando em alguns prédios públicos.

A situação econômica encontrada por Dom Delgado era difícil, o que impedia a manutenção das instituições, em especial as de ensino superior. Tornava-se caro manter essas poucas faculdades com toda a sua estrutura. Não havia pesquisa, e os recursos disponibilizados provinham de duas fontes: uma parte do Estado e outra dos alunos, o que não era suficiente para custear todas as despesas. Isso impossibilitava a abertura de novos cursos e, conseqüentemente, gerava o aumento de despesas. Todos esses problemas, de imediato, foram percebidos pelo arcebispo, que os considerou como questões urgentes e necessárias a serem resolvidas dadas as suas especificidades administrativas e acadêmicas. Para Dom Delgado, fazia-se necessário repensar uma nova organização para o ensino superior oferecido em São Luís e assim, ele toma para si a responsabilidade sobre essa questão.

Havia por parte da Igreja outros interesses envolvidos nessa luta, podendo esses serem notados na própria postura do Papado, ao se posicionar a favor de uma educação confessional na perspectiva do ensino superior. Tal ponto de vista, até certo ponto, foi um facilitador das ações executadas pelo Arcebispo para reverter esse quadro.

⁷⁰ O modelo de Faculdade Isolada tem origem francesa, trazida pela família real portuguesa quando se mudou para o Brasil. Os pontos facilitadores dessa influência foram: a mesma origem latina das línguas (francês e português), a visão da corte francesa como vencedora sobre os senhores feudais, a similaridade da crença religiosa (catolicismo) e a intensa produção ideológica que atendia à burguesia e influenciava a europeização de Portugal (ANASTASIOU; PIMENTA, 2011, p. 150).

Nesse sentido, Dom Delgado pensou e organizou um projeto para criar uma universidade católica em São Luís. Tomando a frente, deu início ao seu Projeto de (re)organização do ensino superior na capital: a unificação das faculdades isoladas com a criação de uma única IES e a criação de uma fundação que ficaria responsável pela administração dos recursos financeiros e o gerenciamento das ações burocráticas. Essa IES foi denominada como Universidade Católica com todos os cursos já existentes e mais os cursos de interesse do clero (Teologia e Ciências da Religião), que seria mantida pelo Estado, sob a direção da Igreja.

3.3 A SOMACS

A Sociedade Maranhense de Cultura Superior - SOMACS nasceu junto com o projeto da criação da primeira universidade de São Luís, a Universidade Católica. A SOMACS foi concebida como uma fundação para administrar a universidade, que ainda seria criada (fato que ocorreu nos primeiros anos de atividade clerical do novo Arcebispo de São Luís, Dom José de Medeiros Delgado). Destarte, essa instituição foi a primeira semente lançada pelo religioso para concretizar o projeto de educação superior que seria implantada em São Luís à época.

Segundo informações recebidas junto a direção do IESMA, foi dito que: [...] algumas articulações e alianças dentro e fora do Estado foram realizadas pelo Arcebispo em prol da criação da universidade, e duas delas foram bastante significativas para o êxito desse projeto. A primeira, diz respeito às cartas escritas para a bancada maranhense federal pedindo apoio e ajuda para implantação da universidade em São Luís, e a segunda foi a aliança feita com os intelectuais e membros da Academia Maranhense de Letras para apoiar o projeto de unificação das faculdades isoladas e a criação de novos cursos.

Como sabemos, um projeto dessa amplitude requer mais do que pedidos feitos por escritos e apoio político; necessita de muitos apoiadores e substancialmente de ajuda financeira. A Igreja sabia dos obstáculos que enfrentaria para alcançar o objetivo desejado. Como poucos nessa área, Dom Delgado conhecia os caminhos que deveria percorrer para realizar essa empreitada. As limitações eram muitas para conseguir tirar do papel esse projeto e mais ainda, seriam as ações que deveriam ser executadas nesse sentido.

A Igreja de São Luís passou a ter no “apostolo de ação” - Dom Delgado, o grande defensor do ensino superior em terras maranhenses. Para o Arcebispo, esse projeto se tornou seu maior objetivo. Toda a articulação feita por ele, deu visibilidade ao seu projeto educacional e facilitou sua concretização. A partir daí, o Estado, os intelectuais, a sociedade em geral perceberam a

importância e a dimensão dessa proposta educacional para o desenvolvimento local, pois muitas oportunidades surgiriam a partir da criação da universidade, principalmente no que diz respeito a mudança do cenário educacional local, como de fato aconteceu. Com isso, foi possível se beneficiar outros seguimentos sociais, a universidade possibilitou a formação de muitos profissionais que ajudaram a sociedade maranhense a se desenvolver. Com a experiência de Dom Delgado no campo educacional, as tomadas de decisões foram realizadas acertadamente e efetivadas com sucesso, constituindo um orgulho para o apostolado, para além do seu tempo.

Assim, em 1955, foi fundada a Sociedade Maranhense de Cultura Superior - SOMACS, cujo objetivo era promover o desenvolvimento da cultura no Estado, inclusive criar uma universidade, como assim o fez. Nascendo, a partir daí, a Universidade Católica, tendo seu início com a criação da Faculdade de Ciências Médicas (1957) (MEIRELLES, 1994, P. 72).

Após os trâmites legais, foi publicado o Estatuto da SOMACS no Diário Oficial da capital em 15 de abril de 1955⁷¹. A oficialização da referida Sociedade vai lhe garantir a finalidade de elaborar as diretrizes e normas que orientariam o funcionamento da nova universidade. Todo esse processo para legalizar a fundação tinha como objetivo direto a criação da universidade católica.

No art. 3º do Estatuto da SOMACS⁷², se define como uma associação de caráter religioso, educacional, cultural e beneficente⁷³, cujos objetivos são: promover a educação por meio de cursos universitários regulares, em especial de Teologia e Filosofia, e demais ramos das ciências humanas e sociais; promover a cultura por meio de eventos culturais e pesquisas sociorreligiosas; representar os interesses da Província Eclesiástica do Maranhão em geral, e em particular, da Arquidiocese de São Luís do Maranhão e das demais dioceses da Província na área da Educação e Cultura⁷⁴.

Como podemos observar no Art. 3ª do seu estatuto, fica claro o caráter religioso e beneficente da referida instituição. Dessa forma, podemos entender que o trabalho executado por ela será de caráter especificamente religioso, mas em contrapartida encontraremos elementos sociais, o que nos leva a compreensão de que o Estado poderá se unir a essa proposta

⁷¹ É registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de São Luís, na folha 95, do livro A-4, de 18/4/1955 e, também inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 06.349.146000/1-23.

⁷² Art. 3º A SOMACS, como associação de caráter religioso, educacional e beneficente, tem os seguintes objetivos: promover a educação, através de cursos regulares, em especial de teologia e filosofia e demais ramos das ciências humanas e sociais; promover a cultura, através de eventos culturais e pesquisas sócio religiosas; representar os interesses da Província Eclesiástica do Maranhão em geral, e em particular da Arquidiocese de São Luís do Maranhão e das demais dioceses da Província na área da Educação e Cultura.

⁷³ Adj. que traz benefício, que faz caridade; beneficiador, caritativo. Dicionário Aurélio, 2001.

⁷⁴ Informações retiradas do site do IESMA. <http://www.iesma.com.br>.

educacional “...e demais ramos das ciências humanas e sociais..”, haja vista os cursos de interesse da igreja serem Teologia e Filosofia e posteriormente, Serviço Social. Mesmo sem fins lucrativos., a instituição precisaria de recursos para funcionar.

Em seu Art. 1º, a instituição é reconhecida pela legislação civil brasileira e pela legislação canônica, dois órgãos (Estado e Igreja), com duas naturezas diferentes, para concepções sociais também diferenciadas, o que demonstra o interesse do clero no recebimento de incentivos públicos para uma instituição administrada por ela. Em seus objetivos, ela ainda se propõe a criar outras pessoas jurídicas como institutos, centros e promover qualquer atividade religiosa educacional e cultural, mas sempre sob a tutela da Igreja.

Sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ (conforme nº 06.349.146000/1-23), bem como no Conselho Nacional de Serviço Social aos 16/05/1956, conforme o protocolo (nº 34.861/56). Com todo esse aparato legal, a instituição se assegurou enquanto empresa, o que lhe garantiu, segundo o que pensava a Igreja, a facilidade de obter os benefícios públicos, conforme a natureza que se propõe. A Sociedade deixou de exercer suas funções junto a Universidade do Maranhão – UMA, em 1966, e somente em 1976, reassume suas atividades, quando passa a administrar o IESMA⁷⁵.

Com os objetivos definidos, a entidade se propõe a “promover no Estado do Maranhão a cultura superior, que seria realizada por meio de um Museu, de uma Biblioteca, de um Teatro, das Faculdades Superiores existente à época e a criação de uma Universidade Católica”, todos esses espaços estariam a cargo da Igreja. Para atender tal finalidade, ela assumiria a responsabilidade diretamente sobre a universidade, sendo a Arquidiocese a guardiã suprema da instituição, ou seja, através da SOMACS, o clero seria a responsável legal do ensino superior de São Luís.

A partir disso, promoveria ensino superior, cultura e ações sociais e religiosas, como foi pensado inicialmente por Dom Delgado, definindo-se como uma forma de assegurar o compromisso do clero com a educação maranhense. Sendo assim, a SOMACS teve sua inscrição formalizada como de Utilidade Pública Municipal (Lei nº 3.745/98) e Estadual (Lei nº 253/98), cuja sede própria, hoje, está localizada na Rua do Rancho 110 (no interior do Seminário Santo Antônio), no centro de São Luís.

Percebe-se, pelo seu Estatuto, que a SOMACS se instituiu legalmente para dar mais segurança e confiabilidade às ações que pretendia exercer junto à comunidade universitária e ao Estado, assim como para sua garantia enquanto instituição filantrópica. Uma instituição que tinha como propósito uma responsabilidade social e religiosa, sendo esta uma maneira de se

⁷⁵ Informações obtidas no site do IESMA. <http://www.iesma.com.br/index.php/o-iesma/quem-somos>.

manter visível diante da sociedade e do próprio Estado, uma postura colaborativa e profundamente institucionalizada. Dentre os objetivos para a formalização do Sociedade, havia um que era considerado importante para o Clero, tudo pensado diretamente às ações sociais que ela realizaria tanto na capital como no interior do Estado. Tratava-se de promover obras sociais em conjunto com a universidade, em contexto que já atuava, principalmente nos bairros periféricos da capital.

Após os trâmites legais, em 18 de janeiro de 1958, a SOMACS funda a Universidade Católica do Maranhão, sendo que a denominação “*católica*” não aparece nos registros oficiais da Instituição ao ser criada. Dessa maneira, a primeira atividade realizada pela SOMACS foi a criação da Universidade do Maranhão (UMA), tendo, para isso, congregado duas unidades incorporadas: a Faculdade de Filosofia (1952) e a Faculdade de Ciências Médicas (1957). A Faculdade de Filosofia passou a denominar-se Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Maranhão. Posteriormente, mais duas instituições são incorporadas, a saber: a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (fundada em 1948) e a Faculdade de Serviço Social (fundada em 1953). Além da junção das faculdades isoladas, o estatuto da SOMACS previa também a criação da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, o que não aconteceu (MEIRELES, 1994, p. 77).

No que diz respeito à administração da UMA, ficou acordado entre a Igreja e o Estado, que os Arcebispos do Maranhão, seriam seus chanceleres. Esse acordo firmado entre os dois campos (religioso e público) pode ser entendido como uma forma de resguardar a questão da religiosidade no ensino superior em São Luís, principalmente, quando observamos os cursos que deveriam ter sido criado pela universidade: teologia e filosofia, ficando sob a responsabilidade da Igreja a escolha e a nomeação dos reitores e dos professores. A sede da Reitoria seria o sobrado do Barão de Grajaú, localizado da Rua do Sol, no centro da capital.



Figura 5. Primeiro Prédio da Reitoria da UMFA. Hoje é o Museu Histórico e Artístico de São Luís. Imagem cedido pelo IPHAN, 2021.

Sob a ótica da funcionalidade da SOMACS, podemos concluir que seu período de atividade se realizou da seguinte forma, é criada em 1955; em 1958, começa a administrar a UMA, exerce a função de Fundação da UMA até 1966. De 1966 a 1976, deixou de exercer suas atividades no papel de fundação.

3.4 A origem de um Instituição: IESMA

Para melhor entendimento sobre o processo de mudança que ocorreu no nome e nas características do Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA, foi construída uma tabela para melhor visualização dessa trajetória.

Tabela IV – Criação do IESMA

Data	Nome	Cursos Livres	Cursos Reconhecidos
1976 - 1984	Centro de Estudos Teológicos - CET	Ciências Religiosas e Teologia	
1984 - 1999	*Centro Teológico do Maranhão - CETEMA	Curso de Filosofia (Bacharelado)	*Ciências Religiosas (licenciatura curta); Curso de Teologia (licenciatura plena)
2002 - 2022	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão – IESMA (Reconhecido pelo MEC)		Ciências Religiosas (bacharelado); *Curso de Filosofia (licenciatura plena) *Curso de Teologia (bacharelado)

FONTE: quadro organizado pela autora conforme informações colhidas junto ao site do IESMA. Janeiro de 2020. *Em 1987, pela Resolução do Conselho Estadual de Educação foram reconhecidos os cursos de Ciências Religiosas e Teologia. Em 1999*, o CETEMA entrou com o pedido de credenciamento junto ao MEC, que correu somente em 2002. *Em 2005, o curso de Filosofia foi reconhecido pelo MEC com licenciatura plena e, em 2006, o MEC reconhece o curso de Teologia como bacharel.

O projeto de educação superior pensado pela Igreja em São Luís, teve como proposta inicial a criação de uma instituição para formar o corpo sacerdotal. A capital, até aquele período, segunda metade do século XX, não possuía uma instituição com esse nível de ensino para formar esses religiosos, ademais, a universidade pública não possuía o curso de Teologia. Como já foi dito, a formação desses seminaristas se dava somente pelo Seminário Santo Antônio ou mediante o deslocamento para outra capital, sendo que dos dois seminários existentes à época, o seminário era o único que existia em São Luís com estrutura para essa finalidade, segundo a afirmativa da direção do IESMA.

Dados os problemas de ordem educacional que a Igreja enfrentava em relação a seus sacerdotes e pela ausência de um espaço adequado para os estudos em nível superior desses padres, a Arquidiocese de São Luís propõe criar um instituto de ensino superior para esse fim⁷⁶.

Segundo informações do instituto, para que houvesse a concretização de fato desse projeto, seria necessária a adesão por parte das dioceses do interior, pois como já foi falado, não havia uma instituição superior confessional em São Luís, que pudesse formar os padres e o laicato da Igreja, uma proposta interessante sob essa perspectiva. Além do mais, traria benefícios para todas as dioceses do Maranhão, principalmente, para a diocese de São Luís, pois o número de seminaristas em formação era maior⁷⁷. A aceitação por parte delas, foi só uma questão de tempo.

⁷⁶ Por falta de fonte escrita, essas informações foram dadas pela direção do Instituto IESMA. Janeiro de 2020.

⁷⁷ Informação obtida a partir de conversa informal com o diretor do IESMA, em julho de 2020. Por falta de documentação impressa foi utilizada a conversa, com o diretor da instituição, para o esclarecimento de algumas informações sobre o instituto.

Para a criação do instituto, e conseqüentemente dos cursos, foram levantadas questões sobre onde seria esse espaço, quem o administraria e qual o valor a ser cobrado pela mensalidade. Esses pontos eram uma forma de pensar a estrutura da IES, levando em consideração todos os aspectos administrativos e acadêmicos para montá-la. Destacando-se que, tudo foi muito bem planejado.

A escolha do espaço onde funcionaria a instituição, os cursos a serem ofertados, a quantidade de vagas ofertadas, corpo docente, assim como o edital do primeiro vestibular eram questões a serem resolvidas, pois a Igreja posteriormente, solicitaria a revalidação dos diplomas expedidos, como assim o fez. Consta ainda a informação, de que houve uma assembleia na Arquidiocese para discutir sobre esse projeto educacional⁷⁸.

Assim, em 1976, é criado o Centro de Estudos Teológicos – CET, como já fora dito, pela necessidade de a Igreja oferecer formação para seus membros. Seria um espaço educacional de ensino superior para os seminaristas maranhenses e conseqüentemente, para a comunidade que tivesse interesse em uma formação em nível superior, caso houvesse a procura pelos cursos, o que acabou de fato acontecendo.

O Seminário Santo Antônio, mesmo tendo espaço e estrutura para funcionar as primeiras aulas do CET, não foi escolhido para esse fim, ficando reservada a Escola de Formação de Líderes como o local para as aulas. Essa residência se localizava na Rua do Rancho, próximo ao Seminário Santo Antônio.

A Instituição, ao longo de sua existência passou por várias mudanças, tanto acadêmicas como de alteração do seu nome. O primeiro nome dado à instituição foi Centro de Estudos Teológicos - CET, em 1976, permanecendo com essa denominação até 1984, quando novamente passou por nova mudança. A partir de um conjunto de esforços que envolveu a CNBB e a CRB locais, foram oferecidos os cursos de Teologia, Filosofia para religiosos e leigos e o Curso de Ciências Religiosas para leigos, todos ministrados de forma livre.

É importante destacar que o curso de Ciências Religiosas foi aberto para a formação de líderes e para a comunidade local, enquanto o de Teologia foi oferecido como formação sacerdotal aos aspirantes ao sacerdócio. Abaixo tabela com a lista das duas primeiras turmas e os respectivos cursos.

⁷⁸MEC – Conselho Federal de Educação.

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECESN1172018.pdf

Quadro 5 – Curso de Ciências Religiosas e Filosofia e Teologia (1ª Turma- 1976)

Ciências Religiosa	Filosofia e Teologia
<p>Mulheres: Conceição de Maria Dias Magalhães; Consuelo Coutinho Cavalcante; Estela Rosa da Silva Pinheiro; Maria da Conceição Pestana Pinheiro; Maria de Fátima Araújo Costa; Maria José Rodrigues; Ozenilde Costa Bernal Martins; Raimunda de Fátima Macêdo Castro; Terezinha de Jesus Louza; Terezinha de Jesus Pereira de Castro; Vitória Maria Carvalho Fonseca.</p> <p>Homens: José de Ribamar Costa Polary; José Maria de Sousa Barbosa; Viriato Santos Gaspar;</p> <p>Um total de 14 alunos.</p>	<p>Mulher: Alcivanda Brito Costa</p> <p>Homens: Ailton Almiro; Alberto Batista Pires;; Ângelo Vicente P. Gonçalves; Aniceto Sousa da S. Neto; Antonio da Conceição Santos; Antonio Francisco Ferreira da Silva; Antonio José Soares Reis; Antonio Neves Ferreira Filho; Arias Rocha Neves Filho; Augusto Clécio; Bernardo J. Cruz Muniz; Carmelino Pereira Farias; Cleudeson Martins da Silva; Clóvis Sinfrônio de Oliveira; Domingos Tibúrcio Santos Souza; Francisco Cavalcante Brito; Francisco das chagas Rodrigues da Silva; João Batista Rodrigues Araújo; João Bosco Pimenta de Souza; Jomar Moura Ribeiro; José Bráulio Sousa Ayres; José de Ribamar Oliveira; José Domingos Pereira Ferreira; José Maria Pereira Ferreira; José Raimundo J. da Silva; José Ribamar de Jesus; José Ribamar Mesquita; Luís Alberto S. Alves; Pedro Fontes de Sousa; Roberto Luís da Silva Mendes; Valdir Sousa Gomes; Valmir Moraes Amorim; Valtemir Silva Lago.</p> <p>Um total de 34 alunos.</p>

FONTE: quadro organizado pela autora conforme informações do IESMA. Janeiro de 2021.

Como podemos observar no quadro acima, o número de alunos matriculados no curso de Ciências da Religiosas era composto majoritariamente por mulheres, tendo apenas três homens matriculados. Para esse grupo, o curso era como uma possibilidade de trabalho no campo da educação, haja vista, à época, existir no currículo do ensino regular a matéria educação religiosa. Além do que, estariam qualificando também os catequistas da igreja, assim como outros colaboradores que ajudavam nas atividades pastorais da Igreja.

Por outro lado, nota-se que no Curso de Teologia, o contingente maior foi de homens, somente uma mulher se matriculou no curso, não podemos afirmar de pronto, se ela era uma religiosa. Em relação ao quantitativo de homens, podemos concluir que houve um aproveitamento significativo quanto a formação de padres, pois saíram dessa turma cinco ordenações, a saber: Carmelino Pereira Farias; Domingos Tibúrcio Santos Souza; João Batista Rodrigues Araújo; José Bráulio Sousa Ayres (o primeiro padre negro ordenado em São Luís e o primeiro padre negro ordenado no estado do Maranhão) e José Domingos Pereira Ferreira. Como podemos verificar a iniciativa da Arquidiocese começa a dar frutos para a Igreja. Os demais alunos ao se formarem, seguiram atividades distintas entre elas, o magistério.⁷⁹

⁷⁹ <https://www.arquidiocesedesalouis.org>

Ainda sobre seu processo de mudança, no ano de 1984, o Instituto passa novamente por uma transformação, trocando seu nome para Centro Teológico do Maranhão - CETEMA. Nesse mesmo ano, a SOMACS assume a administração da IES. Em 1987, pela resolução do Conselho Estadual de Educação, foram reconhecidos os cursos de Ciências Religiosas, como licenciatura curta⁸⁰ e o curso de Teologia, como licenciatura plena, ficando Filosofia como curso bacharelado livre.

A IES permaneceu com esse nome, CETEMA, até 1999. Nesse mesmo ano, entra com o pedido de Credenciamento Federal, junto ao MEC, e novamente tem o nome alterado passando a se denominar Instituto, o que veio a ocorrer somente em 2002, através da portaria nº 1.521 do MEC. O instituto foi credenciado no Sistema Federal de Ensino Superior através da portaria 1.522, e seus cursos ficaram registrados da seguinte forma: Ciências Religiosas (como bacharelado) e o Curso de Filosofia como Licenciatura Plena. O nome IESMA foi a última mudança no nome da instituição, o qual permanece até os dias atuais⁸¹. A instituição é reconhecida pelo MEC⁸².

Quando o Centro foi criado em 1976, após os trâmites legais, as aulas tiveram início, assim como no Centro de Formação de Líderes Católicos. Por falta de documentos, não foi possível obter mais informações do primeiro vestibular e outras informações acerca das duas primeiras turmas. Apesar de saber que 14 alunos (entre homens e mulheres) foram matriculados para o curso de Ciências Religiosas e 34 para o curso Filosofia e Teologia (sendo uma mulher e 33 homens)⁸³.

Acreditamos que, perante o quantitativo de homens matriculados no curso de Filosofia e Teologia, é possível constatar que entre todos os alunos matriculados, somente uma parte fosse composta por seminaristas e a outra parte, por leigos. Isso fica claro pelo número de ordenações realizadas após o término do curso.

No caso do curso de Ciências Religiosas, 14 mulheres se matricularam e somente 2 homens estiveram inscritos. A ausência de documentação sobre o curso e de seus alunos e alunas nos impossibilitou aprofundar essa questão.

Segundo o regimento da instituição, a missão se caracteriza como: “[...]formar presbíteros, agentes pastorais, pesquisadores e docentes, capacitando-os à reflexão sobre as diversas matrizes filosóficas, religiosas e educacionais, analisando criticamente as influências

⁸⁰ Licenciatura curta era uma modalidade de ensino superior assegurada pela Lei 5.692, de 1971.

⁸¹ Informações dadas pela Direção do IESMA, através de entrevista informal e confirmadas através do site do Instituto. Janeiro de 2021.

⁸² Registrado de credenciamento nº 1.521, de 22/05/2002.
<https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento>.

⁸³ Por falta de documentação não foi possível fazer uma análise sobre a criação dos primeiros cursos.

destas, sobre a realidade nas quais estão inseridos, habilitando-os a agir em favor do desenvolvimento integral da pessoa humana”. Tudo seguindo os preceitos da evangelização cristã, além do seu compromisso social, que se institui com propósito de promover o desenvolvimento humano, através de formação e aperfeiçoamento profissional (realizado através dos cursos de especialização oferecidos pela instituição à comunidade em geral). Para a Igreja, é uma forma de contribuir com o desenvolvimento do Estado e, também de assegurar sua presença no ensino superior.

A IES segue um Regimento e por ele estabelece seu funcionamento, com suas diretrizes e normas. Em seu Art. 4 assim ela se constitui: [...] ficam estabelecidos os órgãos do Instituto: 1º - Órgãos deliberativos e normativos: I. Conselho Superior (CS); II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE); III. Conselho de Curso (CC). IV. Instituto Superior de Educação (ISE); § 2º - Órgãos executivos: I. Diretoria Geral; II. Diretoria Acadêmica; III. Diretoria Administrativo-Financeira; IV. Coordenadoria de Curso. Como podemos verificar a estrutura administrativa do IESMA segue o modelo de uma universidade em construção.⁸⁴

No Regimento, capítulo II, em seu Art. 6 fica estabelecido o Conselho Superior da instituição e seu corpo normativo, sendo: [...] I. Diretor Geral, seu Presidente; II. Vice-Diretor Geral; III. Diretor Administrativo-Financeiro; IV. Coordenadores de Curso; V. um docente de cada curso de Graduação, eleito por seus pares; VI. um representante do corpo técnico-administrativo eleito por seus pares; VII. um discente de cada curso regularmente matriculado e indicado pelo órgão estudantil, na forma de seu Estatuto; VIII. dois representantes da Mantenedora, por ela indicados; IX. um representante dos formadores dos seminaristas diocesanos, alunos do IESMA, eleito por seus pares; X. um representante dos formadores dos Religiosos/as, escolhido por eles, entre aqueles que têm alunos/as no IESMA.

Nesse sentido, a partir dessa estrutura administrativa, é estabelecida no interior da instituição uma relação de transparência na convivência das relações que se constituíram nessa pirâmide de poder.

⁸⁴ Regimento do IESMA. Reconhecido pela Portaria 1.695/2005 e alterado pelo Processo nº 23000013300200739, registro E-MEC nº - 20070659. Fl.3

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha de pesquisar sobre a educação superior confessional - a partir de uma instituição católica, considerada a meu ver como um tema relevante - possibilitou construir ou reconstruir a História da Educação maranhense, bem como a brasileira, definindo-se como um dos motivos para este desafio. A luta para construir essa instituição, assim como as demais criadas pela Igreja em toda a sua história, não foi um privilégio somente de São Luís. Aqui, procuramos demonstrar como se deu esse processo, do início até a sua materialização.

A pesquisa aqui proposta nos levou a caminhar sobre a História de uma instituição confessional, assim como nos possibilitou conhecer a história de outras instituições, levando-nos a caminhos mais longos e até difíceis. O foco foi a História da Educação Católica em São Luís do Maranhão, desde a iniciativa da criação da Universidade (Católica) do Maranhão até a fundação do IESMA.

A história da educação superior confessional no Brasil, tem em si três pontos que se entrecruzam. O primeiro pode ser considerado a fundação das primeiras escolas primárias; o segundo refere-se à criação dos lares assistenciais em conjunto com os cursos técnicos; e o terceiro diz respeito à criação dos primeiros institutos de ensino superior. Com esse tripé apoiado sobre um objetivo específico - a educação -, dá-se início ao processo de criação de uma mentalidade cultural criada pela Igreja, que se expande dentro de seus espaços religiosos através de seus fiéis.

Assim, fomos observando ao longo da pesquisa, que a cidade de São Luís na segunda metade do século XX, ensaiava um processo de mudança no que se refere ao ensino superior, fato que ocorria igualmente com as demais cidades do nordeste. Todavia, esse ensino ainda passava por um processo de organização, devido à carência de uma Lei que pudesse nortear de forma palpável e concreta a realidade social vigente no país. Uma Lei que pudesse aperfeiçoar o sistema universitário brasileiro, mas diferentemente do Sul e Sudeste do país, cujo ensino já se encontrava em pleno vapor de transformação. Enquanto aqui, em terras maranhenses, sofria-se pela falta de interesse público e desorganização no sistema existente (MEIRELES 1994).

O envolvimento da Igreja com a educação brasileira, desde o processo de colonização, fruto do Regime do Padroado, sofreu abalo com a laicização do estado, a partir da primeira Constituição da República.

Com a saída da Igreja do campo educacional, ocasionada pelo processo de laicidade, não houve em definitivo um silenciamento por parte do clero sobre o assunto. A luta para retornar a esse campo perdurou nas décadas seguintes, em que a Igreja católica procurava converter seu poder nacional, agora perdido, em domínio nos estados e municípios. Equivale a

dizer que, em todos os momentos nos quais a Igreja tinha oportunidade, ela enfrentava seus opositores, como os intelectuais e os movimentos sociais que eram contra a volta do domínio católico nos espaços públicos, principalmente, no campo da educação. Mesmo com todos os obstáculos que a Igreja enfrentava para atingir seus interesses, firmando-se num discurso social, humanista e de fé, construía aos poucos sua ponte, onde tivesse voz e pudesse ser ouvida, buscando reconstruir sua influência a partir do poder local, especialmente pelos seus Arcebispos e Bispos nas arquidioceses e dioceses do Brasil.

Com sua presença distanciada do setor público, a Igreja, de maneira estratégica, sempre encontrava uma maneira de marcar presença junto ao Estado. Isso se dava, sobretudo, quando o assunto em questão era a educação. Uma dessas estratégias pode ser comprovada pela incorporação da disciplina Educação Religiosa no currículo escolar. Percebe-se que o clero conseguiu espaço na educação brasileira através dos seus posicionamentos e por entender que era nesse campo que conseguiria alcançar seus interesses institucionais. Além disso, a realidade da educação nacional se tornou objeto de questionamento por parte do clero. Desse modo, demonstrava sua autoridade como religião de uma maioria, sendo este o argumento mais utilizado por ela e pelos seus defensores, conforme demonstrado nas afirmações de (FRANCA, 1994; PAIVA, 1991 e AZZI, 2008). Tais argumentos, nos levam a perceber a força da Igreja Católica como instituição religiosa.

Dessa forma, ao longo do tempo, a educação brasileira vivenciou várias realidades educacionais, porém duas se destacaram em sua história. Uma regida e administrada pelo Estado, a educação pública constituída para todos, mas que nunca chegou a “*ser*” para todos; e a outra realizada pela Igreja, de forma confessional privada e com bases religiosas, um ensino que pudesse servir para doutrinar, um modelo de educação que servia aos interesses da elite, uma educação para os que podiam pagar.

Em geral, as escolas administradas e mantidas pela Igreja, geralmente se encontravam nos centros urbanos, no entanto, havia também, outras escolas sob a direção clerical, localizadas em comunidades mais distantes e nas periferias das grandes cidades. Essas escolas foram concebidas como um modelo assistencialista. Esse modelo era considerado pelo clero como um campo fértil para o “*chamado*”, ou, como afirma Tagliavini (1989), local de disseminação da fé religiosa, reduto que viria mais tarde a ser um campo de vocações. Como foi dito anteriormente, tanto o clero quanto o Estado mantinham interesses particulares para se constituírem detentores do ensino no país. Nunca houve por parte dos dois grupos a realização de obras desinteressadas. A educação era considerada, portanto, ponto estratégico e imprescindível para ambos os grupos atingirem seus objetivos.

No final da década de 1950, a Igreja começa a perder espaço nesse campo específico, o que se tornou um problema por ter percebido que, sem a educação, suas atividades corriam o risco de extinguir-se. Contudo, essa derrota não era considerada pelo clero, uma vez que embora os trabalhos pastorais e até a mesma a sua existência, como religião católica no Brasil, estivessem ameaçados, a possibilidade de desistir não estava em seus planos.

Durante o período do governo militar, em particular, durante a ditadura, a educação brasileira em todos os níveis passou por uma revista, adequá-la ao novo regime político se tornou urgente. O Brasil precisava rever a educação que oferecia a sua população e, para isso, seria necessário dar a ela um *status* de modernidade, o que de fato aconteceu. A educação nacional passa por uma transformação, o que veio contribuir para reformular o ensino superior existente no país.

Nesse processo de transformação, que ocorreu com a instituição das novas leis educacionais, fundamentalmente com a Reforma Universitária, o ensino superior passou a ser curso universitário, o antigo modelo de instituição - as faculdades isoladas -, que se caracterizavam por ter poucos cursos e com pouca ou nenhuma presença do Estado (MEIRELES, 1984; AZZI, 2008), adotaram outro modelo de instituição e de ensino superior, agora passando às mãos do Estado. Constituíram-se em ensino, pesquisa e extensão, unificaram-se e transformaram-se em universidades públicas, sob a responsabilidade do Governo Federal.

Em São Luís, a realidade do ensino superior passou também por um processo de transformação. Essa modalidade de ensino ganhou fôlego e características próprias, pensada em uma perspectiva acadêmica e de pesquisa, o que vai garantir a essas instituições autonomia e caráter mais moderno (PAIVA, 1991), consoante às demandas da sociedade. É importante lembrar que, a maior evolução na concepção de educação e de autonomia universitária no país só viria com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

São Luís, como as demais cidades do Nordeste, passou por um complicado processo de construção da universidade pública. A problemática existente para que esse processo se materializasse, abrangeu questões políticas, dificuldades econômicas e até religiosas. Esses foram alguns dos muitos óbices enfrentados pelos defensores da universidade pública no estado do Maranhão, fora outros problemas que surgiram e pediam uma diplomacia, uma organização de forma mais concreta, observando a realidade de São Luís à época. Diante de toda a problemática já existente, havia também duas forças contrárias que se confrontavam para obter para si, o sucesso desse projeto, algo que ia muito mais além do que o simples interesse religioso ou do jogo político (MEIRELES, 1994). Logo, era necessário unir forças para que, de fato, esse projeto de educação superior saísse do papel e tomasse forma.

Em 1952, como vimos, chega à capital maranhense Dom José de Medeiros Delgado. O recém-nomeado Arcebispo de São Luís, que tomaria posse somente no ano seguinte, 1953. Durante o período de 1952 a 1953, Dom Delgado, como era chamado, teve tempo de se familiarizar com a administração e com os problemas que acometiam a Igreja, inclusive teve tempo suficiente para sondar a educação oferecida na Ilha. O Arcebispo dispunha de um vasto conhecimento trazido da longa experiência na educação, quando residiu no Rio Grande do Norte. Por seu conhecimento nessa área, assumiu a responsabilidade por essa pasta, tanto na capital como no interior do estado. Cargo este exercido com bravura, coragem e muito trabalho. Mas qual seria de fato a educação que ele assumiu nesse período para si? A princípio, a educação dos padres, um problema que já se arrastava há anos e, até então ninguém havia conseguido resolver, o que acabava gerando outro problema em um efeito dominó, dada as diversas questões que estavam imbricadas dentro e fora da Igreja.

Para o Arcebispo de São Luís, Dom Delgado, era necessário priorizar a solução da formação sacerdotal e a partir da resolução dessa questão, outras questões seriam automaticamente resolvidas. Entre os problemas do clero maranhense, o mais urgente para resolver era a educação dos noviços e seminaristas, sendo que a problemática maior estava no baixo número de ordenação e na falta de padres no Maranhão, primordialmente no interior do Estado. Para ele, assumir esses problemas foi, sem dúvida, naquele momento, seu maior compromisso com a Igreja de São Luís e seu maior desafio como Arcebispo.

Para Neris (2017), o Arcebispo de São Luís foi um homem além do seu tempo, era generoso, carismático, inteligente e muito trabalhador. Quando chegou em terras maranhenses percebeu as condições em que se encontrava a educação oferecida à população, muito fragilizada e extremamente deficitária em toda sua estrutura, precisando, portanto, em sua visão, ser revista, além de necessitar de mudanças urgentes. O modelo de ensino superior existente também não era diferente do ensino regular oferecido, ambos precisavam de mais atenção e, é claro, de mudanças. Mas a preocupação do Arcebispo não era somente de cunho social. Sua atenção se dava pela falta de uma instituição de ensino superior que pudesse preparar os futuros padres e a demanda de que a Igreja estivesse à frente dessa instituição. Isso daria ao ensino superior de São Luís um ar de modernidade, que contribuiria para o desenvolvimento local, a partir da criação de novos cursos e a reorganização dos cursos ofertados.

Entende-se que o ideal defendido por Dom Delgado representava um interesse específico da Igreja, o qual significava ter o controle uma universidade pública, mantida com dinheiro público, circunscrita à ótica religiosa e a criação de três cursos de seu interesse - Filosofia, Teologia e Serviço Social. Todos esses importantes na perspectiva da Igreja, quer seja para a

formação clerical, quer seja para preparar o corpo sacerdotal que já atuava no trabalho de base e, mais especificamente, fortalecer as atividades assistências desenvolvidas por ela.

Para dar início ao projeto de criação da universidade, nesse caso, a Universidade Católica, era imperativo criar uma fundação para administrar os recursos e toda sua parte administrativa. Com essa finalidade, em 1955, cria-se a SOMACS e, em 1958, nasce a Universidade do Maranhão, a UMA (que deveria se chamar Universidade Católica) segundo as previsões de Dom Delgado, o que, entretanto, jamais aconteceu. Apesar de todo o embate e do posicionamento a favor da criação de novos cursos idealizados pelo Arcebispo, o curso de seu interesse, Teologia, não foi criado pela instituição.

Com o processo de federalização da UMA, em 1966, após a transferência da universidade para o Governo Federal e a saída da SOMACS, mantenedora da instituição, a universidade passa a se denominar Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e para administrá-la, cria-se a Fundação Universidade (a instituição que passou a administrá-la). A partir disso, encerra-se um período, e um outro começa.

Todavia, com a não criação do curso de Teologia, interesse maior do clero, um passo para trás foi dado: a relação entre Igreja, Estado e os intelectuais que, a princípio, pareciam estar no mesmo diapasão com Dom Delgado, não se confirmou. Deixando claro que as pretensões ou interesses do Estado eram outros, os quais contradiziam às reais necessidades que a Igreja tentou de todas as formas executar.

Ao longo do tempo, o clero continuou em sua jornada voltada à formação sacerdotal e acadêmica dos padres maranhenses, que, em sua maioria passaram a estudar nas cidades de Belém, Teresina, Fortaleza e Recife para que obtivessem formação em nível superior. E, somente, em 1976, a Igreja criou uma instituição com as características e propósitos pelos quais tanto sonhou e trabalhou Dom Delgado. Nasce assim, o Centro Teológico – CET, primeira instituição de ensino superior confessional em São Luís. Alguns anos depois, teve seu nome mudado para Centro Teológico do Maranhão - CETEMA e mais tarde, transformou-se em Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA. Uma instituição que nasceu a partir do velho sonho educacional de Dom Delgado.

Procuramos neste trabalho, além de dar atenção ao papel da Igreja na educação superior no Maranhão, em especial em São Luís, responder à pergunta, objeto desta pesquisa: Que concepções de Estado laico, universidade pública e ensino superior prevaleciam na sociedade brasileira da segunda metade do século XX que impediram a criação do curso de teologia dentro da Universidade Federal do Maranhão? Podemos concluir, então, que, baseado nos interesses dos grupos: Igreja e Estado, em particular do Estado, o impedimento de criar o Curso de Teologia dentro de uma instituição pública não ficou claro, por falta de documentos que

puddessem dar uma resposta mais concreta a essa inquietação. Entretanto, com base em alguns estudos acerca desse assunto em outras instituições públicas, pode-se considerar que o Estado tentava deter uma onda católica dentro dessa instituição, constituía-se numa forma de manter a autonomia da universidade pública em relação a presença da Igreja. Houve portanto, uma resistência do Estado em acatar o acordo firmado com a Arquidiocese de São Luís. Foi entendido pelo Estado que o referido curso não viria sozinho, mas acompanhado de um discurso cristão, doutrinação, corpo clerical, dogmas e tudo que estivesse intimamente ligada à religião católica. Ao permitir o curso teológico dentro da UMA, era como se o Estado novamente viesse a se submeter à Igreja Católica, mesmo tendo em sua história dois representantes do clero como Reitores da Universidade do Maranhão. A suposta harmonia entre os dois poderes: Igreja e Estado - não foi suficiente para a criação do Curso de Teologia na Universidade do Maranhão.

Esta pesquisa, que tinha como um de seus objetivos, fazer um estudo mais aprofundado sobre o IESMA, não se realizou por conta dos obstáculos à consulta dos arquivos, devido ao isolamento imposto pelos seus responsáveis em razão da pandemia. Conseguimos obter em parte o trabalho de pesquisa sobre essa instituição, pois há muito o que escrever sobre o IESMA. Entre os assuntos estão: seus docentes, a relação de gênero dentro da instituição, a relevância social e educacional de seus formandos para São Luís.

Almejamos, que, no decorrer do tempo, outros estudos se unam a este trabalho como propósito de continuar a escrita dessa História de forma mais reflexiva. E ainda, que seja possível ter acesso aos documentos do IESMA para garantir uma maior legitimidade para a pesquisa e seu (sua) pesquisador(a). Esperamos que este tenha contribuído para dar visibilidade ao IESMA, a sua comunidade universitária, a seus professores e, principalmente, à Arquidiocese de São Luís, pela coragem de assumir a responsabilidade por um espaço educacional que tem, ao longo de seus 45 anos de existência, se somado ao clero e à sociedade civil em um único objetivo: formar seus sacerdotes e a sociedade maranhense, o que tem feito até os dias de hoje. Esta pesquisa não finda aqui, pois esperamos ter sido o abridor de portas para outros trabalhos, no desejo de ter acrescentado mais um tema para a História da Educação Nacional e para a História da Educação do Maranhão.

REFERÊNCIA

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. Os donos do Maranhão: Herança política e poder local em um Estado brasileiro. **Revista NEP**. Curitiba, v3, n1, p. 285 – 304. Maio, 2017.

ARAÚJO, Marta Maria de. **Educativa**. Goiânia, v. 10, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 2007.

AZZI, Riolando. História da Igreja no Brasil: 3ª época de 1930-1964. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEOZZO, José Oscar. Padres Conciliares brasileiros no Vaticano II: Participação e prosopografia 1959-1965. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2001.

_____. Igreja e Estado no Brasil. In: FLEURI, Reinaldo Matias. Movimento popular, política e religião. São Paulo: Loyola, 1985. (1985)

BLANCARTE, Roberto. O porquê de um Estado laico. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

BOAVENTURA E. M. Origem e formação do sistema estadual de educação superior da Bahia – 1968-1991. **Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade**. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, v. 1, n. 1, 1992.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In. **O poder simbólico**. Lisboa: 1986, p. 164.

CALMON, Pedro. **A instrução e os jesuítas**. In: HISTÓRIA social do Brasil. 4.ed. São Paulo, Ed. Nacional, Brasiliense, 1967.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil**. 1. ed. Coimbra, Almedina, 2006.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica: o ensino superior na República populista**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos).

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituições – Decretos – Declarações - Documentos e Discursos Pontifícios**. São Paulo: Paulinas, 1967.

COSTA, Márcia Cordeiro. A Gêneses da educação em nível superior no Estado do Maranhão e Política Educacional. Artigo do VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 2017.

COSTA, Silvia Cristina M. **A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico Regional**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, São Luís/MA, 2003.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Correa. **A invenção do cotidiano feminino: formação e trajetória de uma congregação católica**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2014.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. Gênese de uma escola católica e estratégias femininas no Maranhão novecentista. **Cad. Pesquisa**. São Paulo, v. 45, n. 155, Jan./Mar. 2015.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

_____. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário Educação**. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Visitado em: 14/03/2021.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUC's: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005. v. III. p. 77-86

DICIONÁRIO AURÉLIO. São Paulo/SP: Nova Fronteira, 2001, p. 176.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, setembro/2009 / pp. 45-70.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n 28, p. 17 - 36, 2006.

_____. MEB – MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE primeiros tempos: 1961-1966. V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, Évora, Portugal, 2004.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. Curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Martins Fontes, 2011. p.11.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 136.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

FRANCA, Leonel. Obras Completas: Alocuções e Artigos – Tomo II. Livraria Agir editora. Rio de Janeiro/RJ, 1954.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Livro Editorial, 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Cidades históricas inventário e pesquisa São Luís, Edições do Senado Federal – Vol. 85, Brasília/DF, 2007/2008, p 25 a 65.

LACROIX, Maria de L. Lauande. **São Luís do Maranhão Corpo e Alma**. 2. Ed. Ampl. São Luís, v II. Edição em recurso digital, 2020. (LIVRO)

LAHIRE, Bernard. Formas de leitura dos alunos e categorias escolares de compreensão eleitoral. In: **Sociedade Contemporânea**. França, 2002. p. 87-107.

LEITE, Serafim. **Uma história da Companhia de Jesus no Brasil** (assistência de Portugal): 1549-1760. Lisboa: Junta de Investigação Ultramar, 1965.

LIMA, Danilo. **Educação, igreja e ideologia: Uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, 1978, p.18-19.

MARTINS, Antonio C. Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cir. Bras. São Paulo, v.17, suppl.3, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º v, 2008.

MEIRELES, Mário M. **Dez Estudos Históricos**. São Luís, 1994. Coleção Documentos Maranhenses.

_____. **História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão**. Universidade do Maranhão- UMA - SIOGE, São Luís, 1977.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, Agosto 2000. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200008>.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira:1890 - 1930**. Ed. Companhia das Letras. São Paulo. 2009.

MILOT, Micheline. A garantia das liberdades laicas na Suprema Corte do Canadá. In: In: LOREA, Roberto Arriada (org.); ORO, Ari Predo et al. **Em Defesa das Liberdades Laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. Cap. 6, p. 129-138

MOTTA, Diomar das Graças; MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. O Maranhão e a reconstrução educacional. In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **Anísio Teixeira na direção do INEP: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira Teixeira, 2006 (1952-1964)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio, 2006.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e Missão: religioso e ação política no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) UFSE/São Cristóvão/Sergipe, 2014.

NERIS, Wheriston Silva. Conversão e Reconversão de padres no Maranhão. Artigo. **REPOCS**, v.14, n. 28, julho/2017.

NEVES, C. E. B. **A estrutura do ensino superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Brasília: Capes, 2002.

NUNES, Iran de Maria Leitão. **Ideal mariano e docência: A identidade feminina da Proposta Educativa Marista**. Tese (Doutorado em Educação), UFRN/Natal, 2006.

OLIVEIRA, Natália Cristina; CAMPOS, Névio de; JÚNIOR SKALINSKI, Oriomar. **O Modelo Católico de Ensino Superior no Brasil: Padre Leonel Franca e a Criação da Pontifícia Universidade Católica – PUC**. **Rev. Int. de Educação**. Campinas/ SP. v.5, p.1-26, 019014 2019. Campinas/ SP.

PAIVA, Vanilda. **Catolicismo, Educação e Ciências**. Edições Loyola, São Paulo, 1991.

PACHÊCO, Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. SENEC - Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, São Luís, 1969.

PEREIRA, Marcio R. da Silva.; & JÚNIOR, José O. Alcântara. **Cad. Metrópole**. São Paulo, v. 19, n. 40, Set./Dez. 2017.

PIMENTA, Selma Garrido; & ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p 140 – 167.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **DO VELHO AO NOVO: Política e Educação no Maranhão**. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1982.

REIS, Ramon Gomes e FREIRE, Phablo. Discursos sobre laicidade: teorias, pragmatismo e possibilidades. **Rev. Interfaces Científicas – Direito**, Aracaju, V.6 , N.2 • p. 97 - 112 • Fevereiro. 2018.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 19. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

ROCHA, Terezinha Sueli de Jesus. Educação: Um serviço da Igreja. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. ISSN 2177-952X. Vol. 12, n. 21, p. 22-44, jan./jun., 2018, p. 22-44.

RODRIGUES, Maria José Lobato. **Educação Feminina no Recolhimento do Maranhão: O definir de uma Instituição**. São Luís.: Café & Lápis; EDUFMA, 2012.

SALEM, Tânia. **Do Centro D. Vital à Universidade Católica**. Publicado em Simon Schwartzman. Organizador Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e Tecnológico. Rio de Janeiro, 1982.

SALEM, Tania. Do Centro Dom Vital à Universidade Católica. In: **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPQ, 2008, p. 129.

SALES, Tatiane da Silva. **GRADUANDAS DA ILHA: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940-1979)**. Tese de Doutorado em História. Belém/PA, UFPA, 2017.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808 – 1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior – USP. São Paulo, 1991.

SANTOS, Benedita do Socorro Matos; SOUSA, Santônio Nogueira de. **A prática missionária jesuítica no estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII)**. Anais do III Encontro de Discentes de História da UNIFAP, Macapá, 2017.

SARMENTO, Daniel. **O crucifixo nos Tribunais e a laicidade do Estado**. In: LOREA, Roberto Arriada (Org.). Em defesa das liberdades laicas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SAVIANI, Demerval. A questão da reforma universitária. **Educação & Linguagem**. São Paulo, n. 7, p. 42 – 67, 2004.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. **Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/19/5>.

SUCUPIRA, Newton. **A condição atual da universidade e a reforma universitária brasileira: I Encontro de Reitores das Universidades Públicas**. MEC, Distrito Federal, 1972.

TAGLIAVINI, João Virgílio. **Garotos no túnel**. Dissertação de Mestrado – Unicamp/São Paulo, 1989. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279389/1/Tagliavini_JoaoVirgilio_M.pdf.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília e São Paulo, UnB e Imprensa Oficial, 2004. V.1

WEILL, Georges. (2006). **História de la idea laica en Francia en el siglo XIX**. Sevilla; Zamora: Editorial Comunicación Social.

JORNAIS, REVISTAS, LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES

BRASIL. **Leis e Decretos nº 32.606, de 23/4/1953** – Que autoriza o funcionamento da Faculdade.

BRASIL. **Leis e Decretos. Decreto nº 43.491**, de 03/07/1958.

BRASIL. **Decreto nº 58.364**, de 09/05/1966.

BRASIL. **Decreto nº 3.494**, de 03/03/1967.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 4024/1961**

CERIS – **Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social. CNBB. 2011**

MARANHÃO. Arquivo Público de São Luís. **Documentos raros sobre a Igreja Católica do Maranhão da segunda metade do século XX** . Julho de 2011, p. 37.

MARANHÃO. Arquivo da Arquidiocese do São Luís.

Jornal do Maranhão (Jornal Católico)

Anos: 1964,1965, 1970 e 1976 (O jornal encontra incompleto em suas edições)

MARANHÃO. BIBLIOTECA BENEDITO LEITE – **Arquivo de obras Raras**

Jornal do Maranhão (Jornal Católico)

Anos. 1950, 1052, 1955, 1956, 1961,1962 (O jornal encontra-se incompleto em sua numeração)

MARANHÃO. BIBLIOTECA BENEDITO LEITE

Jornal Posição. Ano: 1976. (De Janeiro a Dezembro)

MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO. **Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial**. Secretaria do Governo do Maranhão de 23 de agosto de 1841. **Registrada na fl.19 v. do livro 1º**.

SITES

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao>.

<https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br>. Visitado em 06/01/2021.

<http://arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos>. Visitado em 09/06/2021.

<https://www.dicio.com.br>. Visitado em 19/03/2021.

<https://www2.camara.leg.br>. Visitado em 21/01/2021 - 23h44.

<https://www.academia.org.br/academicos/alceu-amoroso>. Visitado em 10/03/2021.

<https://fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1>. Visitado em 10/03/2021

<https://www.scielo.br/scielo>. Visitado em 16/03/2021.

<https://ambitojuridico.com.br>. Visitado em 20/03/2021.

<https://www.camara.leg.br>. Visitado em 23/03/2021

<http://www.planalto.gov.br>. Visitado em 24/03/2021.

<http://wwwp.fc.unesp.br>. Visitado em 25/03/2021.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios>. Visitado em 29/03/2021.

http://www.vatican.va/roman_curia. Visitado em 01/04/2021.

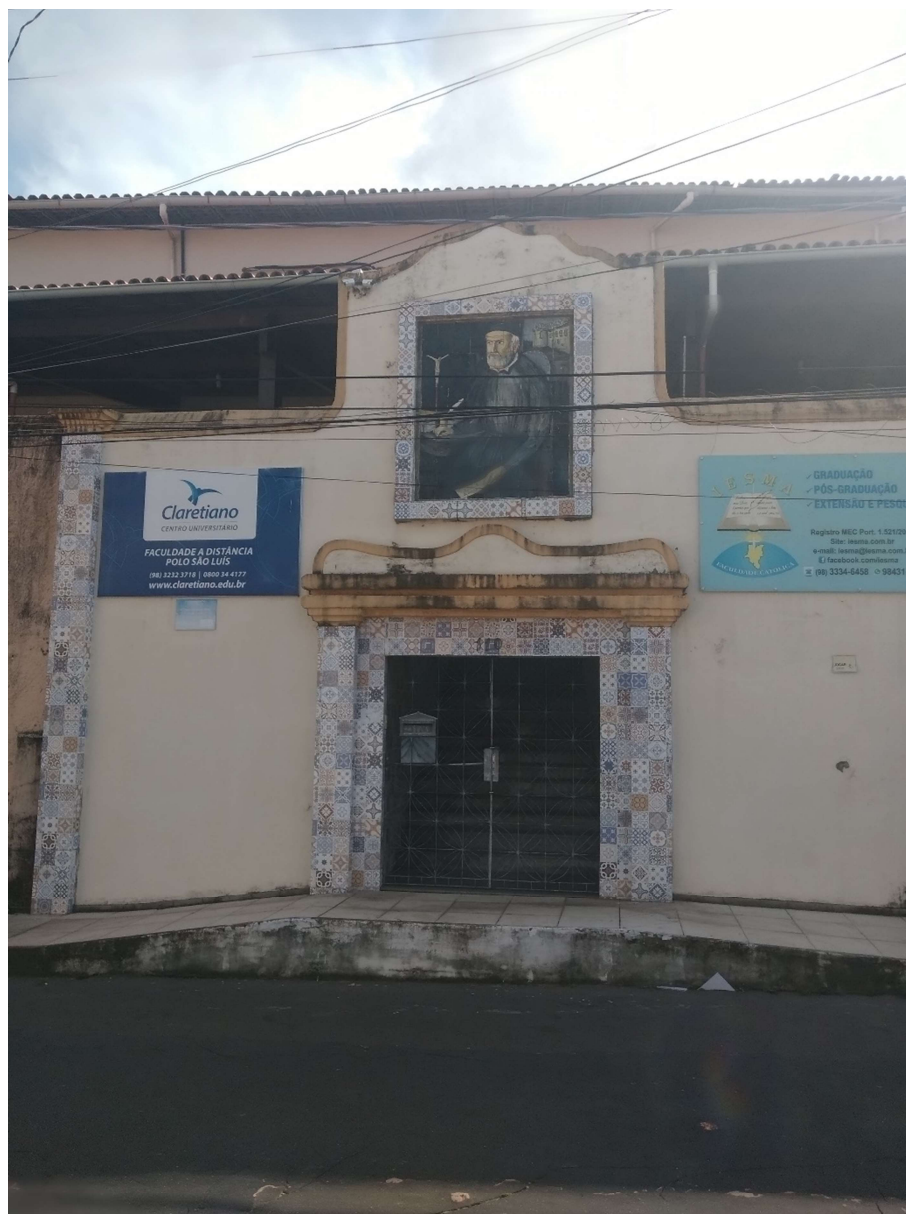
<https://michaelis.uol.com.br>. Visitado em 01/04/2021.

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017>

<http://www.justica.sp.gov.br>. Visitado em agosto/2021

<http://www.soliteratura.com.br>. Visitado em novembro/2021

ANEXOS



Fachada do IESMA. Prédio localizado dentro do Seminário Santo Antônio. Rua do Rancho, 110 -Centro. São Luís.

Fonte: Arquivo pessoal da autora. Janeiro de 2021.



Reportagem sobre a ampliação do Curso de Filosofia. Imagem do Prédio Cristo Rei, onde funcionava o Curso. Hoje o prédio abriga o memorial da UFMA.
FONTE: JORNAL DO MARANHÃO, 27/10/1957 (Coluna: variadas)

CAMPANHA GIGANTESCA EM TODO O PAÍS

LANÇADA, NO RIO, A GRANDE

“TÔMBOLA - UNIVERSIDADE”

Prêmios e bilhetes à vista

A's 20 horas do dia 3 do corrente, presentes as autoridades eclesiásticas, civis e militares e grande número de maranhenses, o Excmo. Sr. Arcebispo Dom José de Meeiros Delgado presidiu a solenidade do lançamento da Campanha que se destina à obtenção de recursos em prol da Faculdade de Ciências Médicas e Universidade Católica do Maranhão.

A cerimônia, que foi retransmitida pela Rádio Tupi e pela Televisão Tupi, se realizou no cetro da Matriz de São João Batista da Lagoa, com a presença de muitos Voluntários da Pátria Botafogo - Rio de Janeiro.

Grande Têmbola Unificada se estende a todos os Estados da União, estando previsto o sorteio para o dia 25 de Dezembro — Festa Nacional de 1958. Entre os prêmios, no valor de 6 meses de cruzeiros, figura um rico apartamento, um luxuoso carro "Plymouth" e outro "Mercedes" de 1957, duas casas sociais, em São Luís e Recife, lambretas, geladeiras e outros valores.

bênçãos de Deus, o apelo do Sr. Presidente Juscelino Kubitschek e a simpatia e colaboração da imprensa nacional, falada e escrita.

Vamos todos ao encontro da sorte e da nossa Universidade.

Praça “PADRE CHAVES”

Era a homenagem que faltava, nesta cidade que tanto estremeceu. Dois amores lhe consumiam as forças: a Conceição e São Luís. Em 152 anos de Paróquia, ele foi Pároco durante 54 anos. A morte o apanhou de cajado nas mãos.

Agora, quando, em Monte Castelo, se levanta a majestosa Matriz da Conceição, a Comuna Municipal houve por bem preparar a praça fronteiria ao templo, secundando o trabalho da Câmara Municipal que, em 1955, quando do sesquicentenário da Paróquia, denominou aquele logradouro de Praça Padre Chaves.

O ajardinamento da praça é promessa antiga do Excmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. José Burnett. Por ocasião da

Assim o subúrbio populoso de Monte Castelo ganha, ao mesmo tempo, uma igreja e uma praça. Um sonho se realizou, é justa, pois, a homenagem a quem mais sonhou — Padre Chaves.

Deveria ser agradável observar quanto o “Plymouth” é belo e confortável. A quem pertence



JORNAL DO MARANHÃO

ANO XIX SEMANÁRIO DE ORIENTAÇÃO CATÓLICA — S. Luís-M. - 10-11-1957

Reportagem sobre o Lançamento da Tômbola da Universidade do Maranhão por Dom Delgado na cidade do Rio de Janeiro. Outubro de 1957.
 FONTE: JORNAL DO MARANHÃO.

ALERTA, AUTORIDADES MARANHENSES ! Os comunistas locais fazem campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

O que foi a primeira reunião do Arcebispo com os jornalistas



Dom Delgado, Arcebispo de São Luís, em uma reunião com os jornalistas.

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

O que foi a primeira reunião do Arcebispo com os jornalistas

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

O que foi a primeira reunião do Arcebispo com os jornalistas

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

1952 ANO I

NOVIDADES

O QUE OCORRE NO RIO E NOS ESTADOS

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

NOVIDADES
na Política

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Os comunistas locais fazem uma campanha de desmoralização contra as autoridades e as instituições locais, em virtude da falta de interesse e da falta de interesse e da falta de interesse...

Índio civilizado fazendo curas no município de Cururupú.
(Foto na 2.ª página, em Notícias do Norte e Sul)

Reportagem da primeira entrevista do Arcebispo de São Luís, Dom Delgado, em 21 de março de 1952.
Fonte: Jornal O MARANHÃO DE NORTE A SUL (Coluna: novidades)

Partido da Organização da Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas ensinam aos lavradores do Haiti a criar peixes em suas lagoas, a fim de melhorar o abastecimento de peixe das Antilhas.

Novo plano português de fomento

DE PORTUGAL — Sob a presidência do prof. Dr. Manoel Custódio reúnem-se hoje no Ministério da Agricultura o grupo de técnicos que vão estudar o plano geral de fomento agrícola para o próximo ano. O plano será apresentado ao Conselho Nacional de Estudos e Planos do P. R. P. em 15 de agosto.

Para melhorar de produção, tanto a quantidade, mas, vai também, proporcionar das condições, melhoradas de vida, através da cultura de café, e outros produtos, e, assim, melhorar a situação econômica do país. O plano será apresentado ao Conselho Nacional de Estudos e Planos do P. R. P. em 15 de agosto.

... melhoramento e adequação do Poder Público em relação ao problema social econômico, mas a da vida, através da cultura de café, e outros produtos, e, assim, melhorar a situação econômica do país. O plano será apresentado ao Conselho Nacional de Estudos e Planos do P. R. P. em 15 de agosto.

Será brevemente instalada a Cooperativa Banco Rural do Maranhão

A frente da iniciativa o arcebispo Dom José

O Conselho Nacional de estudos e planos do P. R. P. a serviço da solução dos problemas brasileiros

RIO DE JANEIRO — Os problemas brasileiros são, nos dias atuais, cada vez mais complexos e exigem soluções que vão além da esfera local. O Conselho Nacional de Estudos e Planos do P. R. P. tem a honra de ser o órgão central de estudos e planos do Brasil, e de representar o Brasil perante as Nações Unidas.

... de administração e organização pública, de modo que possa, através de um trabalho sistemático, com o auxílio de técnicos brasileiros e estrangeiros, estudar e propor soluções para os problemas brasileiros.

... e, assim, melhorar a situação econômica do país. O plano será apresentado ao Conselho Nacional de Estudos e Planos do P. R. P. em 15 de agosto.

DOM JOSÉ
Regressou da Capital da República D. José de Medeiros Delgado, arcebispo de nossa Arquidiocese. Dom Delgado, que se vem revelando denodado propagador

do Cooperativismo, concebia, neste sentido, uma entidade coletiva e empresa local, de caráter econômico, que, sob a forma de cooperativa, seria instalada em São Luiz a Cooperativa Banco Rural do Maranhão, que constituiria o centro de estudos e pesquisas cooperativas de pequenas empresas, de pequenas indústrias, de pequenas atividades agrícolas, de pequenas atividades comerciais, de pequenas atividades profissionais, inclusive as atividades de lavadeiras.

Reportagem sobre a instalação da Cooperativa Banco Rural do Maranhão, criada por Dom Delgado (Esta foi uma de suas maiores obras), em 26 de Agosto de 1952. Fonte: Jornal O MARANHÃO DE NORTE A SUL (Coluna: Novidades)



O Movimento Rural. Projeto executado na gestão do Arcebispo de São Luís. Boletim escrito por Dom Delgado sobre a questão agrária do Estado do Maranhão, no ano de 1958.

Fonte: Impresso pela Tipografia São José em 1958. São Luís/MA.



ESTATUTO DA SOMACS

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA, DA DURAÇÃO E SEDE DOS OBJETIVOS

Art. 1º A Sociedade Maranhense de Cultura Superior, também denominada SOMACS, fundada em 28 de janeiro de 1955, cujo estatuto original foi publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão em 15 de abril de 1955, e registrado no Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de São Luís do Maranhão, às folhas 95, do livro A-4, em 18 de abril de 1955, é uma associação, sem fins lucrativos, de caráter religioso, educacional, cultural e beneficente, regida pela legislação civil brasileira, pela legislação canônica e pelo presente estatuto.

Art. 2º A SOMACS tem duração indeterminada, sede e foro na cidade e comarca de São Luís, Estado do Maranhão, e endereço na rua do Rancho, nº 110, Centro.

Art. 3º A SOMACS, como associação de caráter religioso, educacional, cultural e beneficente, tem os seguintes objetivos:

promover a educação, através de cursos universitários regulares, em especial de teologia e filosofia e demais ramos das ciências humanas e sociais; promover a cultura, através de eventos culturais e pesquisas sócio religiosas; representar os interesses da Província Eclesiástica do Maranhão em geral, e em particular da Arquidiocese de São Luís do Maranhão e das demais dioceses da Província na área da Educação e Cultura.

§ 1º Para alcançar seus objetivos, a SOMACS poderá criar outras pessoas jurídicas, institutos ou centros, e promover quaisquer atividades de caráter religioso, cultural, educacional ou beneficente, que terão seus próprios regulamentos.

§ 2º As pessoas jurídicas, os institutos ou os centros de caráter educacional criados conforme o disposto no parágrafo anterior e de conformidade com os princípios da SOMACS, seguirão os preceitos e normas da Igreja Católica referentes a formação de presbíteros e de leigos, e constituirão uma comunidade acadêmica, integrada por dirigentes, professores, alunos, pessoal técnico-administrativo e de apoio e órgãos suplementares ou organismos da comunidade na qual se inserem.

Art. 4º A indicação dos representantes da SOMACS junto ao Conselho Superior da Universidade Federal do Maranhão é de competência exclusiva do presidente do Conselho Permanente.

CAPÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL

Art. 5º A Sociedade Maranhense de Cultura Superior é integrada por associados fundadores, efetivos e beneméritos.

§ 1º São considerados associados fundadores: a fundadora, Arquidiocese de São Luís do Maranhão e as cofundadoras, dioceses de Bacabal, Balsas, Brejo, Carolina, Caxias, Coroatá, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro, Viana e Zé Doca.

§ 2º São associados efetivos, além dos membros fundadores, os institutos de vida consagrada e as sociedades de vida apostólica que sejam admitidos pelo Conselho Permanente.

§ 3º São associados beneméritos as pessoas físicas ou jurídicas que sejam admitidas pelo Conselho Permanente, em razão de prestação de serviços relevantes à SOMACS.

Art. 6º Aos membros fundadores e efetivos cabe contribuir, inclusive financeiramente, para manutenção da associação na proporção determinada pelo Conselho Permanente.

Parágrafo único. Compete também aos membros fundadores e efetivos: usufruir de todas as vantagens oferecidas pelos serviços da SOMACS; votar e ser votado na Assembléia Geral; receber publicações e comunicações; zelar pelo patrimônio social; cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, as decisões do Conselho Permanente e da Diretoria.

Art. 7º Os membros fundadores, exceto a Arquidiocese de São Luís do Maranhão, poderão pedir sua exclusão do quadro social da SOMACS ou suspensão, por prazo nunca superior a cinco anos, do cumprimento dos seus deveres.

Art. 8º Aos associados beneméritos compete o cumprimento dos direitos e deveres estabelecidos no parágrafo único do artigo 6º, exceto o disposto nos incisos I e II.

Art. 9º Os associados efetivos e beneméritos poderão ser excluídos do quadro social da SOMACS por decisão do Conselho Permanente, por maioria absoluta dos membros do Conselho Permanente, desde que tenham agido em desacordo com os objetivos da associação ou deixado de cumprir com seus deveres.

Parágrafo único. Os membros considerados fundadores não poderão ser excluídos de ofício da SOMACS, mas por decisão do Conselho Permanente, nos mesmos casos estabelecidos para os associados efetivos e beneméritos e com o mesmo quorum poderão ter seus direitos e deveres suspensos por prazo nunca superior a cinco anos.

Art. 10. Os membros de quaisquer categorias não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais e demais encargos da SOMACS.

CAPÍTULO III DO CONSELHO PERMANENTE E DA DIRETORIA

Art. 11. São órgãos da associação Sociedade Maranhense de Cultura Superior: Conselho Permanente; a Diretoria e, o Conselho Fiscal.

Art. 12. O Conselho Permanente, que é a Assembléia Geral da SOMACS, constitui a instância máxima de deliberação da associação, sendo soberano em suas decisões, respeitadas as disposições deste estatuto.

§ 1º O Conselho Permanente, presidido pelo arcebispo da Arquidiocese de São Luís do Maranhão, é constituído pelos membros fundadores e pelos associados efetivos.

§ 2º Na ausência ou impedimento do arcebispo de São Luís, o seu substituto na arquidiocese, na forma determinada no Código de Direito Canônico, presidirá o Conselho Permanente.

§ 3º Na ausência eventual do substituto de que trata o parágrafo anterior, assumirá a presidência do Conselho Permanente o bispo da diocese mais antiga.

Art. 13. Ao Conselho Permanente, que se reunirá ordinariamente uma vez à cada semestre, e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente ou por dois terços de seus membros, compete:

reformular os presentes estatutos, inclusive no tocante à administração; escolher os membros da Diretoria; aprovar o plano de desenvolvimento institucional da SOMACS e das demais pessoas jurídicas, institutos e centro a si subordinados; apreciar o

relatório das atividades desenvolvidas pela Diretoria; determinar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da associação; apreciar a prestação anual de contas da Diretoria; substituir os membros da Diretoria quando entender necessário; apreciar e julgar os recursos interpostos das decisões da Diretoria; decidir sobre as questões a si submetidas pela Diretoria ou pelo diretor-presidente; apreciar outros assuntos incluídos em pauta da reunião pelo seu presidente ou a requerimento de um de seus membros.

§ 1º O Conselho Permanente somente se reunirá com a presença da metade e mais um de seus membros, incluído o presidente; e suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes na assembléia.

§ 2º As deliberações referentes à reforma deste estatuto, à destituição dos membros da Diretoria ou ao referendo da decisão do presidente do Conselho que destituiu membro da Diretoria, serão tomadas por maioria de dois terços dos membros do Conselho Permanente, presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 3º As decisões do Conselho Permanente poderão ser expedidas sob a forma de resoluções, deliberações, portarias ou instruções normativas.

§ 4º O Conselho Permanente poderá, respeitado o presente estatuto, expedir normas complementares, sob a forma de resolução, que disponham sobre o modo de sua convocação e normas de votação nas suas assembléias.

Art. 14. A Diretoria da SOMACS é constituída por um diretor-presidente, um diretor-secretário, e um diretor-financeiro, escolhidos pelo Conselho Permanente.

§ 1º O mandato da Diretoria será de 3 anos.

§ 2º Em caso de renúncia de um dos membros, o presidente do Conselho Permanente nomeará o seu substituto até que seja realizada a escolha do sucessor.

§ 3º. O presidente do Conselho Permanente poderá afastar de suas funções, ad referendum do Conselho, qualquer membro da diretoria, desde que exista motivo relevante.

§ 4º Os serviços prestados pelos membros da diretoria são inteiramente gratuitos, não podendo, nem mesmo a título precário, ser recebida qualquer gratificação.

Art. 15. Compete à Diretoria:

executar e fazer executar os objetivos da SOMACS , cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões do Conselho Permanente; apresentar ao Conselho Permanente relatório de suas atividades e a prestação anual de contas.

Parágrafo único. O presidente do Conselho Permanente poderá a qualquer momento requerer à Diretoria que apresente relatório parcial de suas atividades e balancetes mensais de suas receitas e despesas.

Art. 16. Compete ao diretor-presidente:

representar a SOMACS em juízo ou fora dele; convocar e presidir as reuniões da Diretoria; realizar as atividades necessárias para que sejam atingidos os objetivos da SOMACS; autorizar a realização de despesas, movimentando contas juntamente com o diretor-financeiro; e, participar das reuniões do Conselho Permanente, representando a Diretoria.

Art. 17. Compete ao diretor-secretário:

substituir o diretor-presidente em suas ausências e impedimentos; secretariar as reuniões da Diretoria e do Conselho Permanente; e, secretariar a associação , realizando as tarefas inerentes à sua função.

Art. 18. Compete ao diretor-financeiro:

substituir o diretor-secretário em suas ausências e impedimentos; zelar pelos bens e valores da associação, administrando o seu patrimônio e suas finanças; elaborar previsão orçamentária anual e realizar e supervisionar a escrituração contábil; assinar

cheques e obrigações conjuntamente com o diretor-presidente; participar das reuniões do Conselho Permanente; e, exercer as demais atividades inerentes à sua função.

Art. 19. O Conselho Fiscal, constituído por três associados fundadores ou efetivos, eleitos pelo Conselho Permanente, será presidido pelo conselheiro de maior idade e terá como finalidade emitir parecer prévio à prestação anual de contas apresentada pela Diretoria.

Parágrafo único. Somente por maioria absoluta dos membros do Conselho Permanente poderá deixar de ser acatado o parecer prévio do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV

MANUTENÇÃO E DO PATRIMÔNIO

Art. 20. A manutenção da SOMACS será feita pela contribuição de seus membros fundadores e efetivos e pelos rendimentos de seu patrimônio .

Art. 21. O patrimônio da SOMACS é formado por doações, legados, usufrutos e demais bens por ela adquiridos, inclusive os angariados dos associados , bem como, do recebimento de verbas de pessoas físicas, jurídicas e dos poderes públicos.

Parágrafo único. A SOMACS não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma.

Art. 22. No caso de dissolução da SOMACS, seus bens passarão à Arquidiocese de São Luís do Maranhão.

Parágrafo único. Nesse caso , os bens doados pelos associados voltarão aos respectivos doadores, segundo cláusulas pré-estabelecidas quando da doação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A SOMACS só poderá ser dissolvida por decisão de dois terços dos membros do Conselho Permanente, em reunião especialmente convocada para esse fim, com votação pública e voto favorável do Presidente do mesmo Conselho.

Art. 24. O presente estatuto entrará em vigor na data de sua publicação e registro no cartório competente.